

15 ANOS DO CREPOP

PSICOLOGIA BRASILEIRA EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA DEMOCRACIA

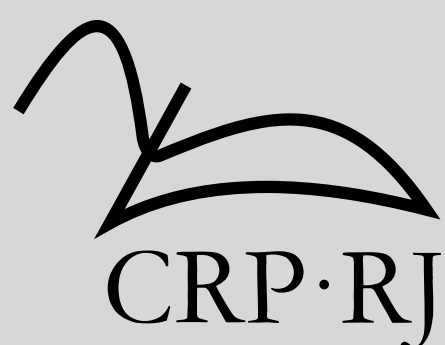


ORGANIZAÇÃO:

Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara,
Jaqueline Sério da Costa e Roberta Brasilino Barbosa

**15 ANOS
DO CREPOP**

**PSICOLOGIA BRASILEIRA
EM DEFESA DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E
DA DEMOCRACIA**



Rio de Janeiro, 2022

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

Comissão Editorial

Thiago Benedito Livramento Melicio (CRP 05/35915) | Coordenador

Roseli Goffman (CRP 05/2499)

Isabel Scrivano (CRP 05/26162)

Leonardo de Miranda Ferreira (CRP 05/36950)

Projeto Gráfico e Capa

Julia Viana Lugon

Revisão

Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

15 anos do Crepop [livro eletrônico] : psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia / organização Isabel Scrivano Martins Santa Bárbara, Jaqueline Sérgio da Costa , Roberta Brasilino Barbosa. -- Rio de Janeiro : Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2022. PDF.	
Vários autores. Bibliografia. ISBN 978-65-89050-03-2	
1. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) - História I. Bárbara, Isabel Scrivano Martins Santa. II. Costa, Jaqueline Sérgio da. III. Barbosa, Roberta Brasilino.	
22-115587	CDD-150.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) : História	150.981
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129	

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

Rua Teófilo Otoni, 93 - Centro | Rio de Janeiro/RJ

XVI PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª REGIÃO

Diretoria Executiva

Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) | Presidente

Thiago Benedito Livramento Melício (CRP 05/35915) |
Vice-presidente

Achiles Miranda Dias (CRP 05/27415) | Tesoureiro

Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809) | Secretário

Conselheiros Efetivos

Alexandre Vasilenskaskas Gil (CRP 05/30741)

Céu Silva Cavalcanti (CRP 05/57816)

Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)

Isabel Scrivano (CRP 05/26162)

Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823)

José Novaes (CRP 05/980)

Julia Horta Nasser (CRP 05/33796)

Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057)

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077)

Roseli Goffman (CRP 05/2499)

Thais Vargas Menezes (CRP 05/33228)

Conselheiros Suplentes

Anelise Lusser (CRP 05/38657)

Carolina Maria dos Santos Silva (CRP 05/29816)

Conceição de Maria Gama Carvalho Mathias (CRP 05/39882)

Cristina Mair Barros Rauter (CRP 05/1896)

Ederton Quemel Rossini (CRP 05/50996)

Gabriela de Araújo Braz dos Santos (CRP 05/56462)

Hildeberto Vieira Martins (CRP 05/24193)

Leonardo de Miranda Ferreira (CRP 05/36950)

Marcello da Silva Santos (CRP 05/17566)

Rodrigo Cunha Echebarrena (CRP 05/28408)

Vera Lúcia Giraldez Canabrava (CRP 05/1158)

Victória Antonieta Tapia Gutiérrez (CRP 05/20157)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS)

Leonardo de Miranda Ferreira (CRP 05/36950)

CONSELHEIRO COORDENADOR

Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Julia Viana Lugon

ASSISTENTE TÉCNICA CCS

SUMÁRIO

Prefácio

Isabel Scrivano, Jaqueline Sérgio e Roberta Brasilino 08

PARTE 1 | Seminário 15 anos do CREPOP:

Psicologia Brasileira em defesa das Políticas Públicas e da Democracia 11

Programação 12

Introdução

Isabel Scrivano, Jaqueline Sérgio e Roberta Brasilino 13

Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário: Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas

Isabel Scrivano, Céu Cavalcanti, Neuza Guareschi 16

Democracia? Presente! Que Psicologia construímos e para onde queremos ir?

Pedro Paulo Bicalho 40

Violência de Estado e Políticas Públicas: Qual o papel da Psicologia nas questões de gênero e raça?

Luciana Janeiro, Juliano Scaffo e Roberta Brasilino 60

O que tem a ver laicidade nas políticas públicas com o trabalho da Psicologia?

Héder Bello, Isabel Scrivano e Jaqueline Sérgio 90

Neo(necro) liberalismo e impactos na população brasileira: e agora, psicólogas?

João Paulo Barros e Claudia Freire Vaz 122

PARTE 2 | LIVE: Políticas Públicas enquanto campo de atuação de Psicólogas (os) no Brasil e o CREPOP 156

PARTE 3 | Série de Reportagens em Homenagem aos 15 anos do CREPOP 178

Conheça mais sobre a Referência Técnica para atuação de psicólogas (os) no Sistema Prisional
Amanda Mesquita 180

Psicologia nas políticas públicas: conheça mais sobre a atuação na proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual
Amanda Mesquita 183

Segurança pública: entenda um pouco mais sobre a atuação da psicologia neste contexto
Amanda Mesquita 187

Políticas Públicas da saúde é o tema da vez: conhecendo um pouco mais sobre as Referências Técnicas para atuação psi nos serviços hospitalares do SUS e na Atenção Básica
Amanda Mesquita 191

Políticas públicas voltadas aos povos tradicionais é o tema desta edição
Amanda Mesquita 196

Vara de família: O papel da psicologia em interface com a justiça é o tema desta reportagem
Amanda Mesquita 200

Caps e políticas públicas de álcool e outras drogas são tema de mais uma reportagem da série
Amanda Mesquita 205

Educação básica: referência técnica e atuação da psicologia nesta política pública é o tema desta edição
Amanda Mesquita 212

PREFÁCIO

Isabel Scrivano

Coordenadora do CREPOP do CRP-RJ durante o XVI Plenário. Doutora em Psicologia pela UFRJ e servidora pública no Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Jaqueline Sério

Assessora Técnica no CREPOP do CRP-RJ. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP) da UFRJ.

Roberta Brasilino

Assessora Técnica no CREPOP do CRP-RJ. Pesquisadora visitante em regime de Pós-Doutorado no PPGP/UFRJ.

Este e-book é parte das ações realizadas pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) em comemoração aos 15 anos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP. Criado em 2006 após deliberação no V Congresso Nacional de Psicologia, o CREPOP está configurado como uma rede nacional com unidades operacionais em funcionamento em 23 conselhos regionais de Psicologia e cumpre a função de orientação da prática profissional de psicólogas e psicólogos brasileiros, bem como a de divulgação da interface entre a Psicologia e as políticas públicas junto aos centros de formação em Psicologia e aos espaços de gestão de políticas públicas. Ao longo desses 15 anos, o CREPOP já produziu (com atualizações recorrentes) mais de 20 referências técnicas que orientam sobre a prática da Psicologia em diferentes políticas públicas nos âmbitos da saúde, assistência social, educação, justiça e segurança pública, entre outras.

O e-book traz em seu conteúdo uma sistematização das ações de celebração executadas no Rio de Janeiro, tendo sido elas um seminário regional, uma live, um vídeo e uma série de reportagens. Na primeira parte deste material encontram-se as discussões realizadas durante o seminário “15 anos do CREPOP: Psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia”. Optou-se pelo uso da transcrição literal das falas das (os) palestrantes que compuseram as mesas do evento a fim de manter a integra-

lidade das discussões. Apenas na mesa institucional, na fala da conselheira coordenadora do CREPOP nacional, Neuza Guareschi, por solicitação da mesma, a transcrição foi substituída por um artigo que sistematiza e referencia a discussão realizada. Além dessa fala, optou-se também pela não utilização da transcrição da apresentação cultural e, ao invés disso, disponibilizamos o link da apresentação para acesso no canal do CRP 05 no Youtube.

A segunda seção do e-book foi reservada para a live mediada pela conselheira coordenadora do CREPOP-RJ durante o XVI Plenário, Isabel Scrivano, em que participou a psicóloga e uma das responsáveis pela criação do CREPOP, Ana Mercês Bahia Bock. A live intitulada “Políticas Públicas enquanto campo de atuação de psicólogas e psicólogos no Brasil e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)” discutiu sobre a conjuntura da Psicologia e do Brasil no momento de criação do CREPOP e trouxe considerações sobre a importância do Centro para o atual cenário do país. Nesse mesmo evento, foi lançado o vídeo institucional sobre o CREPOP, suas referências técnicas e a metodologia de produção do mesmo. O vídeo é apresentado por uma personagem também criada pelo CRP 05, a Psipop, que desde então faz parte da identidade visual das publicações do CREPOP-RJ.

Ao longo do ano de 2021, em parceria com a Comissão de Comunicação Social, foi realizada uma série de reportagens de apresentação do CREPOP a partir de referências técnicas produzidas (e atualizadas) por ele. Todas elas encontram-se compiladas na última seção deste e-book. A série, em suas sete reportagens, abordou a prática da Psicologia em diferentes áreas das políticas públicas, como no sistema prisional, na atenção básica à saúde, nos serviços hospitalares do SUS (Sistema Único de Saúde, na segurança pública, junto aos povos tradicionais, em varas de família, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nas políticas públicas sobre álcool e outras drogas. As reportagens

apresentaram entrevistas com especialistas que compuseram as comissões constituídas para a escrita (e atualização) das referências técnicas nas áreas mencionadas.

A escolha pela publicação das ações desenvolvidas pelo CRP 05 em comemoração aos 15 anos do CREPOP no formato de um e-book visa ampliar o alcance das importantes discussões ali veiculadas, de forma que psicólogas e psicólogos possam utilizar esse material como instrumento de reflexão sobre suas práticas e sobre os desafios enfrentados no âmbito das políticas públicas no cenário brasileiro atual.

Desejamos uma boa leitura!





PARTE 1

SEMINÁRIO

15 ANOS DO CREPOP: PSICOLOGIA BRASILEIRA EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA DEMOCRACIA

PROGRAMAÇÃO

Dia 18 de novembro, quinta-feira

19h às 19h30 | Mesa institucional

*Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário:
Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas*

Participantes:

- Isabel Scrivano (CRP 05/26162)
- Céu Cavalvanti (CRP 05/57816)
- Neuza Guareschi (CRP 07/01309)

19h30 às 19h45 | Apresentação cultural

Trecho da peça *“Paulo Freire, o andarilho da utopia”*,
com Richard Riguetti

19h45 às 20h45 | Conferência de Abertura

*Democracia? Presente! Que Psicologia construímos e para onde
queremos ir?*

- Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077)

Dia 19 de novembro, sexta-feira

10h às 11h30 | Mesa de debate

*Violência de Estado e Políticas Públicas: qual o papel da
Psicologia nas questões de gênero e raça?*

Participantes:

- Luciana Janeiro (CRP 05/37932)
- Juliana Scaffo (CRP 05/57354)
- Roberta Brasilino (CRP 05/42501)

16h às 17h30 | Mesa de debate

*O que tem a ver laicidade nas políticas públicas com
o trabalho da Psicologia?*

Participantes:

- Héder Bello (CRP 05/51594)
- Isabel Scrivano (CRP 05/26162)
- Jaqueline Sérgio (CRP 05/63619)

18h às 19h30 | Conferência de Encerramento

*Neo(necro)liberalismo e impactos na população brasileira:
e agora, psicólogas?*

Participantes:

- João Paulo Barros (CRP 11/04395)
- Claudia Freire (CRP 05/35943)

INTRODUÇÃO

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2021, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro realizou, em parceria com a Comissão de Eventos da mesma regional, o Seminário 15 anos do CREPOP: Psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia. O seminário teve como objetivo comemorar os 15 anos de existência do CREPOP, um centro de produção, atualização e divulgação de referências técnicas para a prática da Psicologia em diferentes políticas públicas.

O seminário em comemoração aos 15 anos do CREPOP ocorreu em um momento muito delicado da história brasileira, com impactos severos para sua população, em especial para segmentos usuários de diferentes políticas públicas. Vivemos, desde o ano de 2020, uma grave crise sanitária, responsável por grandes agravos sociais, decorrente de uma pandemia mundial ocasionada pelo vírus da Covid-19, que já matou mais de 600 mil brasileiros e brasileiras. Ao longo desse período, também observamos um recrudescimento de medidas antidemocráticas no país, em especial no que tange aos mecanismos de participação da sociedade civil no controle das políticas públicas. Diante disso, o seminário foi um espaço de discussão sobre os atuais desafios enfrentados no exercício profissional da Psicologia nas políticas públicas e de fortalecimento desse trabalho, marcando que é através das políticas públicas que a Psicologia afirma seu compromisso com a sociedade brasileira e se faz de instrumento para a defesa da democracia.

Desde sua imagem visual, preocupou-se no seminário em evidenciar elementos importantes da complexa realidade brasileira atual. A diversidade étnica e racial na constituição do povo brasileiro, a importância do fortalecimento do SUS e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), ainda mais evidente neste período de pandemia, o encar-

ceramento em massa, o descaso com a educação pública e o crescimento acelerado da insegurança alimentar nos últimos anos, que já deixa mais de 3 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de fome.

A fim de construirmos um seminário que discutisse sobre os temas mais relevantes para a atuação da Psicologia nas políticas públicas no Rio de Janeiro atualmente, o CREPOP-RJ convidou os núcleos, eixos e comissões temáticas do CRP 05, segmentos em diálogo direto com diferentes psicólogas (os) atuantes em diversos setores das políticas públicas, para indicação de temas e palestrantes. O convite foi feito a partir da apresentação da temática central do seminário, que abarcava discussões a respeito da interlocução entre Psicologia, políticas públicas, ataques à democracia e seus impactos à população brasileira, e contou com contribuições diretas dos Núcleo de Psicologia e Sistema de Justiça, Eixo de Laicidade, Eixo de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas, Eixo de Relações Raciais e Comissão Especial de Psicologia do Trabalho e Organizações.

Dessa forma, o seminário iniciou com uma mesa institucional intitulada “Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário: Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas”, composta pela conselheira coordenadora do CREPOP-RJ, Isabel Scrivano, pela conselheira coordenadora do CREPOP nacional, Neuza Guareschi, e pela conselheira vice-presidente do CRP-05, Céu Cavalcanti. A mesa refletiu sobre a importância dos 15 anos do CREPOP e seu papel na orientação dos profissionais atuantes nas políticas públicas, ratificando a importância da defesa da democracia para a consolidação de políticas públicas pautadas na garantia de direitos. Fortalecendo as discussões sobre a defesa da democracia, agora através da história do grande educador brasileiro, Paulo Freire, a mesa foi seguida por um trecho da peça “Paulo Freire, o andarilho da utopia”, encenada por Richard Riguetti. A conferência de abertura foi ministrada pelo conselheiro presidente

do CRP-05 e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho. Intitulada “Democracia? Presente! Que Psicologia construímos e para onde queremos ir?”, a conferência abrangeu uma importante discussão sobre a atuação da Psicologia nas políticas públicas, sobretudo no atual contexto de pandemia e seu uso no fortalecimento da democracia.

O segundo dia de seminário foi composto por duas mesas-redondas. A primeira, intitulada “Violência de Estado e políticas públicas: qual o papel da Psicologia nas questões de gênero e raça?”, contou com a participação da sanitarista e psicóloga na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ), Luciana Janeiro, a psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (CAPSad) Alameda, Juliana Scaffo, e a mediação da assessora técnica da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPPP) do CRP-05, Roberta Brasilino. A segunda mesa, por sua vez, teve como tema “O que tem a ver a laicidade nas políticas públicas com o trabalho da Psicologia?” e contou com a participação do psicólogo e coordenador do Eixo de Psicologia e Laicidade do CRP-05, Héder Bello, a psicóloga, técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e conselheira coordenadora do CREPOP-RJ, Isabel Scrivano, e a mediação da assessora técnica da CRPPP do CRP-05, Jaqueline Sérgio. Refletindo, de modo geral, sobre o atual cenário das políticas públicas brasileiras, o seminário encerrou com a conferência “Neo(necro)liberalismo e impactos na população brasileira: e agora, psicólogas?”, contando com a presença do psicólogo e professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), João Paulo Barros, da psicóloga e professora da Universidade Estácio de Sá e do Centro Universitário Serra dos Órgãos, Claudia Freire, além da mediação da assessora técnica Roberta Brasilino e da conselheira coordenadora da Comissão de Eventos do CRP-05, Mônica Sampaio.

A seguir, pode-se ter acesso na íntegra às discussões veiculadas durante os dois dias de evento.

18 de novembro, 19h | Mesa Institucional

Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário: Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas



Isabel: Boa noite. É com alegria que estamos aqui hoje, para a abertura do Seminário Regional de comemoração dos 15 anos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, mais conhecido como CREPOP. Eu sou Isabel Scrivano, conselheira do CRP e atual coordenadora do CREPOP no CRP-RJ. Vou fazer minha descrição: eu sou branca, loira, tenho cabelos enrolados, estou usando óculos vermelho e estou aqui na sede do CRP, na sala de reuniões que tem uns azulejos belíssimos na parede. Nesse momento atual de desmonte das políticas públicas e ataques à democracia, são objetivos do Seminário afirmar a importância do trabalho da Psicologia nas políticas públicas e nosso posicionamento em defesa da democracia. Entendemos que psicologia, políticas públicas e democracia, não se dissociam. Sendo assim, as mesas do nosso evento, foram montadas em interlocução com os núcleos, eixos e comissões do nosso CRP. Dentro do tema central do seminário, que é “Psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia”, perguntamos aos núcleos, eixos e comissões do nosso Conselho, quais os assuntos, dentro das diferentes áreas das políticas públicas, eles consideravam de maior relevância para serem abordados no Seminário, tendo em vista que são eles que mais se aproximam da categoria nos diferentes setores das políticas. Então, o Núcleo de Justiça sugeriu o tema: mulheres mães em situação de rua e usuárias de drogas; o eixo de política sobre álcool e outras drogas, sugeriu o tema: o retrocesso das políticas sobre drogas; e o eixo de relações raciais, sugeriu o tema: violência de Estado e impacto sobre a população negra. Assim foi construída a mesa que vai acontecer amanhã de manhã, via Google Meet, com o título: “Violência de Estado e políticas públicas: qual

o papel da Psicologia nas questões de gênero e raça". Da mesma forma foi construída a mesa que vai acontecer amanhã à tarde, também via Google Meet. O eixo de laicidade sugeriu o tema: O papel do fundamentalismo religioso nos processos de ataque à democracia. Por fim, a Comissão de Trabalho sugeriu o tema: Trabalho contemporâneo: efeitos da uberização e flexibilização junto às políticas públicas, que deu origem à mesa de encerramento chamada: "Neo(necro) liberalismo e impactos na Psicologia e na população brasileira: e agora, psicólogas?", que vai ser transmitida amanhã à noite, aqui pelo YouTube e Facebook do CRP-RJ. Agora, passamos à mesa de abertura que tem o tema: "Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário: direitos humanos, psicologia e políticas públicas". A escolha do título da mesa de abertura, e algumas falas dos cards de divulgação, são uma homenagem ao Marcus Vinícius de Oliveira Silva, conhecido como Marcus Matraga, que foi um dos idealizadores do CREPOP e foi assassinado em 2016, no interior da Bahia, enquanto atuava ao lado das populações ribeirinhas na preservação ambiental da área. Por isso, antes das falas das convidadas, vamos assistir a um pequeno vídeo em homenagem ao Marcus Vinícius. Esse vídeo está disponível no YouTube e foi produzido pelo CRP de Santa Catarina. Nós contamos também com a Patrícia e a Vanessa na tradução de Libras e já agradecemos a presença.

→ **ASSISTA O VÍDEO EM HOMENAGEM À MARCUS VINÍCIUS, O MATRAGA.**

" Eu sou de um tempo que se dizia que psicólogo não gosta de política e que psicólogo é alienado politicamente. [...] Finalmente estamos percebendo que quando não refletimos sobre a política, que quando não nos posicionamos politicamente, quando não fazemos da política um assunto que nos concerne, que nos diz respeito, estamos participando da política de alguém que nos quer em uma determinada situação, em uma determinada posição. "

Marcus Vinícius, o Matraga

Isabel: Passamos então, para mesa de abertura. Convidamos para estar aqui conosco nesse momento, a professora **Neuza Guareschi**. PHD pela Universidade *Wisconsin - Madison*, Estados Unidos com Pós-doutorado pelo *Institute*

of Education na University College of London. Pesquisadora CNPq A2. Professora associada do Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação, Núcleo *E-politics* e, atualmente, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, coordenadora do CREPOP nacional e editora da revista Psicologia, Ciência e Profissão. Também estará conosco nessa mesa, a psicóloga, doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, conselheira e vice-presidente do 16º Plenário do CRP-RJ, Céu Cavalcanti. Conforme combinado anteriormente, vamos começar passando a palavra à Neuza, e, em seguida, passamos a palavra à Céu.

** a palestrante Neuza Guareschi solicitou que, no lugar de sua fala, fosse inserido o texto a seguir:*

Políticas Públicas e a atual conjuntura brasileira nesse período de pandemia

*Neuza Maria de Fátima Guareschi
Giovana Barbieri Galeano*

A realização do Seminário “15 anos do CREPOP: a psicologia brasileira em defesa das políticas públicas e da democracia” é, sem dúvidas, a resposta a uma urgência da atualidade no Brasil, especialmente, por tratar-se de um espaço em que se pode tensionar a psicologia, enquanto ciência e profissão, diante do desmonte das políticas públicas e da fragilização das práticas democráticas que tanto temos lutado para consolidar desde a década de 70 quando ainda vivíamos sob um regime ditatorial civil-militar.

Por sua vez, esta mesa intitulada “Entre o que se acredita, o que se gosta e o que é necessário: direitos humanos, psicologia e políticas públicas” nos convoca a problematizar as nossas práticas e o que temos construído enquanto estratégia coletiva nos espaços e com as pessoas com as quais

produzimos nosso cotidiano de trabalho, ensino, pesquisa e demais formas de inserção social.

Dito isto, é importante ressaltar que é um prazer muito grande estar aqui, novamente, com essa turma do Rio de Janeiro. Temos nos encontrado com frequência e isso diz muito da forma como encontramos para nos organizar enquanto coletivo e do modo como nossos interesses convergem e se somam de uma maneira bastante plural, com compromisso e com crítica.

Nesta mesa em comemoração aos 15 anos do CREPOP, acredito que seja fundamental fazermos, primeiramente, um exercício de memória. Então, a primeira questão que temos que colocar é que a psicologia e as políticas públicas não estiveram sempre juntas. Esse primeiro movimento é um movimento de desnaturalização das coisas (Silva, 2004), um estranhamento necessário para que possamos, em seguida, problematizar aquilo em que acreditamos, o que gostamos e as demandas do que é necessário, como bem nos convoca o título desta mesa.

Assim, como psicologia e políticas públicas se encontram? Como passa a se constituir essa relação? Quais são as problemáticas que emergem com esse encontro? Essas perguntas são importantes porque essa relação não é natural. Esse encontro da psicologia com as políticas públicas foi algo que se deu a partir de uma história de muitas lutas e busca de um espaço e de uma produção da(o) profissional da psicologia nesse campo (Ferrazza, 2016, Silva & Carvalhaes, 2016).

No que concerne à psicologia, diversas modificações de práticas vinham sendo empreendidas desde a década de 70, especialmente no que diz respeito à constituição de resistências e lutas por direitos e pela redemocratização. Não obstante, as lutas passavam também pelo questionamento das próprias práticas psicológicas que, não raro, eram centradas, especialmente, na clínica, na educação e na indústria (concepção anterior do que hoje se denomina

de organizações e trabalho). Esses tensionamentos eram tanto em termos das práticas quanto do referencial teórico que era, fundamentalmente, importado dos modelos estadunidense e europeu, além de se constituir de maneira, sumariamente, normalizadora das condutas.

A preocupação inicial da psicologia, nesse contexto, se deu muito em direção à produção de técnicas e métodos, especialmente, direcionada a entender o sujeito e sua interioridade. Temos, então, a produção de um vasto campo na psicologia focado nas psicotécnicas. Podemos dizer que foi esse campo que construiu vários perfis das pessoas, em uma intenção de buscar aproximar os indivíduos às instituições. O termo indivíduo é bem pertinente nesse contexto, porque nessa perspectiva de produção em psicologia, a produção de perfis também foi produzindo tudo aquilo que a gente pode identificar ou conhecer como vulnerabilidades, ou seja, as pessoas que estão em risco, as pessoas que são de risco e as pessoas em vulnerabilidade social.

É possível dizer, inclusive, que, em um primeiro momento, a psicologia constrói como que uma epidemiologia psíquica. Essa epidemiologia psíquica vai servir, sim, à medicina, à saúde, no trabalho da saúde pública, mas não para todos, para alguns, somente para os trabalhadores naquele momento, colaborando para identificar quem é pertencente a um grupo de risco e quais são os grupos vulneráveis. E é desse modo, que a Psicologia vai se aproximando da saúde pública, no trabalho da saúde pública, quase que emprestando esse serviço, essa epidemiologia psíquica, para a medicina (especialmente vinculada à questão da saúde materno-infantil e, também, à saúde e reabilitação do trabalhador).

A partir da década de 70, também, com a crise que já estava bastante instalada no Brasil, tanto a crise econômica quanto o aumento dos centros urbanos, das periferias, bem como com a questão da ditadura civil-militar, os movimentos sociais ganham ainda mais força e apoiadores. Foi o início de

vários tipos de movimentos sociais na sociedade brasileira e a psicologia também se engajou nesses movimentos. É possível dizer que é nesse momento que a psicologia começa a direcionar-se ao que, futuramente, constituiu-se enquanto políticas públicas. Tivemos, também, toda a luta em torno da Reforma Psiquiátrica e da Reforma Sanitária que não foi uma luta restrita ao âmbito científico e/ou do conhecimento, mas, uma questão, fundamentalmente, vinculada aos movimentos sociais, às lutas por direitos, à questão dos direitos humanos e mudança nas lógicas de saúde.

As lutas por direitos, embora sejam anteriores à redemocratização brasileira após os anos de ditadura civil-militar, foram, fundamentalmente, intensificadas no final da década de 80 (Chauí & Nogueira, 2007). A promulgação da Constituição Federal em 1988 institui, do ponto de vista jurídico-legal, um outro/novo horizonte em termos de cidadania, produzindo impactos na forma como o direito passa a incidir sobre a vida da população mediante a criação e operacionalização das políticas públicas, movimentadas por uma nova perspectiva referente à questão social (não mais atrelada apenas à figura do trabalhador, mas pensando as condições de pobreza, vulnerabilidade e necessidade de responsabilização do Estado pela saúde, assistência, segurança, previdência e educação, dentre outros aspectos referentes aos processos da vida).

É importante dizer que nós também participamos do processo constituinte. A partir desse marco constitucional, temos a emergência do Sistema Único de Saúde (SUS), a questão da Saúde Cidadã, Saúde para Todos e, principalmente, a questão da Saúde Coletiva que vai inaugurar, no nosso contexto político-social, uma perspectiva ética, cultural e política que faz da preocupação com a saúde, uma preocupação guiada pela integralidade da atenção ao sujeito, à vida dos sujeitos e a questão da saúde como não vinculada às anormalidades ou doenças. Atualmente é bastante “óbvio” afirmar tais pressupostos, mas é preciso compreender que, para a época, a modificação e emergência desses conceitos na prática

em saúde e, especialmente, enquanto direito, foi um rompimento fundamental na gestão das vidas.

Nesse contexto, embora a psicologia esteja em um momento inicial de acesso à saúde coletiva enquanto disciplina, ela começa a fazer parte de processos inter e multidisciplinares que, progressivamente, deslocam-se para a transdisciplinaridade. Ou seja, a psicologia é convocada a quebrar um pouco das suas fronteiras, das suas barreiras com relação aos demais saberes e campos do conhecimento, além de produzir outros olhares sobre seus objetos de estudo. Temos, assim, mais um elemento fundamental que dá os primeiros passos ao que hoje é uma prática cotidiana da psicologia no âmbito das políticas públicas. Deixamos de ser uma disciplina com aquela divisão estanque de áreas e passamos para a compreensão de um campo de conhecimento que se integra a outros campos de conhecimento, a fim de que seja possível produzir uma atuação guiada pela visão integral e, também, multiprofissional, literalmente, um trabalho em equipe.

A partir da década de 1990, diversos desafios fazem-se presentes tanto no âmbito do Estado em termos de efetivação dos direitos quanto da profissão frente à justiça, às formas de gestão das populações e à lógica capitalista-neoliberal. Inicialmente, tensionava-se o Estado pela ampliação e operacionalização dos pressupostos constitucionais, pautando as demandas em nome do direito, contexto um pouco distinto do atual em que as lutas têm sido com relação a um Estado cada vez mais neoliberal e na tentativa de manutenção dos direitos já adquiridos (Guareschi & Galeano, 2019; Galeano, Guareschi, Reis & Souza, 2021).

Com a emergência do SUS e, principalmente, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) temos duas principais modificações no âmbito das práticas e que vincula-se, mais uma vez, àquilo que acreditamos, enquanto ciência e profissão, àquilo que gostamos e o que se faz necessário em termos de direitos e políticas públicas. A primeira modificação

é o deslocamento da figura do sujeito da caridade atendido por ações caritativas e filantrópicas, para a figura do sujeito de direito que passa a se constituir como mandatário das políticas (Marques, 2020). A segunda é a modificação da questão social, inicialmente, vinculada ao trabalho e ao perigo da expansão de situações de pobreza/vulnerabilidade à essa população que contribuía para a produção de riqueza para uma questão social que engloba, nesse segundo momento, as populações anteriormente atendidas pela filantropia (Cardoso & Jaccoud, 2005).

Inicialmente, portanto, os saberes com os quais os profissionais se inseriram nas políticas públicas estavam um pouco atrelados à certa naturalização de perfis e de identidades. Isso pode ser visibilizado pela criação de certos perfis e identidades por exemplo, a mulher de periferia, a mulher pobre, o periférico, o pobre. Entretanto, com o tensionamento dessas lógicas e problematização dos saberes que foram constituindo-se nesse novo campo, essas concepções foram alteradas. As rupturas só foram possíveis porque conseguimos articular trocas entre os profissionais das políticas públicas, dos diversos serviços, com a academia e as comunidades. O CREPOP tem sido fundamental na produção de diretrizes para as práticas dos profissionais da psicologia no âmbito das políticas públicas, além de se vincular de maneira muito consistente à essa ruptura com lógicas naturalizadoras e individualizantes. Com isso podemos compreender a relevância em comemorar os 15 anos do CREPOP tendo como temática a psicologia brasileira sem defesa das políticas públicas e da democracia.

Tivemos, também, como pudemos acompanhar no vídeo do Marcus Vinicius, a passagem de um momento em que a psicologia, ou melhor, os profissionais da psicologia não podiam ter ou declarar um posicionamento político e como nós fomos nos politizando enquanto ciência e profissão e, consequentemente, politizando nossas práticas. Nos últimos anos temos consolidado nossas vinculações entre serviços, universidades, centros de ensino e formação profissional tendo

em vista uma atuação que aproxima os profissionais às práticas sociais com vistas à construção de um serviço público gratuito e de qualidade no país, que garanta o acesso aos direitos sociais. Infelizmente, quando começamos a fazer a diferença para a população brasileira, foram empreendidas uma série de desmontes (Marques, Roberto, Gonçalves & Bernardes, 2019) que intensificaram a precarização do trabalho de qualidade, além da continuidade da construção de políticas e da garantia de direitos da população.

Temos assistido essa série de desmontes da esfera pública da rede de serviços, sendo substituídos por serviços privados que ferem os princípios relativos à construção dos princípios das políticas públicas tais como a equidade, universalidade, integralidade, participação social, ou seja, tudo aquilo que começamos a conquistar com a redemocratização do Brasil. Todo esse desmonte nos remete, novamente, ao que é necessário diante do que acreditamos. O avanço das lógicas capitalistas neoliberais que têm incidido diretamente na precarização dos investimentos em políticas públicas deve nos mobilizar ainda mais. Nossa mobilização deve ser crítica e partir de uma ética cidadã com vistas a lutar por processos democráticos que se pautem pela responsabilização do Estado com relação às questões sociais. Ou seja, nesse contexto de desmonte, considerando a rede de complexidades que constitui o terreno de nossas práticas psicológicas, no serviço dessa política pública, precisamos buscar pensá-las em consonância com uma ética cidadã que está diretamente relacionada às formas como consolidamos os nossos processos democráticos e as prerrogativas de garantia de direitos em prol de uma política que seja de proteção e que não qualifique ou hierarquize as vidas.

Assim, quando falamos em garantia de direitos e políticas públicas, estamos nos referindo não apenas ao conjunto de estabelecimentos e ações governamentais que visam, através do trabalho com a população, operacionalizar o acesso à saúde, educação, segurança e assistência, mas estamos falando principalmente, de um comprometimen-

to ético com a vida, de um exercício cotidiano que nos mobiliza não somente enquanto categoria profissional, mas como cidadãos implicados politicamente com o cuidado, com a urgência por condições básicas de vida e, principalmente, enquanto sujeitos contrários às violências estatais e exposição da vida à morte.

Falar em políticas públicas e comprometimento ético coloca, mais uma vez, a questão proposta por esta mesa com relação àquilo que acreditamos, gostamos e o que é necessário. Isso porque as nossas discussões, as nossas lutas pela vida, pelo direito, pela garantia de acesso para atuarmos junto às problemáticas e que permitam o fomento da vida e da criação de condições de possibilidade de existência que devem sempre ser pautadas pela interseccionalidade, ou seja, ter presente o fato de que as desigualdades e as opressões que existem em nossa sociedade não são efetivadas por apenas um marcador. Ao contrário, os marcadores sociais de raça, classe e gênero interagem na vida das populações que sofrem processos de violência estrutural e, portanto, nos apontam a necessidade de políticas que façam frente a esse sistema de opressão.

Afirmar a interseccionalidade em nossas lutas implica assumir certas posições nos jogos políticos que constituem nossas existências: primeiramente, a luta pelos direitos não deve começar pelo direito, pois o direito em si não garante sua execução. O fato de haver a “garantia” não assegura o “acesso”, tampouco a efetivação dos direitos de acordo com a necessidade singular dos sujeitos que os demandam. Nossa luta é uma luta histórica, política e epistemológica contra as diversas formas de opressão que se sustentam no racismo, na disparidade econômico-social e na violência de gênero que são estruturais no Brasil.

Em segundo lugar, a luta pela garantia dos direitos deve colocar em questão a primazia da preocupação econômica em detrimento da proteção às vidas. Ou seja, nenhum marcador pode ser pensado sozinho: devemos compreen-

der que existe desproporcionalidade na gestão das vidas e que assim como o vírus atinge de modo diferente cada categoria da população, devido aos contextos sociais e econômicos habitados por elas, também o direito e as políticas públicas, embora sejam pautadas pelo princípio da igualdade, são atravessados pelas conjunturas político-econômicas que possibilitam ou não maior investimento, cortes e até mesmo, abandono.

Durante o período de pandemia, por exemplo, essa primazia foi, mais uma vez, exposta sem tentativas de dissimulação em diversos campos que constituem as condições de existência: incêndios criminosos que devastam o ecossistema; ausência logística na aquisição e distribuição de materiais hospitalares, inclusive oxigênio; aumento da letalidade policial; incentivo do uso de medicamentos sem eficácia; retardo na compra e distribuição de vacinas; insuficiência e fim do auxílio emergencial; alta nos preços dos alimentos... e muitos outros que poderiam ser indicados aqui. Todos esses campos se relacionam não só à violação dos direitos, mas à fragilização da possibilidade de operacionalização dos mesmos, precarização das condições de vida e, principalmente, empreendimento de uma violência estatal que, no Brasil, tem sido ininterrupta, deliberada e letal (Galeano, Souza & Guareschi, 2021).

Por fim, diante da multiplicidade violenta, a preocupação ética deve ser transversal em nossas práticas e constituir-se por uma postura desconfiada em relação às nossas próprias ações. Isso significa que estamos sempre suscetíveis a reproduzir certos padrões de poder que nos constituem enquanto sujeitos da branquitude, das lógicas coloniais e, portanto, das problemáticas estruturais já mencionadas anteriormente.

Vemos, então, que a garantia de direitos não deve ser pautada apenas na luta pela efetivação daquilo que é preconizado nas ações das políticas públicas. A nossa luta se insere no jogo político entre gerir e gestar. Se a gestão,

enquanto administração das existências, tem se configurado no presente mais como uma gestão do abandono/das precariedades, nossos esforços devem se direcionar a um “gestar a vida”, um exercício que não é apenas anterior à preocupação com a garantia de direitos, mas que transborda os limites jurídicos. Trata-se de um exercício que não se reduz aos princípios legais, de um cuidado com a vida que assume o risco de desestabilizar os lugares que ocupamos e as certezas com as quais apostamos viver.

Portanto, as políticas públicas não são um conceito abstrato ou domínio teórico. Muito pelo contrário: elas operam uma série de estratégias no coletivo e em todas as dimensões do que chamamos de espaço público, além dos efeitos tanto nas nossas “vidas privadas” quanto em nós enquanto sujeitos. Além disso, as políticas públicas não são um campo imutável e esse é um fato importantíssimo, visto que o processo de avaliação das políticas e a prática dos profissionais que atuam junto às mesmas é que possibilitará que as ações sejam “aperfeiçoadas”, modificadas de acordo com o contexto, alteradas, repensadas e não apenas seguidas como a um “manual sobre como fazer” (Galeano, Guareschi, Reis & Souza, 2021).

A nossa tarefa na atualidade brasileira diante das políticas públicas nos coloca, enquanto ciência e profissão implicada politicamente, em posição delicada: problematizar o direito e as políticas públicas em um momento em que nossas forças estão direcionadas a garantir suas existências, mesmo enquanto sofremos ataques de todos os lados, como: ações privatizadoras em crescimento, aumento considerável do discurso que tenta deslegitimar a ciência, diversos tipos de negacionismo, tentativas de desmonte da seguridade social e da possibilidade de existência da diversidade. Mas não é uma problematização feita sem apostas. Estamos diante de uma situação em que as redes que estabelecemos, os bons encontros, a possibilidade de nos conectarmos e aumentarmos nossa potência de viver tem que ser cada vez mais uma aposta política, ética e epistemológica.

Hoje, também, temos um desafio crescente dos nossos trabalhos que devem se direcionar não apenas às preocupações produzidas nos grandes centros, mas nas cidades pequenas e de interior com suas multiplicidades e singularidades. Do mesmo modo, os conflitos que colocam em risco os territórios e populações tradicionais devem estar sempre presentes em nossas discussões, especialmente quando falamos em direitos, direitos humanos e proteção à vida das populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas do país. Nossas práticas devem ser pautadas no cuidado e no reconhecimento dos espaços de fala, na transdisciplinaridade e na interseccionalidade.

Muitas vezes ainda se coloca em questão a singularidade da psicologia no trabalho em políticas públicas. Isso é uma questão recorrente, principalmente no SUAS, por exemplo: entre a psicologia e a assistência social. Ao nos remetermos a essas questões, temos que nos dar conta que a psicologia tem uma escuta única e singular em relação ao sujeito. A ética da nossa escuta reverbera na forma como pensamos a subjetividade, fazendo-nos pensar nos diferentes processos e modos de constituição das existências que, ao mesmo tempo, nos remete ao caráter público e coletivo de nossas práticas.

Também precisamos tensionar a necessidade de pensar os espaços públicos como espaços legítimos das atividades profissionais de psicólogas e psicólogos. A reativação das redes comunitárias e do território são, definitivamente, espaços que podem ativar nossas práticas profissionais. É nesses espaços que se torna possível problematizar as nossas práticas e produzir novas articulações que estejam em sintonia com as necessidades comunitárias. Esses elementos compõem a construção legítima de nossas atividades profissionais. Essa construção coletiva e pública de nossas práticas profissionais encontra respaldo nas nossas diversas abordagens teórico-metodológicas que se fazem presentes nos diversos momentos da constituição da psicologia brasileira enquanto ciência e profissão.

Gostaríamos de finalizar esta participação reificando a necessidade de práticas localizadas e preocupadas com os aspectos históricos, políticos e sociais que nos constituem enquanto população/território/nação e a forma como esses elementos são intimamente vinculados à nossa história colonial, não apenas no Brasil, mas na América Latina. Esse destaque é necessário porque se ignorarmos esses aspectos não poderemos empreender práticas éticas e com vistas à garantia e proteção das vidas. Nossa história nos mostra que em nenhum momento houve descanso e que sempre nos foi demandado interrogar, como faz este evento, sobre o que acreditamos, o que gostamos e o que é necessário. Sem dúvidas, a nossa ação coletiva é necessária e fundamental para fazer frente às diversas violências que têm sido intensificadas e, até mesmo, autorizadas. Nesse jogo de relações, o CREPOP tem trabalhado incansavelmente na constituição de espaços de coletivização do pensamento e atrelamento de lutas, especialmente direcionado para desnaturalizarmos, problematizarmos e construirmos novas práticas psicológicas.

** Fim do texto de Neuza Guareschi e Giovanna Galenano. As Referências completas e informações sobre as autoras podem ser encontradas **aqui**.*

Isabel: Obrigada, Neuza, pelas palavras e ensinamentos. Passamos, agora, para a Céu.

Céu: Boa noite a todo mundo que assiste. Vocês me escutam bem? Pergunta-chave desses dois anos de pandemia que a gente vive ainda. Esses virtuais, sujeitos a, enfim, quedas de *internet*, dificuldades com equipamentos. Mas começando, é um prazer imenso estar aqui. Fico muito feliz de ter começado a falar depois de Neuza, que me é uma referência muito cara, não só para mim, mas para todas nós que estamos hoje chegando e ocupando um pouco, e produzindo alguma Psicologia nos microterritórios que nos são dados a ocupar. Então, muito obrigada, Neuza, poder estar aqui, também, falar depois de ti, falar depois de alguém que

é referência, sempre é uma responsabilidade. Começando pela minha descrição, antes, de fato, engatar: Eu sou Céu. Estou como vice-presidente do nosso Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro nesse momento, por um tempo, antes disso, coordenei a Comissão Regional de Direitos Humanos também. Sou uma mulher branca, tenho cabelo no ombro, na altura do ombro, que, um dia já foi vermelho, mas, hoje, está um acobreado meio esquisito assim. Estou usando óculos transparente e um batom vermelho meio rosa, e, atrás de mim, tem um banner do Conselho escrito: *“Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, presente”*. Um banner azul com a listra branca e um tom azul um pouco mais claro por debaixo assim; e estou com uma blusa sem manga, azul escura, com uns desenhos de pequenos cisnes brancos no meio. Agradeço muito estar aqui, agradeço o convite do CREPOP, e me sinto muito honrada em poder estar falando em um evento comemorativo, em um evento festivo também, de marcar mais um ciclo de aniversários de um debate que nos é tão caro e de um campo de organização, dentro da Psicologia brasileira, que nos é tão cara, que produziu tantas composições fundamentais para nós, hoje, quer saibamos disso, quer não, mas que somos herdeiros também dessas construções dos últimos 15 anos do CREPOP. Então, sou muito grata e me sinto honrada de poder estar aqui nessa mesa introdutória, em um tempo super curto, falando, também, muito brevemente, temas que são muito mais provocações do que respostas em si. E agradeço, também, a Vanessa e a Patrícia, por estar facilitando um pouco essa nossa conversa, para que mais pessoas possam ter acesso. Muito obrigada por esse trabalho tão fundamental. Eu fiz um roteiro, e fico feliz mais uma vez em ter falado um pouco depois de Neuza, porque vai muito ao encontro. Eu acho que a gente tem uma perspectiva super aproximada, de alguns pontos. Então, nesse pequeno roteiro que eu fiz, talvez retome alguns pontos que ela trouxe, talvez, pegue alguns pontos e passeie um pouco em paralelo. Mas isso é bom, considerando que temos um tempo

super curtinho, então, abre um pouco o debate sobre esse grande tema para essa mesa de hoje. Pensar essa grande articulação entre política pública, direitos humanos e Psicologia. O que a gente vem produzindo? O que a gente tem a ver com isso? O que a gente pode pensar coletivamente sobre esses grandes temas, que, supostamente, são temas diferentes, mas, em algum ponto, se encontram e produzem muitas coisas, às vezes mais até do que a gente percebe. Como primeiro ponto, eu acho que é interessante a gente começar pensando: o que a gente chama de política pública? É uma palavra dada e tem algumas palavras que a gente vai usando no dia a dia, e elas vão, de algum modo, parecendo ser palavras já dadas, e a gente vai passando direto por elas sem pensar muito sobre o que elas significam de fato, o que elas são. Eu arrisco pensar aqui, que políticas públicas é uma dessas palavras. Há alguns anos, a gente ouve falar dessas palavras, a gente liga a televisão, está ouvindo essas palavras, a gente lê algumas coisas, está um pouco essa palavra. E o que a gente quer dizer com isso? Acho que o primeiro ponto que me convoca, eu, Céu, a começar a pensar o que significa uma política pública, é entender que política pública, de uma forma geral e muito rápida aqui falando, é sempre uma forma de gestão do Estado, o que significa, então, que: *"Ah, Céu, então são só os estados, os governos progressistas que produzem políticas públicas? Então, política pública é coisa de, entre muitas aspás, 'esquerdista'?"*. Não. Todos os governos produzem política pública. Todos. Política pública é uma forma de gestão coletiva do Estado. E qual é a diferença? A diferença é que, nem toda política pública é alinhada com a perspectiva da garantia de direitos. Nem toda. *"Como assim, Céu?"*. Exemplifico: o sistema prisional é uma política pública, a compra de armamento, no Rio de Janeiro, fuzil, é uma política pública, passa por uma certa gestão do dinheiro público para produzir um efeito na sociedade a partir de agentes públicos. Então está aí um princípio muito basilar e muito rápido, pensar que é uma política pública,

mas se é alinhado ou não com sistemas de garantias de direitos, é outra conversa. Então, eu acho que isso é um grande primeiro ponto. Política pública é uma grande ferramenta, um grande conceito para uma forma de gestão, e o que muda é se essa forma de gestão vai estar alinhada ou não, com a perspectiva de melhoria de vida das nossas populações, garantir acesso a vidas um pouco mais dignas para as nossas populações. Essa é uma grande diferença: nem toda política pública vai estar preocupada em garantir formas mais plenas e mais dignas de vida para a população em geral. Nem toda política pública, algumas vão, outras, não. O que marca para a gente já começar a conversar sem inocência, de que o campo das políticas públicas, é, então, um grande campo de disputa. Talvez, seja um dos grandes pontos da disputa democrática, da disputa do que significa compor gestão no campo democrático. E compor gestão no campo democrático, passa por apresentar propostas de gestão coletiva, que a gente vai ou não, assumir. E essa apresentação de propostas passa pela proposição, ou não, de determinadas políticas públicas. Então, isso aponta para a gente, como um grande começo de conversa, que política pública é uma grande disputa no Brasil. Sempre foi. Sempre. Desde que o Brasil foi inventado. Só que a gente passa a nomear algumas coisas e passa a disputar de outras formas. Nesse sentido, resgato muito e fico, também, muito tocada, da gente ter começado essa conversa com o vídeo do Marcus, quando ele vai apontando, por exemplo, algumas questões sobre políticas públicas, mas de como, em determinado momento, isso a Neuza também trouxe, a gente passou a entender que esse é um lugar central de composição de projetos outros de sociedade, e a gente passou a disputar esse lugar e propor coisas para esse lugar. Então, não à toa, como Neuza já trouxe superbem, esse lugar das políticas públicas, passa a ser, também, um lugar disputado, porque a gente passou a entender que isso era um grande campo estratégico de intervenção direta, em toda a nossa sociedade. Intervenção muito direta, seja qual

for. Então, a gente tem um marco que modifica uma lógica. Quando, a partir das constituintes, em final dos anos 80, a gente começa a discutir, de uma forma mais enfática pós anos de Ditadura, qual modelo de sociedade brasileira a gente queria, que tipo de vida a gente queria ter coletivamente, que tipo de projetos de sociedade a gente queria ter enquanto povo. E como grande resultado dessas discussões, a gente produziu uma série de marcos lógicos e legais, que possibilitaram a criação, nos anos subsequentes, de grandes sistemas, como o SUS, o Sistema Único de Saúde. E eu posso falar que eu sou herdeira direta. Eu sou a primeira geração que nasceu quando se instituiu o SUS, e não sei o que é viver em um país que não tem um grande sistema único de saúde. As pessoas de uma geração anterior à minha, viviam em um país em que não existia um SUS, do modo como o SUS se configurou. A gente pode entender que esse foi o efeito de uma disputa, o efeito de uma disputa muito direta de pessoas, inclusive, profissionais, inclusive, trabalhadoras e trabalhadores que estavam lá na ponta, inclusive, pessoas usuárias, como nós que também usamos serviços, usamos políticas públicas. Nem sempre temos dinheiro para comprar os serviços que a gente precisa, serviços de saúde, sejam quais forem. Então, teve um momento que a gente disputou e pensou: *“Não, no modelo de sociedade que a gente quer, eu não preciso ter 50 mil reais para poder ter um tratamento médico básico. Eu não preciso ter que escolher entre se eu vou comer ou se eu vou pagar a medicação, se eu vou comer ou se eu vou pagar o tratamento de saúde da minha filha. Não preciso escolher. Preciso que isso me seja um direito”*. Então, aí, a gente começa a falar na perspectiva de direitos, perspectiva de que não é caridade. Não são as bondosas pessoas que estão oferecendo para mim, coitadinha. Não. É direito. E é direito, porque a gente passa a se entender como população e como população que é cidadã, população que participa desse Estado. E, por participar desse Estado, ele tem deveres e obrigações para com a sua população. É a ordem inversa. Por

muito tempo, tentaram nos convencer que a gente tinha obrigações com tal Estado abstrato, mas que o Estado, não deveria nos oferecer nada em troca. Então, acho que essa é uma dinâmica. E, nessa dinâmica, a gente passa a colocar em disputa, por exemplo, passa a pautar modelos de uma sociedade brasileira menos desigual. Nesse modelo de sociedade brasileira menos desigual, a gente mapeou e produziu, por exemplo, alguns pontos estratégicos de atuação, como enfrentamento à fome e à miséria, produção de saúde coletiva gratuita universal e territorializada em todo país, não só nas grandes capitais; a gente passou a pautar direito à educação, educação pública, educação gratuita, não precisa ter dinheiro para poder estudar. A gente começou a pautar isso em determinado momento, que, enfim, faz tempo e, ao mesmo tempo, não faz tanto tempo nesse paradoxo temporal das coisas, da história que vai para frente e para trás ao mesmo tempo. Mas, fato é que, nos últimos 30 anos, a gente teve a produção concreta de grandes sistemas que materializaram isso, como Neuza já falou. Então, a gente teve, por exemplo, a produção concreta e a capilarização do SUS, a gente teve a produção concreta e a capilarização de todos os serviços da Rede de Proteção à criança e ao adolescente; e a gente teve, nos últimos 20 anos só, a produção concreta do Sistema Único de Assistência Social, esse grande sistema que modificou algumas questões. E essas grandes questões se amplificam e isso modifica radicalmente determinada episteme da Psicologia. Ficou inviável produzir a mesma Psicologia que a gente produzia nos anos 80, antes do SUS, antes do SUAS. E, cada vez mais, a gente vê uma lógica de contaminação, numa dinâmica que subverteu um pouco a ordem que a gente foi levado a crer por muitos anos, de que a academia é a grande vanguarda que capilariza e chega na ponta. Em determinado momento histórico nosso, muito recente, como SUAS, por exemplo, a gente se forma e vai trabalhar na Assistência Social sem ter feito discussões sobre o que que é Assistência Social, porque é um projeto relativamente novo de

sociedade. Então, a gente, na ponta, como trabalhadora, começa a viver uma série de questões que a Academia não estava vivendo, não estava se colocando. Então, tem um retorno à Academia dessas profissionais da ponta, que provoca essa academia a pensar: *“Tá, quais são as bases, então, de formação da nossa Psicologia? O que a gente está produzindo enquanto teoria da nossa Psicologia? O que é o campo de atuação da nossa Psicologia?”*. A Psicologia tradicional, clássica, individual, a longo prazo. Dar conta do trabalho da psicóloga no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social)? Não dá conta. Dá conta do trabalho da psicóloga na Casa de Passagem ou com a população em situação de rua? Não dá conta. Então, o que a gente produz aí? Então, a gente viu um campo muito fértil, em que, ao mesmo tempo que amplificou as políticas públicas, amplificou, e muito, nossas possibilidades concretas de trabalho, de sobrevivência, de ganhar salário como psicóloga. Isso volta para a nossa formação e pensa: *“Então, formação, muitas de nós está indo trabalhar na Assistência Social. O que a gente está pensando como política da Assistência Social? Muitas de nós, estamos indo trabalhar em equipes multiprofissionais. O que que a gente está pensando do trabalho da Psicologia, não na caixinha sozinha, mas na equipe multiprofissional com várias outras categorias profissionais ao mesmo tempo? Na mesma intervenção? A gente está pensando sobre isso? Sobre clínica ampliada, sobre clínica territorializada?”*. Enfim. Isso produz esse re-vestrés. Mas fato é que, a gente foi convocada a estar nas políticas públicas enquanto Psicologia, em uma dobra. E aí, no vídeo, uma frase que me marcou muito, é quando ele fala que *“o futuro da nossa profissão dependeria da nossa capacidade de articulação com as políticas públicas”*. Acho que essa ideia que está presente no vídeo inteiro, ficou em mim, no sentido que, parece uma lógica, de algum modo, premonitória. Em pouco tempo, a gente viu como o grande campo de absorção de psicologues, recém-formades, eram

e são as políticas públicas, em especial as políticas de Saúde e as políticas de Assistência Social. Na composição da lógica do SUAS, que a gente participou, inclusive, menos de 20 anos atrás, a Psicologia foi entendida como equipe básica em todos os equipamentos. Todos os equipamentos do SUAS vão ter gente da Psicologia trabalhando, seja na proteção social básica, seja na proteção social especial de média e alta complexidade. E nessa dinâmica, a gente pode pensar assim, e aí, a tom de finalizar já a minha fala, porque eu percebo que eu devo estar chegando no final do tempo já, muito me honra, também, foi um marco muito importante na minha formação como psicóloga, ter sido trabalhadora do SUAS. Eu acho que ter ido para a ponta, ter sido trabalhadora, ter me formado sem fazer muitas discussões sobre o que é trabalhar na alta complexidade da Assistência Social e cair na alta complexidade e aprender, na prática, aprender com a minha equipe multiprofissional, aprender com as minhas usuárias, usuários e usuaries, isso, atravessa definitivamente, a minha formação enquanto psicóloga. No sentido de entender que essa formação é contínua, mas também, de entender que, naquela dinâmica que eu falei no começo, que a gente pode nomear como *"treta"*, eu gosto dessa palavra, eu acho que é uma palavra-conceito que resume o que a gente chamaria de disputas, ou, enfim, uma série de outras questões, nessa pequena treta, de que algumas políticas são alinhadas à pauta dos direitos humanos, outras não são, as políticas, quando são alinhadas às perspectivas de garantias de direitos promovem mudanças radicais na nossa cultura e na nossa sociedade. E eu falo isso enquanto trabalhadora do SUAS. Quando eu fui entendendo, na minha prática, que quando chegava aquela pessoa em situação de rua passando fome, o meu trabalho como psicóloga não era propor psicoterapia, não era analisar as grandes questões subjetivas. Era garantir o direito, garantir primeiro o direito a um prato de comida, depois, garantir direito a ter uma identidade, depois garantir direito a ser beneficiária de um programa de redistribuição de ren-

da. Então, meu trabalho como psicóloga, pelos anos que eu trabalhei na Assistência, era basicamente ajudar as pessoas a conseguir direitos que estavam sendo negados. Isso era o trabalho da Psicologia. Isso estava na Lei Orgânica da Assistência Social. Isso está nas nossas Referências Técnicas. Isso está na prática e nos convoca à nossa prática. Então, nesse sentido, eu entendi que se há políticas que, apesar de serem públicas, produzem acirramento das desigualdades e produzem, inclusive, mortificação e combate a determinadas populações, há outras, por outro lado, como o SUAS, que produzem afirmação da vida, produzem redução concreta da desigualdade, produzem combate concreto à miséria e à fome, produzem, enfim, efeito direto na vida de toda uma gama da população, especialmente a que mais precisa, especialmente a que está mais desprotegida na nossa cultura e no nosso tempo histórico, e que a Psicologia passou a ter algo a falar sobre isso. A Psicologia foi convocada a descer um pouco da torre de marfim dos nossos consultórios, e ali, embaixo do viaduto, conversar com a pessoa sentada no meio-fio, e, a partir disso, a gente volta para a Psicologia e pensa: *"Tá, mas o que a Psicologia me produz? O que eu posso produzir enquanto Psicologia, para garantir um pouco mais de vida plena para essa pessoa?"* *"Ah, Céu, então, talvez, isso não seja Psicologia"*. Mas eu pergunto para vocês que estão assistindo: se a gente pensar Psicologia como essa grande abstração, qual seria o nosso grande objetivo? Não seria garantir mais vida, mais saúde, mais potência para as pessoas que nos chegam? Seja na clínica, seja nos diversos espaços que a gente trabalha enquanto psicóloga? A gente não se configura como uma profissão de cuidado? E o cuidado que a gente produz enquanto Psicologia, é um cuidado de amplificação das possibilidades de continuar cada vez mais fortes, apesar do tempo, apesar do mundo, apesar das dificuldades da vida? Então, nesse sentido, acho que a composição da Psicologia, com as políticas públicas, e com as políticas públicas que pautam a garantia de direitos, produz efeitos ab-

surdamente potentes. Absolutamente potentes. Por isso, não tem como a gente fugir dessa disputa que a gente falou lá do começo. Não tem como a gente, enquanto Psicologia, achar que não tem nada a ver, então, com os debates sobre políticas públicas ou com a cena macropolítica nacional. A gente tem tudo a ver. E eu termino a minha fala reiterando um pouco a fala lá do vídeo que a gente viu, e vou voltar muitas vezes para esse vídeo, de que, muito do futuro da nossa categoria continua dependendo da nossa inserção e da nossa implicação direta no futuro das nossas políticas públicas. Isso fala do nosso campo do trabalho, diretamente, já que é um grande campo que nos absorve como trabalhadoras, mas isso também fala de qual projeto de sociedade brasileira a gente está defendendo, para nós, para as nossas filhas, para as pessoas que a gente nem conhece, mas que a gente, minimamente, deseja que tenha uma vida um pouco melhor do que estão tendo agora. Então, isso fala de todos esses campos ao mesmo tempo. Então, termino minha fala com um convite para quem está aqui assistindo: conheça os marcos legais das políticas públicas, conheça as normas técnicas que a gente produziu pensando o que é trabalhar na política pública; conheça quais são as grandes potencialidades de política pública. Quando a gente entra nesse campo e começa a entender o universo que é esse campo, a gente consegue entender que a Psicologia tem muito ainda a fazer, mas que a gente tem feito muita coisa nos últimos 20 anos. A gente tem feito muita coisa, e somos todos herdeiros de toda essa construção de pessoas da geração anterior. E como pessoas que estamos nesse tempo agora, é o nosso momento de entender o que significa isso que a gente herdou e o que que a gente faz com essa herança. E é uma herança muito, muito cara. E, nesse momento, como finalização, de fato, se algo muito me orgulha de ser brasileira, se algo muito me orgulha de estar sendo psicóloga brasileira, é ser herdeira direta do conjunto das grandes políticas públicas que a gente produziu dos anos 80 para cá. É saber que eu vivo em um país

que tem o SUS, que eu vivo em um país que tem o SUAS. Que eu vivo em um país em que eu não preciso ter dinheiro, se por acaso eu passar mal hoje à noite, eu vou ser atendida, vou ser socorrida. Isso muito me orgulha, e saber que isso não é caridade, não é esmola, não é porque eu sou uma coitadinha, é porque eu tenho direito por ter nascido nesse país. Então, isso muito me orgulha! E que a gente sempre lembre de ter essa perspectiva, para nós, para as pessoas que estão ao nosso redor, e para todo mundo, inclusive, para as pessoas que a gente não conhece, mas que deseja que, minimamente, coletivamente, a gente possa ter vidas um pouco melhores das que a gente vem tendo. Então, muito obrigada a todo mundo.

Isabel: Obrigada, Céu. Obrigada, Neuza. Obrigada, Marcus Vinícius, que também compôs a mesa com a gente essa noite por meio das nossas lembranças. Queria agradecer pelas palavras inspiradas e potentes das duas, que nos fazem esperar. Esperançar tem tudo a ver com a nossa próxima atividade. Esperançar é uma palavra de Paulo Freire. Paulo Freire cunhou esse "*esperançar*", que não é esperança da espera, mas a esperança que tem sempre caminhos, sempre motivação para seguir lutando. Então, passamos agora, a um trecho da peça "*Paulo Freire, o andarilho da utopia*" com o artista Richard Riguetti.

➔ **ASSISTA AO TRECHO DA PEÇA PAULO FREIRE, O ANDARILHO DA UTOPIA**



Richard - Paulo Freire, o andarilho da utopia

Isabel: Obrigada, Paulo Freire. Ou seria Richard? A gente até se confunde. Mas queríamos agradecer esse momento de arte, de cultura, de debate, de crítica, que você traz com tanta delicadeza e profundidade. Continuando a nossa programação, passamos agora a palavra ao Pedro Paulo Bicalho. Psicólogo, conselheiro presidente do nosso Conselho Regional de Psicologia e professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

18 de novembro, 19h45 | Conferência de Abertura

Democracia? Presente! Que Psicologia construímos e para onde queremos ir?



Pedro Paulo: Ano de 2021, 15 anos do CREPOP. Uma iniciativa que marca o início de uma profunda transformação da Psicologia brasileira, com a construção do nosso Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, mas que, sobretudo, marca uma transformação que já vinha acontecendo. E é exatamente sobre essa transformação, os efeitos dessa transformação, que este texto vem abordar. É fundamental lembrarmos que também estamos no ano do centenário do Paulo Freire, esse brasileiro que tanto nos orgulha. O patrono da educação brasileira que representa a todas e todos nós, brasileiros e brasileiras. Esse intelectual, essa figura militante e carismática que tanto nos faz (e faz) sentir orgulho por sermos brasileiros como ele. E o quanto Paulo Freire se torna importante também, para todos aqueles que defendem e que entendem a perspectiva libertária como a única perspectiva possível de transformação social. E, é nesse sentido, que o CREPOP vem, também, consolidar uma transformação da Psicologia no caminho da liberdade. Então, lembrar Paulo Freire, é afirmar a liberdade. Políticas públicas é liberdade. Porque não é possível pensarmos a construção de uma Psicologia que se quer, articulada ao compromisso social,

sem lembrarmos de liberdade. E Paulo Freire, sem dúvida alguma, é esse brasileiro que nos faz pensar sobre tudo isso. Que perspectiva de Psicologia é capaz de construir a articulação junto com o campo das políticas públicas e o que o CREPOP, há 15 anos, tem contribuído para a consolidação dessa transformação?

“Democracia? Presente! Que Psicologia construímos e para onde queremos ir?” Mais importante do que pensar que Psicologia nós construímos e para onde nós queremos ir com a Psicologia, é, fundamental, pensar que a construção dessa Psicologia que nos faz querer ir, é uma Psicologia que dialoga, fundamentalmente, com políticas públicas. Por isso, falar sobre o CREPOP, é falar de conjuntura, é falar de onde nós viemos, que história construímos e para onde nós queremos ir. Falar de políticas públicas, falar de CREPOP, é falar de democracia, e falar de democracia é falar do tempo em que nós vivemos. Democracia é uma palavra que sempre rimou com Psicologia, mas vivemos um tempo, em especial, em que a democracia tem sido uma palavra muito fragilizada pela conjuntura política que nós vivemos hoje. E no momento em que a democracia é fragilizada politicamente, é exatamente o momento em que nós mais precisamos falar sobre ela. Falar sobre democracia, é lutar pela democracia e pensar a democratização da Psicologia, é afirmar o quanto a Psicologia caminhou, sobretudo, a partir do encontro com o campo das políticas públicas. Mas, se falar sobre democracia é falar sobre conjuntura, vamos lembrar que conjuntura é essa que nós vivemos. Estamos em pandemia. E, talvez, a grande pergunta que se faça sobre os tempos atuais, é: como contamos sobre a pandemia de Covid-19? Nesse momento, novembro de 2021, já foram ceifadas 5 milhões e 120 mil vidas no mundo, de Covid; centenas de milhões de pessoas foram empurradas para a miséria e para a pobreza; houve um aumento significativo das desigualdades em todos os países do mundo.

A necessária pergunta é: o que isso tudo tem a ver com políticas públicas? Esse tema que nos faz pensar a importância da construção do CREPOP. Talvez, uma outra pergunta necessária, seja: quando nós afirmamos que 5 milhões de pessoas morreram de Covid, será que essas mortes deram-se de forma igualitária? Melhor dizendo: será que nós podemos afirmar, -ao falarmos sobre democracia- que o Coronavírus é um vírus democrático? Porque, à época em que os primeiros escritos sobre a pandemia de Covid-19 apareceram, um filósofo esloveno chamado Žižek, nos afirmou que tratava-se de um vírus democrático. Ele afirmava isso porque apontava que todos nós somos vulneráveis ao Coronavírus. Independente da classe social, de gênero, do local onde moramos, do lugar social que ocupamos no mundo: todos nós somos vulneráveis ao Coronavírus. Mas, a oportuna pergunta é: será que nós somos vulneráveis do mesmo jeito? Será que nós, efetivamente, somos expostos em iguais condições ao Coronavírus? Pensar um vírus democrático, é possível quando nós lembramos que vivemos em um mundo tão desigual? E num país como o Brasil, marcado pela desigualdade, - nós somos o sétimo país do mundo em desigualdade social-, será que em um país tão desigual, é possível falar que nós vivemos uma pandemia produzida por um vírus democrático? A pandemia revelou extremas desigualdades, como a racial, a econômica e a de gênero. Elas já estão no mundo há muito tempo, mas foi exatamente nos tempos de pandemia, que nós visibilizamos essas nossas desigualdades, e, portanto, nós ainda ampliamos o abismo que existe entre essas desigualdades.

Portanto, me parece que pensar sobre políticas públicas, no momento em que vivemos uma pandemia em que um vírus nada democrático encontra com as desigualdades sociais que nós vivemos é fundamental. Quais são, afinal de contas, os grandes desafios para uma Psicologia que se constrói há 59 anos como profissão regulamentada no Brasil, mas que não se encontrou com políticas públicas há 59 anos? A história da Psicologia no Brasil é muito mais

longa do que a história da regulamentação da profissão, e ainda dentro da história da regulamentação da profissão, o nosso encontro com as políticas públicas, é uma história ainda menor. Foi exatamente nos anos 80, quando nós vivíamos profundas transformações sociais no Brasil, porque era o momento em que nós vivíamos o fim da Ditadura. Também nos anos 80 tivemos a construção do SUS. Também nos anos 80 a gente viveu a construção de uma nova Constituição. Também nos anos 80 que a gente viveu o início de uma luta por uma sociedade sem manicômios. Os anos 80, portanto, transformaram o Brasil e transformaram a Psicologia brasileira.



Essa Psicologia que está em construção e não está em construção da mesma forma o tempo todo. Eu costumo afirmar que, a cada 27 de agosto, dia da psicóloga e do psicólogo, dia em que, portanto, nós comemoramos mais um ano de profissão regulamentada no Brasil, fundamentalmente, o que nós comemoramos a cada 27 de agosto, não é exatamente aquela Psicologia que foi regulamentada pela Lei 4.119, lá no 27 de agosto de 62. Porque, aquela Psicologia, que foi regulamentada 59 anos atrás, era uma Psicologia iminentemente intimista, individualista, construída para que fizesse sentido para uma determinada parcela da população. E não é por acaso que aquela Psicologia só fazia sentido nos grandes centros urbanos. Nós não tínhamos o efetivo exercício da Psicologia em locais que não eram grandes centros, exatamente porque não fazia

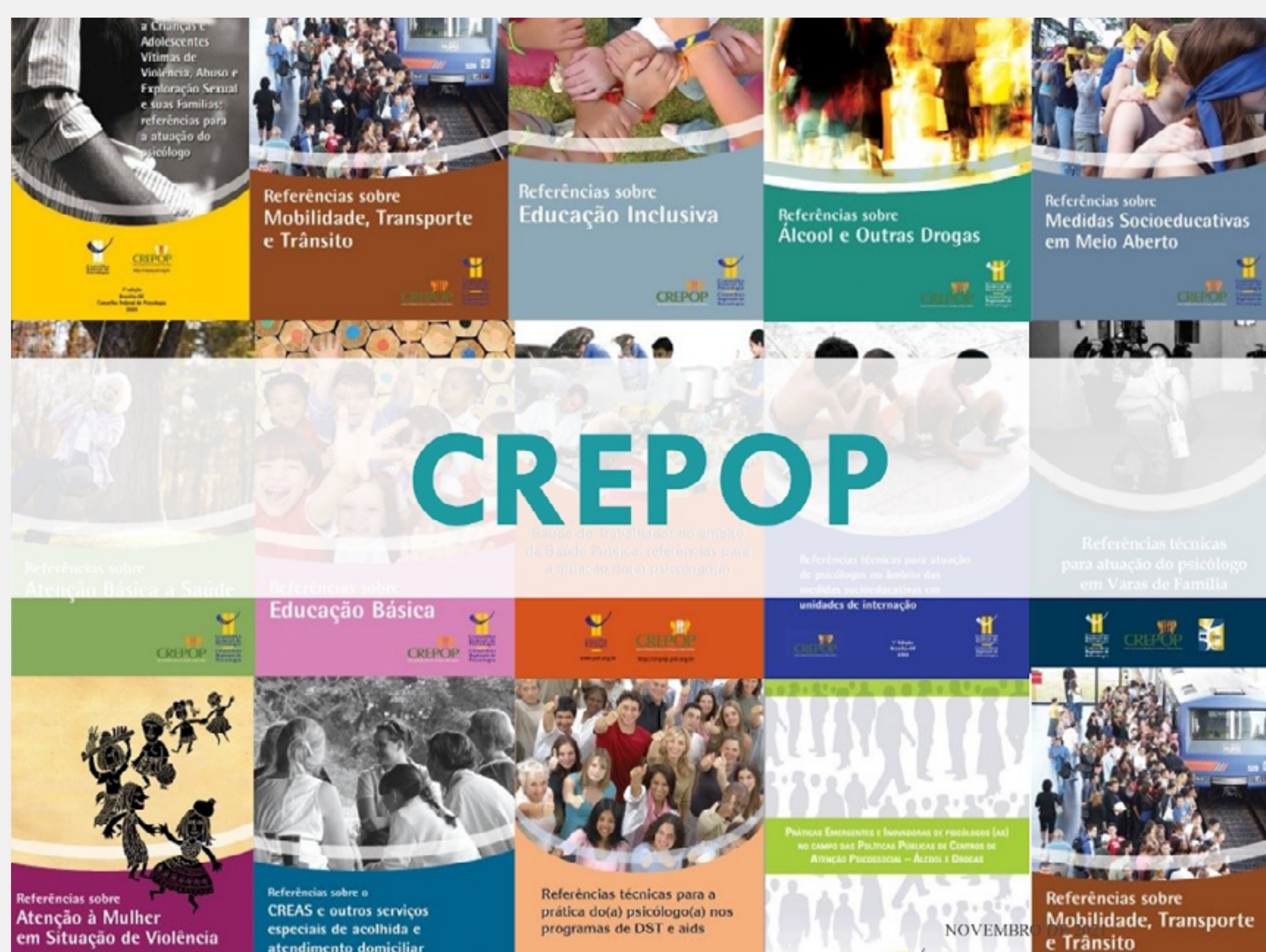
sentido para aquela Psicologia, a articulação com toda a população brasileira. É exatamente quando olhamos para o grande desafio do Brasil, que é a construção do compromisso social, e articulamos o compromisso social com o exercício de psicólogos e psicólogas, que nós começamos a entender que fazia sentido, portanto, lutarmos por construir uma Psicologia articulada às políticas públicas. Portanto, se a história da Psicologia é contada há muito tempo, desde quando os jesuítas chegaram no Brasil, se a história da regulamentação é contada há 59 anos, a história do encontro com políticas públicas, é contada há pouco menos tempo. Exatamente porque foram as lutas que ocorreram, sobretudo nos anos 80, que fizeram com que nós começássemos a desenhar uma Psicologia que fizesse sentido, sobretudo, inicialmente, com as políticas públicas de saúde, depois com as políticas públicas de assistência social, políticas públicas de segurança, políticas públicas de justiça, políticas públicas de educação e todas as políticas públicas que já estão construídas como Referências Técnicas do CREPOP, e muitas outras que ainda virão, porque esse é um campo em construção. Portanto, o CREPOP não é uma iniciativa dada, construída e finalizada. O CREPOP somos nós, também. Talvez, não sejamos nós aqueles que estávamos em 2006, construindo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP, mas, hoje, em 2021, somos nós que temos o compromisso de continuar construindo essa história de uma Psicologia que se faz articulada às grandes questões do nosso povo, que é exatamente aquelas que se efetivam a partir das questões relacionadas à desigualdade social. Para isso, temos que pensar que Psicologia é essa que nós temos hoje.

Hoje, nós somos, exatamente hoje, 413.641 psicólogos e psicólogas, somos 86% de mulheres, em um país com 215 milhões de brasileiros e brasileiras, onde, no país, 52% são mulheres, portanto, gênero é uma marcação na Psicologia brasileira. Queiramos ou não, nós sempre construiremos uma Psicologia articulada a relações de gênero, mesmo

que nós não saibamos sobre isso. A própria construção da profissão, com muito mais mulheres do que homens, inclusive, proporcionalmente à população brasileira, referencia-se a uma construção histórica sobre gênero, que dialoga com o cuidado que é próprio da nossa profissão. Portanto, não é por acaso que nós somos uma profissão de psicólogas, que nós somos uma profissão de mulheres psicólogas, porque, historicamente, se articula cuidado a uma determinada forma de pensar gênero. No Brasil, esse país em que não somente somos mais de 400 mil, mas somos também, o país do mundo com o maior número de psicólogos, a cada 522 brasileiros ou brasileiras, um desses brasileiros escolheu a Psicologia como profissão. E um outro dado que foi revelado em uma pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia ao Dieese, aponta que, 60,8% da profissão atua diretamente ou indiretamente em políticas públicas. Ou seja, políticas públicas faz sentido para mais da metade dos profissionais de Psicologia que exerce a profissão no Brasil. O que significa, portanto, que nem todos são servidores de políticas públicas, nem todos atuam diretamente em políticas públicas, mas mais da metade reconhece que o seu trabalho dialoga com políticas públicas. Portanto, aquela ideia do compromisso social iniciada nos anos 80 por muitos daqueles que nos antecederam, concretizou-se. Hoje, nós somos, efetivamente, uma profissão que articula, que executa, que atua junto às políticas públicas.

Primeiro grande problema: somos enormes, somos 1.018 cursos de Psicologia no país, segundo o Inep. Só que, esses 1.018 cursos de Psicologia no Brasil, muitos deles, constroem uma Psicologia desarticulada, com desconhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e da construção histórica, social e política da profissão. Essa conversa que nós estamos tendo aqui, não é efetivamente uma conversa que acontece em todos os espaços de formação em Psicologia no Brasil. Portanto, nós temos uma ausência sistemática de análises de conjunturas como parte estratégica

da formação, que faz com que, ainda hoje, muitos psicólogos e psicólogas acreditem que a ciência psicológica está desarticulada do pensar uma política para Psicologia, portanto, a ideia de que a ciência não está articulada à política e que a ciência pode ser neutra ainda é uma realidade na formação no nosso país. E, ainda hoje, verificamos uma presença tímida das políticas públicas como parte da formação em Psicologia. Portanto, o CREPOP nasce exatamente a partir desse problema que nós verificamos.



O CREPOP nasce em 2006 como uma política paliativa. A ideia é que nós fôssemos construir o CREPOP para ajudar na formação de psicólogos e psicólogas, para que a gente pudesse, junto com psicólogos e psicólogas, construir Referências Técnicas para a nossa prática profissional. Isso foi em 2006, e acreditávamos naquela época que o CREPOP não teria vida tão longa, porque acreditávamos que, em algum momento, ele não seria mais necessário, porque, em algum momento, todo curso que forma psicólogos e psicólogas, passaria a falar de uma forma muito substantiva sobre a nossa atuação em políticas públicas, e, quem sabe um dia, essas Referências Técnicas todas, fossem parte efetiva da nossa formação, e aí, o CREPOP seria apenas

esse lugar de construir Referências. Só que não dá para ser assim. Exatamente porque nós somos desiguais. A desigualdade que se constrói no Brasil também reflete numa desigualdade a partir da formação de psicólogos e psicólogas no Brasil. O CREPOP ainda é muito necessário e não será a nossa geração que verá o CREPOP como algo que não precisa mais, exatamente porque, políticas públicas ainda não ganhou a centralidade da formação de psicólogas e psicólogos na totalidade dos 1.018 cursos que hoje formam psicólogas e psicólogos. E aí, falar de CREPOP, falar dos 15 anos CREPOP, é falar de uma conjuntura que precisa ser analisada, porque também é parte do exercício profissional de psicólogos e psicólogas. Olhar para o nosso mundo e entender o que o nosso mundo está demandando de nós. Essa é uma das análises de conjuntura possível.



“Escola, não atire”. Esse é o teto de uma escola no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Uma escola precisa colocar uma placa no seu telhado, avisando a quem estiver em sobrevoo, que ali é uma escola e que não se pode atirar. Mas será preciso realmente avisar que é uma escola para que não se atire? O que essa conjuntura está nos dizendo? Por que ainda precisamos colocar uma placa em cima de uma escola para que ela não seja alvo de tiros? Que conjuntura é essa que nós estamos vivendo, olhando, e, muitas vezes, não percebendo?

“Mais conjuntura”. Eis um agente de segurança pública que tem um cassetete, onde está escrito “direitos humanos”.



O que mais essa imagem está nos dizendo? Que conjuntura é essa que nós vivemos em que uma escola precisa afirmar que é uma escola para não ser alvo de tiros? Que conjuntura é essa em que um agente público instrumen-

taliza-se com um cassetete com a inscrição “direitos humanos”. O que isso está dizendo para nós? De que necessidade de luta a conjuntura está nos afirmando? A luta dos direitos humanos é a luta pelo direito à diversidade.

Talvez, seja essa a questão que precisamos repetir e repetir sempre. Lutar por direitos humanos, é lutar pelo direito à diversidade. E quando nós analisamos de mais perto a nossa conjuntura, alguns números existem para nos chamar a atenção.

Quando afirmamos que vivemos em um território em retrocesso, o que estamos apontando? Primeiro, nunca fomos tão concentrados e desiguais: 82% da renda mundial está concentrada em 1% da população. No Brasil, um terço do que é produzido pela população brasileira é apropriado por apenas 1% da população. No Brasil, a renda dos 100 milhões mais pobres, é exatamente igual a dos cinco mais ricos. Cinco pessoas possuem a mesma renda de 100 milhões. É dessa desigualdade, é nesse lugar tão desigual, que nós construímos uma Psicologia brasileira. Um outro dado é que, hoje, na nossa atual legislatura, dois terços de senadores e deputados federais são empresários, em um país em que empresários são 3% da população. Portanto, a quem os nossos parlamentares estão servindo? Quem estão representando?

Bem assim, como diria, ou como pensaria a querida Mafalda: “Devia ter um dia por semana em que os noticiários enganassem a gente e só nos dessem boas notícias”. Mas



não tem sido assim, e nós precisamos entender que lógicas essas notícias estão nos revelando, e o que nós fazemos a partir dessas lógicas que se revelam a partir dessas notícias, a partir desses dados, a partir dessa conjuntura que necessita ser analisada por nós todos.

E aí, nós vamos lembrar que vivemos tempos fascistas. Mas o que que isso significa?

Quando dizemos que vivemos um mundo fascista, dizemos que vivemos sobre três pilares. O primeiro, pilar do fascismo, é a imposição da verdade, mesmo quando o que está em jogo não é a verdade, por isso vivemos em tempos de proliferação de fake news. Vivemos a disseminação de discursos de ódio que são produtores de medo e precisamos entender o que os medos dizem para nós, estudiosos da subjetividade humana.

E um terceiro pilar dos tempos de fascismo: que é o punitivismo como lógica, uma vontade de punir, sobretudo, aqueles que se constituem a partir da diferença, a qual se constitui como lixo. Precisamos pensar de que modo esses tempos fascistas que dialogam com a imposição da verdade, com a disseminação do ódio e com a vontade de punir estão nos dizendo. E de que maneira eles estão transformando a nossa prática profissional? Sobretudo, quando a nossa prática profissional dialoga com esses que representam a grande parcela da população mais vulnerável. Por isso, atuar em políticas públicas é um grande privilégio, para nós, Psicologia brasileira, porque fez com que olhássemos de muito perto o que significa ser vulnerável num país desigual como o nosso. Agora, isso precisa transformar-se em práticas profissionais que sirvam para a luta, que enfrentem os nossos tempos fascistas. Falar de disseminação de discurso de ódio, falar da produção de medo, é lembrar

imediatamente de Mia Couto, poeta moçambicano que nos afirma: **“Há quem tenha medo que o medo acabe.”** Mia Couto nos convoca a pensar o medo como operador político. Mia Couto nos convoca a pensar de que maneira o medo que nós vivemos e sentimos individualmente, na verdade, é uma política de medo. Que forças estão presentes e que saberes estão em jogo na construção dos discursos dos nossos tempos? Que saberes estão em jogo na construção dos discursos de medo dos nossos tempos?

Portanto, vivemos em territórios do medo e precisamos entender como esse medo se constrói e para que ele se constrói, porque, somente assim, faz sentido pensar a nossa atuação no território. E cuidado com os medos, encanta aos medos roubar sonhos e quando os medos roubam sonhos, nós não conseguimos, efetivamente, transformar uma sociedade.



E cuidado com os medos, porque eles também roubam a liberdade. Essa liberdade tão afirmada por Paulo Freire, essa liberdade tão necessária para o nosso trabalho junto às políticas públicas.

Lembrem-se: se os tempos atuais pudessem, estes en gaiolariam nuvens, prenderiam nuvens em gaiolas. Se pudessemos, sim: prenderíamos as nuvens em gaiolas. Portanto, os medos também roubam a liberdade. Precisamos entender em que sentido a liberdade se transforma como algo fundamental para pensarmos sobre isso. Portanto, o nosso território é a desigualdade.

O território desigual no qual atuamos sempre foi fruto de análise daqueles que estiveram presentes na própria construção do CREPOP. A ideia de construir uma “fórmula” para problematizar a construção da subjetividade é construída por aquele que também construiu o CREPOP, Marcus Vinícius de Oliveira, professor da Universidade Federal da Bahia, duramente assassinado alguns anos atrás, cujo crime ainda não foi elucidado. Marcus Vinícius de Oliveira, militante da luta antimanicomial, um dia formulou, através de números, um dispositivo para entendermos a subjetividade. Marcus Vinícius pensa numa fórmula, numa provocação de fórmula, para pensar a subjetividade, lá em 2006, na época que o CREPOP estava nascendo, e a fórmula era outra. Essa fórmula vai sendo adaptada e reconstruída por nós. Mas esses números dizem muito sobre nós e sobre o que nós fazemos junto às políticas públicas. $12 \times 7 \times 215$, elevado a $1 \times 5 \times 7$, igual a aproximadamente 71,1%, 40,2/16 sobre 400EC. 12, porque somos o 12º país do mundo em produção de riqueza. Somos, hoje, o 12º maior PIB do mundo; vezes 7, porque somos o sétimo mais desigual, vezes 215, porque somos, hoje, 215 milhões de brasileiros e brasileiras expostos a diferentes graus de violência. $1 \times 5 \times 7$ é pra lembrarmos que esse é o primeiro país, -por isso o número 1-, em assassinatos de população LGBTQIA+, em especial a população de travestis e transexuais; vezes 5, porque é o 5º país do mundo em assassinato de mulheres, vezes 7, porque o 7º país do mundo em assassinato de jovens. E lembremos que: jovens LGBTQIA+ e mulheres, quando são assassinados no Brasil, 71,1% das causas mortes, são por perfuração por armas de fogo. Portanto, o que significa vivermos hoje, um tempo no Brasil em que a política armamentista está cada vez mais sendo divulgada como política de proteção? Em nome da produção e do cuidado, que formas de sofrimento e exclusão temos produzido? Já dizia a Campanha Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Federal de Psicologia do ano 2011. O que significa acreditarmos que as armas são a saída para um país tão desi-

qual como o nosso? Significa que, cada vez mais, mulheres, jovens, LGBTQIA+ serão assassinados. E lembremos: o jovem negro é mais assassinado que o jovem branco, a mulher negra é mais assassinada do que a mulher branca, o LGBTQIA+ negro, é mais assassinado do que LGBTQIA+ branco, porque, no Brasil, a taxa de mortalidade de negros é de 40,2 pra cada 100 mil, enquanto a taxa de mortalidade de brancos é de 16 pra cada 100 mil. Tudo isso historicamente estruturado pelo denominador da nossa fórmula: 400EC, porque somos construídos enquanto nação, a partir de um histórico de 400 anos de escravização e colonização. E não nos esqueçamos: colonialismo e escravização, que está lá no denominador da nossa fórmula, não representam apenas um momento da nossa história.

O colonialismo não termina em 1822, a escravização não termina em 1888. Colonialismo e escravização não são momentos da nossa história, são tecnologias de poder, tecnologias de poder necropolítico, tecnologia de um poder que faz morrer e que faz viver. Existem aqueles que são mais escolhidos para viver, e existem aqueles que são mais escolhidos para morrer; porque, matar ou morrer, fazer morrer ou fazer viver, é parte de uma política, de uma necropolítica que escolhe alguns mais do que outros. Construimos políticas públicas nessa conjuntura, nessa conjuntura necropolítica. E de que maneira a necropolítica se constrói no Brasil?



O gráfico ao lado apresenta dados do ano de 2015. A soma de pessoas assassinadas nos países em azul, é menor do que a soma das pessoas assassinadas no país de amarelo. Como pode morrer mais gente assassinada nesse país em amarelo do que no somatório dos países em azul?

E qual é o nosso desafio na construção de políticas públicas nesse país? Precisamos fazer algumas perguntas para nós mesmos. A primeira delas, talvez seja: quais paradoxos nos estruturam? Quais paradoxos continuam estruturando colonialismo e escravização como tecnologias de poder?



Como enfrentar as desigualdades? Essa, talvez, seja uma pergunta que precisa ser feita por nós. Como enfrentar as desigualdades também enfrentando as políticas higienistas? Essas políticas que querem encobrir as desigualdades.

Aqui tem uma figurinha que tenta explicar o que é o higienismo: “Vou acabar com toda a pobreza desse país” “Vejam!!!” “Tcharam!!!”. O que é o “tcharam”? É um lençol sobre a desigualdade no sentido de que essa será uma política de tornar findada a pobreza. Políticas de maquiagem. Como enfrentar as políticas higienistas?



A imagem abaixo nos fazer pensar o que significa isso. Nós temos aqui pés engraxados que andam sobre uma parte acima da calçada, enquanto embaixo da calçada, uma pessoa dorme. Política higienista é exatamente isso: é o pseudodireito que nós temos de andarmos num país desigual sem tropeçarmos na desigualdade. E a gente acredita nisso. A gente acredita tem esse direito de não sentir o cheiro da desigualdade, não sentir o gosto da desigualdade, não olhar a desigualdade. E nós, psicólogos



e psicólogas, também acreditamos nisso por muito tempo. Eu acredito que entrarmos nas políticas públicas, sobretudo nas políticas de assistência social, que são aquelas que diretamente nos fazem olhar para a desigualdade social, foi um grande privilégio. É uma grande comemoração podermos olhar para trás e vermos que há 15 anos nós estamos construindo Referências Técnicas para o nosso trabalho nas políticas públicas. É privilégio porque nos transforma. Transforma a Psicologia brasileira poder olhar para uma imagem como essa e entender que sim, temos a ver com isso. Temos a ver com a luta para enfrentarmos isso que se apresenta como imagem, e que se apresenta todos os dias. Vocês não precisam postar uma imagem como essa.

Ela está na rua. Ela está na nossa esquina. Ela está na frente da nossa casa. Ela está no nosso caminho para o trabalho. Ela está dentro do nosso trabalho. Precisamos olhar para isso e perguntar: o que nós, Psicologia, temos a ver com isso? Que lutas podemos travar juntos para transformar ou para ajudar a construir um processo de transformação? Talvez seja essa a pergunta que nós precisemos fazer: E, afinal de contas, e a Psicologia? A potência da prática de uma psicóloga, de um psicólogo, compromissada com a promoção dos direitos humanos está na problematização da vio-

lência e da exclusão produzida na sociedade. Fascismos produzem efeitos no mundo, que podemos (e precisamos) colocar em análise. Uma alternativa possível no reconhecimento da nossa produção coletiva e do caráter político das nossas práticas. Podemos construir outras direções para a prática da psicologia, comprometida então com a ética, com a construção de escolhas autônomas, de modos singulares de existência e de coletivos verdadeiramente potentes. Precisamos retirar a diversidade do plano da violência, pois a diferença configura-se como potência para reinventarmos o mundo, a nós mesmos e a nossa Psicologia que nós necessitamos todos os dias reinventar. Portanto, precisamos chamar o Calvin para nos ajudar nessa tarefa.



O Calvin que transforma um guarda-chuva em uma piscina. Talvez, ele seja uma grande inspiração para nós, psicólogos. Como podemos inventar como o Calvin? Como construir uma Psicologia efetivamente inventiva, onde nós podemos transformar a nossa profissão com uma grande caixa de ferramentas? Caixa de ferramentas onde seja possível, com elas, com as nossas ferramentas, construirmos um mundo melhor para todos nós vivermos.

Portanto, a grande pergunta é: que intervenção é possível quando nós, profissionais de saúde, perguntamos ao sujeito que chega até nós “que parte dói”, e ele nos responde que o que dói é a realidade? Quanta gente nesse momento está sofrendo de Brasil? Qual é a sua dor? Minha dor é o Brasil. Como escutar? Como transformar a nossa escuta em uma escuta política possível de escutar a realidade, a conjuntura, e transformar essa conjuntura em sofrimento. Afinal de contas, como então nos formamos para intervir dessa forma?

Como nós nos formamos para construir uma escuta capaz de ouvir isso, de ouvir essa realidade que faz sofrer?

“A linguagem secreta do clown”. Esse não é um texto escrito para nós, psicólogas e psicólogos, mas para aprendizes de palhaço. Nesse texto, se diz para o palhaço: ***“Mantenha, palhaço, a cumplicidade entre nós e a plateia, porque se nós, palhaços, ignoramos a plateia, a plateia também nos ignora”.*** Como esse fundamento da palhaçaria pode nos ajudar a pensar na construção de uma Psicologia? Como também construir cumplicidade entre nós e a nossa plateia? Como construir uma Psicologia que seja cúmplice das dores, dos sofrimentos, da conjuntura da desigualdade? Certamente, não é através dos cânones europeus que construíram o início de uma Psicologia no Brasil. Precisamos nos articular com autores que entendam que território desigual é esse em que nós fazemos Psicologia. Precisamos dos latino-americanos, precisamos dos



africanos, precisamos de uma Psicologia brasileira que nos ajude a pensar e construir o modo de intervir nesse espaço chamado Brasil. Portanto, precisamos continuar afirmando, precisamos intervir para inverter as lógicas.



Precisamos intervir para enfrentar.
Precisamos intervir para ousar.



Precisamos intervir para produzir diferença, mesmo quando a ousadia de construir diferença seja dada como impossível.

Precisamos construir novos possíveis para produzir diferença no mundo em que nós vivemos. Precisamos lembrar de Clarice Lispector, que em “A hora da estrela”, pontua:

**“Pois a vida é assim: aperta-se o botão e a vida acende.
Só que (não é dito a todos) qual é o botão de acender.”**

Clarice Lispector, em *a Hora da Estrela*

Talvez, seja esse o nosso grande lugar no campo das políticas públicas: precisamos construir com esse outro, com essa plateia, qual é o botão de acender a vida. E não só com Clarice Lispector, precisamos estar junto de Conceição Evaristo, que no poema intitulado “Pedra, pau, espinho e grade”, afirma:

Como Conceição Evaristo pode falar tão diretamente para nós, psicólogas e psicólogos, preocupados no trabalho junto às políticas públicas? Como Conceição Evaristo pode ser inspiração para nós seguirmos o CREPOP e o campo das políticas públicas do Brasil?



E nunca nos esqueçamos: a carne mais barata resiste.

E, por resistir, a carne mais barata nos aponta alguns caminhos importantes para seguirmos.

Por que estamos aqui? Por que estamos juntos, celebrando os 15 anos do CREPOP? Porque temos um CREPOP? Por que é necessário que cada Conselho Regional de Psicologia tenha um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas? Por que, afinal de contas, estamos aqui, nesta publicação? Mais uma vez, a Mafalda: “Viemos tomar a vacina contra o ódio!”



Talvez seja por isso que nós estamos juntos aqui hoje. Para afirmar a luta, a aproximação com as políticas públicas, a transformação da Psicologia, que virou as suas esquinas, e ainda permanece virando. Precisamos agora nos perguntar: como fazemos para virar as nossas?



A Psicologia conseguiu virar a sua esquina e deixou de ser aquela profissão iminentemente, majoritariamente intimista, privatista e liberal, e tornou-se a profissão das políticas públicas. Essa esquina já foi virada pela Psicologia. E as nossas esquinas? "Quando virei a esquina já não era mais o mesmo". Que nós não sejamos os mesmos, assim como a Psicologia também não é mais a mesma. E, por fim, falando de luta, precisamos lembrar de Mangueira, Estação Primeira, que nos afirma: "É na luta que a gente se encontra."

Portanto, se queremos afirmar uma Psicologia que se transforma e que nos transforma, precisamos lembrar que isso não se dá apenas lendo (este) livro. Isso não se dá apenas fazendo Psicologia por rede social. Isso não se faz apenas lendo as Referências Técnicas do CREPOP. Nós precisamos fazer dessas Referências, também, a nossa caixa de ferra-



mentas para as nossas lutas. Se é na luta que a gente se encontra e se as Referências do CREPOP são um instrumento para lutarmos juntos, que celebremos, portanto, esses 15 anos, que lembremos que na

virada das esquinas da Psicologia, nasce o CREPOP como uma estratégia, lembremos, portanto, que, juntos, a luta fica menos difícil para ser enfrentada. E fica aqui todo o meu agradecimento àquelas e àqueles que nos antecederam, que apostaram na luta da Psicologia, que apostaram que a Psicologia no SUS fazia sentido, que apostaram na luta antimanicomial, que apostaram numa Psicologia que dialogasse com a democracia, que apostaram na ideia de que a liberdade é fundamento para a Psicologia. Fica o nosso agradecimento por aquelas e aqueles que construíram essa grande virada da Psicologia e o nosso grande agradecimento àqueles que são protagonistas das viradas que continuam acontecendo. Fica aqui todo o nosso agradecimento àqueles e àquelas que atuam nos CREPOPS, nas políticas públicas junto aos Conselhos Regionais do Brasil e fica aqui, mais especialmente, o meu agradecimento à equipe do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, que nos faz lembrar o tempo todo que o CREPOP é uma política necessária. O CREPOP é uma política importante porque também nos transforma. Nós somos também outros Conselhos Regionais, porque temos o CREPOP junto de nós. Que essa vida seja longa, que esses encontros virem muitas outras esquinas, e que possamos, daqui a pouco, comemorar mais 15 anos do CREPOP.

Isabel: Obrigada, Pedro. É sempre bom te ouvir e sempre bom saber que você vai terminar com um samba, como um bom sambista que você é, e como bons cariocas que nós somos. É na luta que a gente se encontra, é na luta que a gente se fortalece e é na luta que a gente tem que continuar para poder mudar essa realidade que o Brasil vem enfren-

tando, para que, daqui a 15 anos o CREPOP possa comemorar com um Brasil menos desigual e menos injusto. Essa é a luta que precisamos continuar fazendo. Muito obrigada!

19 de novembro, 10h | Mesa de debate

Violência de Estado e políticas públicas: qual o papel da Psicologia nas questões de gênero e raça?



Roberta: Eu sou assessora técnica da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Como um exercício de uma prática mais inclusiva, a gente tem iniciado todas as atividades do conselho fazendo nossa descrição, então, eu vou me apresentar. Eu sou uma mulher cis, tenho um pouco menos de 40 anos, tenho cabelos longos, crespos, próximos à linha da cintura, um pouco abaixo dos meus ombros na verdade,... eu sou uma mulher negra, de pele clara. Sou psicóloga, estou aqui numa das salas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, então, atrás de mim é possível ver uma parede que é metade de azulejo e a parte de cima branca e uma porta branca também, que dá acesso à varanda externa. Hoje, a gente está aqui nessa atividade, que é uma mesa que faz parte do seminário de comemoração aos 15 anos do CREPOP, que é o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Esse seminário teve início ontem à noite, então, a gente teve uma mesa de abertura em que tiveram presentes Neuza Guareschi, que, além de algumas coisas, é coordenadora do CREPOP do Conselho Federal de Psicologia, Céu Cavalcanti, que é vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, já foi coordenadora da Comissão de Direitos Humanos daqui também, nessa gestão, e Céu esteve acompanhada de Isabel, que é nossa coordenadora, é a coordenadora do CREPOP aqui do Rio de Janeiro. Em seguida, o Pedro Pau-

lo Bicalho, que fez a conferência de abertura. Hoje, a gente está aqui para mais um dia dessa programação, segundo e último dia da programação do seminário. Enfim, entendendo que é um seminário comemorativo aos 15 anos do CREPOP, e que, às vezes, a gente, enquanto categoria profissional, não conhece tão bem e tão a fundo o que é o CREPOP, como ele pode nos auxiliar em nossas práticas profissionais. A gente escolheu iniciar essa mesa, que é a primeira mesa do dia de hoje, do seminário em comemoração aos 15 anos do CREPOP, transmitindo para vocês um vídeo que está disponível no YouTube, e eu vou passar aqui. Ele faz justamente essa apresentação: o que é o CREPOP? Para que serve o CREPOP? Por que para a gente, enquanto psicólogas, estudantes de Psicologia, é importante saber sobre o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, o tão falado CREPOP? Então, eu vou começar, antes de apresentar aqui as nossas queridas Luciana e Juliana, eu vou apresentar o vídeo e, em seguida, eu dou sequência à apresentação da mesa e das nossas palestrantes.

→ ASSISTA AQUI O VÍDEO DO CREPOP

Roberta: Enfim, o que a gente quis com esse vídeo? Apresentar, chegar mais próximo da categoria, dizer: *“Olha, hoje o Sistema Conselhos de Psicologia possui um centro que produz Referências Técnicas, que atualiza Referências Técnicas, que está constantemente em diálogo com a categoria para produzir e atualizar essas Referências Técnicas, a partir desses diferentes recursos que a metodologia do CREPOP abrange”*. Enfim, dando sequência à mesa, deixa eu explicar como ela, e na verdade todo o seminário, foram pensados. Para comemorar esses 15 anos do CREPOP e aproveitar e divulgar cada vez mais esse espaço, a gente fez uma conversa interna dentro do Conselho Regional do Rio de Janeiro, ou seja, a gente solicitou que os núcleos, os eixos e as comissões do Conselho Regional pudessem dizer para a gente: *“Olha, dentro da temática central desse seminário, e entendendo o que a gente escolheu, aqui,*

nos 15 anos do CREPOP, é afirmar que esse é um seminário da Psicologia em defesa das políticas públicas e da democracia, consideramos esses temas como pertinentes a serem abordados". Aqui é importante a gente lembrar que esse também é um seminário de posicionamento e de posicionamento não em qualquer momento. Então, assim, dentro dessa discussão maior do cenário atual do Brasil, quais seriam as temáticas, que núcleos, eixos e comissões do CRP RJ consideram pertinentes para dialogar com a categoria nesse momento? E assim a gente compôs essa mesa: *"Violência de Estado e Políticas Públicas: qual é o papel da Psicologia nas questões de gênero e raça?"*. Então assim, essa é uma mesa montada a partir de reflexões feitas junto com o eixo de relações raciais, com o eixo de políticas de álcool e outras drogas e com o Núcleo de Justiça aqui do Rio de Janeiro, e a gente convidou para essa mesa a Luciana Janeiro e a Juliana Scaffo. Eu vou apresentá-las em linhas gerais, mas, obviamente, eu peço para que vocês se apresentem da maneira como vocês se sentirem mais confortáveis. Luciana Janeiro é psicóloga e sanitarista, atua na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, é mestre em Psicologia e especialista em gênero e sexualidade. Juliana Scaffo é psicóloga e apoio técnico da equipe de redução de danos do CAP-Sad (Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas) Alameda, especialista em psicanálise e saúde mental pela UFF (Universidade Federal Fluminense), mestranda no Programa de Mestrado Profissional de Psicanálise e Políticas Públicas da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Então, agora, eu passo a palavra para as nossas queridas, que vão conduzir os trabalhos. Peço para que a gente mantenha os microfones fechados, exceto, obviamente, elas, enquanto estiverem falando. Acho que a gente pode usar o *chat* para perguntas, daqui a pouquinho a gente vai colocar a lista de presença também para facilitar nesse processo por lá, e é isso. Peço para que as duas utilizem dos seus tempos de até 30 minutos à von-

tade e eu vou avisar quando vocês estiverem chegando próximo desse tempo. Luciana é quem vai começar.

Luciana: Olá, pessoal. Bom dia a todes. Antes vou me descrever. Sou uma mulher negra de pele clara, cabelos volumosos, na altura do pescoço, uso uma faixa turbante colorida, óculos, visto uma camisa laranja, meu cenário, aqui, um pouco nebuloso, uma cortina branca, uma parte é um armário marrom, um espelho ao fundo e estou numa cadeira de fundo preto. Bem, então, primeiro eu agradeço a oportunidade, a confiança do CRP Rio em trazer esse diálogo, propor essa roda de conversa aqui com vocês e saúdo também esse evento, que eu acho extraordinário, o quanto é importante termos as Referências Técnicas. Eu já consultei várias, eu até vi ali no vídeo que já foi lançada a de desastres também, que eu também já consultei. Para mim é realmente um material importante. Já participei de consultas [públicas] do SUS, das Varas [de Família], e agora, nos COREPs (Congressos Regionais de Psicologia) a gente está pensando sobre as Defensorias Públicas também. É uma proposta que a gente está articulando para levar para Brasília. Então, eu faço esse uso, eu acho que é extremamente necessário, não só para profissionais que trabalham nas políticas públicas, mas também os que trabalham em clínicas, enfim, que estão no sistema privado de atuação da Psicologia, é essencial que conheçam, porque a gente não trabalha sozinho no Brasil, então, estar em coletivo e conhecer as políticas públicas se faz uma prática necessária, ética, compromissada com o que a gente espera que seja a nossa atuação profissional. Então, o meu profundo agradecimento, primeiramente a vocês e saúdo a todo o trabalho que vocês têm em organizar um seminário, sei o quanto é difícil e trabalhoso. Bom, entrando um pouco no que me trouxeram como proposta, eu costumo ser bem objetiva, vou apresentar um cenário e sei que ontem já foi feito isso, essa conjuntura apresentada, mas eu vou falar brevemente, só para poder adentrar um pouco o Sistema de Justiça e como eu entendo hoje, a partir da mi-

nha atuação profissional, esse atravessamento todo interseccional com gênero e raça para o contexto que a gente vive. Bem, falando de Brasil, acho que com a nossa estrutura social e política, temos sempre que estar pensando que somos pessoas racializadas. Assim, a gente ainda não superou isso, estamos muito distantes de superar. A gente tem a nossa história constituída pelos nossos povos habitantes, povos indígenas, que é de onde é a terra deles. Os povos indígenas sempre se comprometeram a cuidar e honrar todos os seres vivos que habitam nessa terra e chegam os povos europeus brancos e fazem toda a desgraça, violência e matança, injustiças e maldades, que todos sabemos, e sequestram os povos do continente africano e escravizam aqui nas terras indígenas. E essa estrutura colocada é onde se inaugura todo esse processo violento, racista e de todas as injustiças que temos, então, povos brancos que se consideram superiores em tudo, na forma de agir, na forma de falar, na forma de se colocar, que não se veem como seres racializados e subjagam, escravizam e catequizam, tentam impor uma cultura e todas as suas relações de poder para os povos que aqui habitavam, e sequestram, de um outro continente, outros povos. Então, esse é o cenário que é colocado e que hoje a gente tenta fazer uma reparação histórica a todo o momento. Eu acho que nós vivemos algumas reparações, fruto das lutas dos movimentos sociais, muito dos movimentos das populações indígenas, do movimento negro, e, por algum momento, ficamos numa situação de conquistas mesmo. A gente vem tendo, ao longo do direito, conquistas em direitos constitucionais, representação no parlamento, mesmo que ainda muito longe da Constituição da nossa população brasileira. Então, tivemos alguns avanços, as políticas de ações afirmativas, as cotas, e, assim, me traz a sensação que, por algum momento, trouxe um certo apaziguamento, talvez, e... invisibilidade não, porque essas lutas nunca foram invisíveis, mas uma amenização, como se esses processos, talvez, não estivessem tão evidentes, e tivemos um

momento político histórico disso. E hoje a gente vive esse horror, o Estado brasileiro alinhado com essa onda mundial que se expõe. Assim, a maquiagem saiu, não tem mais maquiagem, não tem filtro, e o que estava, de alguma forma, um pouco ali apaziguado ou sendo negociado, tendo as suas reparações, isso paralisa, e a hipocrisia assume a sua face. O caráter racista que sempre esteve, que nunca deixou de existir, preconceituoso, a intolerância, sem filtros e legitimados pelo grupo político que está hoje. O cenário é de horror. Então, é a conjuntura de retrocesso dos direitos constitucionais. E aí vem tudo. Destruição das nossas políticas públicas, tem toda essa estrutura arquitetada para que isso não avance, nossas lutas não avancem, mas a gente não está aqui para brincadeira e sempre foi na atividade, sempre foi na resistência, sempre foi com tiro, porrada e bomba, mas de uma forma estratégica, então a gente vai continuar assim. E aí eu estava escrevendo, semana passada, um artigo e li lá na tese da Cida Bento, - aí eu convidando a Cida Bento aqui para nossa conversa -, porque ela, em 2002, já colocava, lá quando ela fala de branquitude e poder, na tese de doutorado dela, ela faz uma análise ali nos Estados Unidos e ela coloca que nos anos 80 a classe média estava sentindo-se ameaçada, sentindo-se perdendo os privilégios, o Partido Republicano vai, capitaliza esse medo da classe média e começa a fazer um ataque às políticas de ação afirmativa, propondo a redução dos gastos sociais, o desmantelamento do Estado de Bem-Estar. E ela trabalha esse conceito de branquitude. Então o discurso da branquitude estava carregado de medo, de ressentimento. Essa amargura toda dá ascensão aos partidos populistas, a um novo populismo. Isso é ela relatando, a partir de um autor que conta, nos Estados Unidos, na década de 1980. E no que que se pautava esse populismo? Na família, na nação, nos valores tradicionais, no individualismo contra a democracia e na diversidade cultural. Então, a Cida escreve isso em 2002, numa análise de um autor, que fez em 1980, e aí nesse cenário os negros, que

eram, lá nos Estados Unidos, tidos como minoria, passam a ser responsabilizados pelos problemas sociais que estava se vivendo. Bom, eis o que que a gente vive hoje, e trazendo isso para uma leitura racializada aqui no Brasil. Então, esse desmonte das políticas públicas, que vai ter, claro, o seu impacto onde as políticas públicas, principalmente as políticas de cunho social, de assistência social, saúde, educação, que atendem as populações mais vulneráveis, e falando de Rio de Janeiro especificamente, a nossa população negra e periférica, quando deixa-se de investir, isso é racional, isso é estruturado e pensado para deixar de fazer, deixar de investir e deixar morrer. Deixar. Então, isso, a gente vem reagindo, a gente vem sim, desde sempre, isso não é pacífico de forma alguma. E tentam calar, tentam invisibilizar, mas não conseguem não. E eu acho que momentos assim, quando a gente pode fazer essa partilha... porque não tem uma única saída, né? A gente traz para o coletivo. É o coletivo, sempre foi o coletivo, e aqui é o coletivo. O nosso coletivo profissional de Psicologia, o que temos a ver com tudo isso? O que temos a ver com toda essa história? Somos pessoas que escutam vidas e que temos ferramentas, e temos essas possibilidades de, com um suposto poder-saber que temos, e temos como fazer dele também, mas que caminhos a gente segue? E aí eu entro no Sistema de Justiça. Bom, quando eu falo de Sistema de Justiça, talvez, quem nos escuta... porque, para mim, isso era muito confuso, que eu fui uma profissional do SUS por oito anos, atuei na política de saúde, eu faço concurso em 2014, em 2016 eu tomo posse na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e foi um universo muito diferente para circular, porque são linguagens diferentes, são processos institucionais bem distintos, bem endurecidos, e que o racismo é bem brasileiro, bem velado, bem silencioso, bem sutil, outras vezes não, outras vezes é bem mascarado. Bom, e aí quando eu falo de Sistema de Justiça, eu falo da Defensoria Pública, do Ministério Público, que é o órgão que fiscaliza o cumprimento da Lei, e o Poder Judi-

ciário. Então falo do Sistema de Justiça como a composição desses três entes. Eu vou dar um foco, porque eu acho importante a gente falar das vidas que lidamos, então vou trazer duas situações de vida para exemplificar como é a atuação do Sistema de Justiça e essa interrelação que fazemos com as políticas públicas. Bom, eu vou falar desse atravessamento, que é o atendimento às mulheres negras em situação de rua, quando são lidas, pelo Sistema de Justiça como um todo, como incapazes de prover o cuidado da sua família e de seus filhos. E como isso se operacionaliza dentro do Sistema de Justiça? Bom, eu trago duas situações como exemplo mesmo, mas são situações reais e eu vou dar nomes a elas, porque nós temos nomes. Marta, uma mulher negra em situação de rua, chega a parir sob o efeito de alguma substância psicoativa em uma maternidade pública do Rio de Janeiro, e a criança fica no hospital, ela nasce prematura, não pode receber alta, e Marta recebe alta, mas a filha não. E, no dia seguinte, a avó, após a alta, vai ao hospital e se apresenta como a pessoa que vai exercer o cuidado, entendendo que Marta, naquele momento, estava ali com algumas vulnerabilidades... e aí vai, já, a minha leitura, né? Assim, uma vulnerabilidade psíquica, rompendo com a maternidade mesmo, com aquele momento de ter um filho (era a primeira filha da Marta), e junto às outras questões de vida que ela já tinha. Então, a avó entende que a Marta precisa de um apoio. Toda maternidade, cá entre nós, precisa de um apoio, a maternidade não se faz sozinha. E a avó é essa pessoa que se apresenta, a avó da criança. E, para surpresa da avó e de Marta, essa criança não pode ser levada para casa, porque já tem ali uma indicação de certa magistrada da Vara de Infância, falando que a criança não pode sair sem autorização judicial, que aquela criança está para avaliação ou acolhimento institucional. E aí a Marta e a avó ficam muito perdidas, sem saber o que fazer. As profissionais da maternidade, a assistente social orienta buscar a Defensoria Pública, - o que foi uma excelente conduta das colegas da maternida-

de -, e essas mulheres chegam à Defensoria Pública, Marta e a avó da criança. Bom, trazendo aqui de uma forma mais breve para não tomar todo o tempo, o que acontece? Essa criança é acolhida, vai para o abrigo. Quando vamos ler, eu e a assistente social que atua junto comigo, quando a gente vai ler o porquê essa criança foi acolhida, qual foi a decisão ali, qual foi a sentença para o acolhimento dessa criança, essa avó foi ouvida, foi lá na Vara da Infância também, foi atendida por profissionais, por psicólogas lá também, e no relatório... que é um produto nosso a partir da nossa atuação no Sistema de Justiça, produzir relatórios que vão subsidiar decisões na Defensoria Pública, decisões para o defensor ou para a defensora pública, no Poder Judiciário, decisões para os juízes, e no Ministério Público também, decisões das promotoras. Então, assim, damos essa assessoria técnica. Esse é o nosso fazer, um pouco do nosso fazer. E aí quando a gente lê, o que a gente vê? Uma narrativa construída despotencializando e descreditando o cuidado dessa avó, mas baseada em quê? Esse relatório constava que a avó era uma pessoa idosa com uma doença pré-existente e que seria incapaz de gerir o cuidado para uma criança recém-nascida e prematura, e quando a gente entrevista a avó e a gente pergunta qual é a doença, a doença é diabetes. Uma mulher de 65 anos tem diabetes. Eu tenho diabetes. Em 2009 foi lançada a Política Nacional de Saúde da População Negra. Diabetes é uma doença que acomete majoritariamente pessoas negras e tem todo um arcabouço aí que contempla esses estudos nutricionais, essa herança. E isso é o argumento para inviabilizar o cuidado de uma criança, recém-nascida e prematura, por uma avó, considerando que o melhor seria creditar à uma unidade de acolhimento institucional, que é uma medida excepcional, ou seja, quando não tem ninguém para cuidar, quando não tem nenhuma família, quando a criança está ali numa vulnerabilidade extrema. Bem, e aí foi muito difícil. Uma atuação muito difícil de poder lidar para poder, essa criança, estar no cuidado

da sua família extensa, que é o que dita todo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a nossa legislação basilar de proteção à criança e adolescência. A gente não está falando de um mês, a gente está falando do início de uma vida longe da sua família de origem, da sua família extensa, longe da sua mãe, longe da sua avó. Isso foram quatro meses. A criança, por quatro meses, viveu em acolhimento institucional, viveu no cuidado de outros. E uma equipe muito bem assistida ali, essa equipe do acolhimento que corroborou para a saída dessa criança e é importante falar isso. Porque aqui a gente fala de profissionais que estão atuando na política de saúde, na maternidade, que tiveram uma atuação muito importante. Falando da política de assistência, quando a gente fala do acolhimento institucional, e a gente fala também do Sistema de Justiça, então lugares que ocupamos, e que, dependendo do que a gente tem de arcabouço, não só teórico, mas também, principalmente, da falta de leituras, não só de mundo, mas de leituras que não são colocadas para a gente numa formação acadêmica. Assim, a gente estuda Psicologia... me formei em 2008 e aí eu não estudei Cida Bento, eu não estudei Lélia Gonzales, eu não estudei Virginia Bicudo, psicanalistas, psicólogas, Isildinha Baptista, enfim, poderia estar falando aqui. Temos essas referências, que ainda hoje são vistas... Roberta Frederico, professor Hildeberto, que acompanha aqui o Núcleo de Relações Raciais, enfim, e profissionais que publicam e têm todo um conhecimento teórico, que é necessário fazer essa leitura para a gente atuar nas políticas públicas. Bem, essa foi uma cena que eu trouxe. Eu teria outra aqui para poder compartilhar com vocês, que é uma situação muito próxima, que é uma mulher chamada Vanda, uma mulher, também, negra, que entra para parir numa maternidade, porque, assim, ainda busca a maternidade... Muitas não buscam porque sabem que ali pode não ter o acolhimento. Essa experiência que a gente já teve anteriormente, que eu falei, são experiências que ficam, que marcam as vidas, e que são partilhadas entre

nós. Então, já é difícil ter uma confiança em algum espaço público, muitas vezes, e essas mulheres em situação de rua e que fazem uso de drogas sabem que não podem confiar, muitas vezes, nesses espaços. Não podem mesmo, porque se vão confiar, e aí tem uma determinação judicial para aquela criança ser separada dela, ela vai arranjar outras formas de ter suas filhas, seus filhos. E arranja sim. É por isso que não se tem credibilidade. E a Vanda entra na maternidade... ela é trabalhadora de rua e estava num sinal com os seus filhos, vendendo doces e entra em trabalho de parto, e ela estava acompanhada das suas crianças, que não estavam trabalhando. Importante falar isso. Ela estava ali com uma amiga que estava olhando as suas crianças, estava nesse cuidado, ali na rua, olhando, e ela entra em trabalho de parto. Só que, até então, ela não sabia que estava em trabalho de parto e vai para a maternidade com os seus filhos, um de sete e outro de cinco anos, e a terceira filha de três anos, e aí entra em trabalho de parto, e dali da maternidade ela fica, e é acionado, claro, o Conselho Tutelar, porque as crianças não podiam pernoitar ali, não tinham contato com outras pessoas, enfim, e aí as crianças são acolhidas também, os outros filhos. E Vanda, depois de alguns dias, recebe alta e sabe que as crianças não estavam ali, mas foi orientada a ir à Unidade de Acolhimento, porque elas não tinham onde dormir e não poderiam ficar ali na maternidade sozinhas. Só que ela também sai sem a filha que acabou de nascer porque já tem uma decisão judicial orientando que essa criança não poderia sair junto, e ela fica sem entender o porquê. *"Por que a criança não vai sair?"*. Bom, e essa é uma outra situação que chega à Defensoria Pública, porque ela entra com três filhos na maternidade e sai sem nenhum filho. E essa situação foi muito mais difícil de atuar. Durou aproximadamente um ano. Porque, o que que a gente encontra? Essa mulher, que já está na situação de uma fragilidade imensa de entrar e sair sem os seus filhos, sem entender o que aconteceu, porque, de fato, como você vai entender que você vai ter um filho e

você sai sem o seu filho? E de ter uma acreditação, e aí uma suposição, que o racismo faz isso, de que esses outros têm uma legitimidade de poder, de saber, esses outros brancos, e aí o Poder Judiciário, de que, talvez, realmente, esse seja o melhor, de se sentir desacreditada até no seu próprio cuidado. Porque ela estava em situação de extrema vulnerabilidade social e se colocando em questionamento se ela realmente tinha os elementos para poder prover o cuidado dos seus três filhos. Então existe uma suposição de que o próprio Sistema de Justiça tem uma autoridade social, uma ideia de validação social, que, talvez, saiba o que é o melhor sobre a vida do outro, porque decide sobre vidas. E aí a Vanda demora a chegar, acho que uns três meses até à Defensoria Pública, porque ela fica num luto, ela entra em estado depressivo, ela faz uso sim, abusivo mesmo, então ela se afunda. Ela estava destruída, devastada. E ela chega à Defensoria Pública, amparada por outras mulheres que veem ela na rua e conseguem amparar até chegar à Defensoria Pública, em luto ainda. Então ela chega com a cabeça baixa, com a linguagem corporal dela querendo se esconder, se afundar, e entra em toda aquela estrutura ali de pessoas, e pessoas que ela não vê como pessoas iguais, e ela não acha que vai ser possível reaver os filhos. Ela realmente acreditava que não tinha o que fazer e por isso ela estava vivendo o luto da perda dos seus filhos, estava se mortificando. Porque o racismo, ele tem várias formas de matar a gente. Tem o tiro direto na cabeça, tem várias estratégias aí. Essa é uma delas. Então foi muito mais difícil. Foi difícil para a gente acolher também. A gente também fala dessas dores, e é importante que a gente coloque isso, a atender a nossa população, nós, que atendemos a nossa população, isso entra em contato também com as nossas dores, é bom a gente estar advertido e alerta de saber como. Porque não dá para desvincular, isso não é neutro, isso não é separado, isso está ali. Então a gente também precisa de um suporte, a gente precisa também se amparar, um coletivo

com a gente para a gente poder conseguir fazer essas atuações e essas leituras, e ter uma prática antirracista. Bem, Vanda precisava, principalmente, ser cuidada e ser olhada enquanto mulher, antes de conseguir se deparar com uma audiência, por exemplo. Porque a audiência é um massacre total. Se você não está preparada para estar numa audiência, e se prepara para lidar com juízes, com autoridades, com essa autoridade branca legitimada socialmente que diz sobre você e que toma decisões sobre você, isso é muito difícil. Quem aqui não tem medo de um juiz, gente? Quem aqui já não ficou um pouco assim também, ou sabe que até, por exemplo, produz um documento, sabe que esse documento pode passar por alguma instância judiciária, alguma coisa assim? É amedrontador para todos nós, inclusive, para essas mulheres que já tiveram a vida, de uma certa forma, decidida por outros. Bom, Vanda, sim, ergue-se, cuida-se, e ela consegue, depois de quase um ano, reaver seus filhos e filhas, mas com um trabalho muito, mas muito intersetorial, o que é difícil a gente ver acontecendo mesmo. A gente, que trabalha com as políticas públicas, sabe como é difícil falar com escola, falar com CRAS, consultório na rua... porque é tudo feito para destruir todos esses diálogos e essas construções que a gente tenta, o tempo inteiro, estar fazendo para ter esse amparo, mas a gente vai fazendo, nas brechas, o que é possível. E aí, depois de um ano, ela consegue reaver os seus filhos. Bem, essas são as histórias de vida que eu trouxe para poder articular o quanto que a gente tem aí de muito trabalho, porque o cenário que eu comecei falando, há uns 500 anos, é o cenário que a gente vive hoje ainda. Que essa supremacia quer ainda continuar sendo, não se deu conta que não dá, que não é possível e que não vai ser, e que a gente não vai deixar isso acontecendo de jeito nenhum, e que não vamos nos calar. E querem que a gente se cale. Mataram Marielle e outras mulheres, mas a gente se apoia, se fortalece e a gente segue. Então, o Sistema de Justiça tem esse poder de destruir vidas negras, vidas in-

dígenas, mas esse poder é quando se renuncia o seu dever constitucional, o seu fazer constitucional, e pensar a branquitude, o colonialismo é pensar sobre toda essa estrutura que não quer ser pensada. A gente está aqui para provocar o que tem que ser pensado. Apesar de não ser um problema nosso o racismo, da população negra, nem problema dos povos indígenas, ele só tem sido pensado por nós. Essa problemática que mata, que provoca todo esse genocídio construído estruturalmente, tem se reatualizado a cada momento. Hoje o que a gente vive é só mais esse massacre reatualizado com mais outras ferramentas e outros elementos, que nunca deixaram de existir. Então, só finalizando, gente. Acho que o recado foi dado. Eu queria só saudar e dar as minhas bênçãos a todas as mulheres negras que vieram antes e que propiciaram fazer essa troca aqui com vocês, que isso tudo não sai de mim. É uma vocação de vozes, é uma vocação de fazeres, de inconformidades. Então eu saúdo a Dandara, Tereza de Benguela, Carolina de Jesus, Ruth de Souza, Conceição Evaristo, Jurema Werneck, que estava lá na CPI da Covid, Sueli Carneiro, Zumbi dos Palmares. Benção, saudações, porque é por nós, e a gente pega o legado e continua. E precisamos do coletivo para isso. A gente não faz sozinho, tá? Obrigada. Beijos.

Roberta: Luciana, muito, muito, muito obrigada, viu? Muito obrigada mesmo. Não é a primeira vez que eu te ouço falar, não é a primeira vez que a gente se esbarra por aí. Eu sempre te agradeço, porque eu entendo que as suas reflexões são extremamente pertinentes. Você fala de um lugar muito importante, né? Quando a gente pensa em termos de políticas públicas e da perspectiva intersetorial, o Sistema de Justiça pode ser um agente muito violento em termos de violência de Estado, falando propriamente. Eu ouvi várias coisas aqui que eu fiquei com vontade de comentar, falar, mas eu vou guardar isso aqui para o final. Vou pedir para que a Juliana Scaffo se apresente e faça a sua descrição. Quero agradecer também a sua presença, e vamos seguindo, gente. Se vocês tiverem dúvidas,

questões, podem ir colocando aqui no chat que depois a gente, no final, faz essa conversa.

Juliana: Bom dia. Bom, eu sou a Juliana, sou psicóloga, atuo, como a Roberta já mencionou, em uma equipe de redução de danos de um CAPSad. Eu sou uma mulher cis, negra, de pele clara, com cabelos no tamanho médio, na altura dos ombros. Eu visto uma camisa azul, e estou com um fundo de uma cortina branca. Agradeço, primeiramente, o convite, porque eu acho muito importante a gente poder se posicionar nesses espaços, podendo falar, podendo conversar sobre esses temas. Hoje eu venho, antes de tudo, falar de políticas de drogas, porque eu acho que é um tema que é atravessado pela raça, pelo gênero. A gente tem presenciado que o Estado brasileiro reconhece que tem corpos matáveis, corpos que possuem cor, que possuem endereço, corpos pretos que vivem nas favelas, nas regiões periféricas, que vivem nas ruas, e acho importante que nós, profissionais da Psicologia, que atuamos nos diferentes campos de atenção a esses sujeitos que fazem ou não uso abusivo de drogas, que a gente se encontra num contexto de guerra às drogas, e isso é materializado pelas mídias. Então, a gente pode presenciar tudo isso. Eu fiz, antes de mais nada, um apanhado, porque achei importante contextualizar, apesar de imaginar que isso já tenha sido feito, porque desde que se pensa em Política Nacional de Saúde Mental, desde a Lei 10.216, que foi lá em 2001, a gente teve alguns avanços e alguns retrocessos, pensando em políticas públicas referentes ao cuidado de pessoas que fazem uso abusivo de drogas. Então, em 2001, a gente teve a Lei 10.216, mas logo no ano seguinte, 2002, a gente já teve a instituição de uma Política Nacional Antidrogas. Eu acho isso curioso. A gente pode dizer, então, que não é um percurso linear, ele foi repleto de avanços, repleto de retrocessos. Em 2005 foi aprovada a Política Nacional de Drogas, o CONAD (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas), e no ano seguinte, em 2016, a gente teve a distinção das penas para usuários e traficantes, apesar da gente

não ter uma quantidade estabelecida que determine o que pode ser considerado tráfico. Não existe uma quantidade determinada. Então fica a subentender ali, fica a partir do que é considerado pelo juiz ou dos policiais que fazem a abordagem. Em 2009, a Casa Civil dispôs sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social, regulando a isenção de contribuições para as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e aí inclui as comunidades terapêuticas nessa categoria. Em 2011, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Atenção Psicossocial, a RAPS, no âmbito do SUS, indicando o desenvolvimento das estratégias por redução de danos, com ênfase nos serviços de base territorial, mas, contraditoriamente, ele inclui também as comunidades terapêuticas na categoria de atenção residencial de caráter transitório. E, no ano seguinte, incluiu incentivos financeiros de custeio à essa categoria. Coincidentemente, a gente pode dizer que esse ano ficou marcado pela guerra ao crack; a partir de investimentos milionários ao *"Programa Crack, é Possível Vencer"*. É uma guerra que logo se deslocou de uma guerra da substância para uma guerra contra as pessoas que a utilizam, principalmente as pessoas que estão em situação de rua, que é a população que, basicamente, a equipe de redução de danos trabalha, porque são pessoas que não chegam ao local, ao espaço físico do CAPS. Em 2017, ocorre a alteração das portarias, da consolidação número três, que se refere às normas sobre as redes do SUS, no caso, a RAPS, e número seis, que se refere às normas sobre financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e serviços de saúde do SUS. Com essas alterações foram inclusos os hospitais psiquiátricos. Em 2018, a CONAD defende diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD, que é a Política Nacional Antidrogas, que a gente falou lá em cima, defendendo um projeto de lei da Câmara dos Deputados que retira a prioridade da redução de danos e propõe a abstinência e o acolhimento em comunidades terapêuticas. Em 2019, apesar da nota técnica ter saído

do ar, a gente não pode deixar de considerá-la como mais uma tentativa de desmonte. Em 2020, a proposta do atual governo vaza na mídia, abordando uma nova mudança na Política Nacional de Saúde Mental, propondo, entre outras... e aqui eu fiz questão de listar todas elas, então eu vou ler, porque eu acho que é bizarro, mas é bem pouco. Propondo, entre outras, a revogação de mecanismos de fiscalização de hospitais psiquiátricos e a extinção das equipes que apoiam a transferência das pessoas, que hoje residem nesses equipamentos, para as famílias de origem ou equipamentos de assistência social, ou seja, extinguir a fiscalização dos hospitais e as residências terapêuticas. A extinção do atendimento psiquiátrico no CAPS, do Serviço de Atendimento à Saúde em População de Rua, controle sobre as internações involuntárias de pessoas com dependência química, que, atualmente, a demanda tem que ser comunicada ao Ministério Público, a revogação do Fórum Nacional sobre Saúde Mental de Crianças e Adolescentes e as diretrizes sobre saúde mental indígena, transferência da responsabilidade da política sobre drogas para o Ministério de Cidadania e a criação de serviços específicos para pessoas com diagnósticos de dependência química e outros transtornos psiquiátricos. Então a gente pode presenciar aqui que o Brasil está indo na contramão de muitos países europeus, do Canadá, do Uruguai, que já reconheceram que a guerra às drogas, além de ser cínica, só faz circular o capital e a violência. Recentemente aparecemos em último lugar na lista de 30 países, que avalia as políticas às drogas, pela Harm Reduction, atrás, inclusive, da Indonésia, que possui uma pena de morte para pessoas que fazem o tráfico de drogas, então a gente já pode ter ideia do que que é a política de drogas no Brasil e essa guerra ao tráfico, supostamente. Acho que a gente não pode falar em atenção psicossocial com usuários de drogas sem considerar o contexto social e público que a gente vive, mundial e local, de guerra, onde a reforma psiquiátrica, as portarias e estratégias de redução de danos

emergiram como uma possibilidade de resistência, criando alguma alternativa ao proibicionismo, visto que os nossos usuários têm morrido não apenas de overdose, como acontece nas mídias, como a gente acompanha nessa fantasia sobre o que é o uso da droga ou com infecções, mas os nossos usuários morrem, e a gente tem acompanhado isso diariamente, de tiro, tanto da polícia quanto do tráfico. A gente tem percebido e tem perdido alguns pacientes. Então acho que é importante destacar isso. Mas também morrem a partir dos discursos que são produzidos, impedindo que eles sejam escutados, dificultando o acesso a serviços de saúde, de assistência, quando o uso da droga aparece antes do sujeito, não possibilitando que sejam acolhidos ou que sejam encaminhados para algum serviço. Como, por exemplo, acompanhei, em algum momento, uma pessoa que tinha quebrado a perna e chegou a um atendimento clínico, e foi dito que ele precisava procurar um hospital psiquiátrico porque ele fazia uso de drogas e ele estava com a perna quebrada. Eu acho que esse é um momento que a gente tem um dever ético de ocupar esses espaços, de poder discutir isso nas universidades, nos debates, nas supervisões institucionais, nos conselhos municipais, regionais para que a gente possa elucidar e desmistificar, para a população e as instituições, que esse discurso criminalizador que sustenta a guerra às drogas, na verdade, ele é criminalizador de pessoas e provoca a morte. Eu tive o encontro com a redução de danos a partir de um estágio na faculdade, onde eu tive a possibilidade de estar dentro de Bangu, dentro do Sistema Penitenciário de Gericinó, e encontrar a maioria da população negra, e muitos deles estando lá sem, ainda, ao menos ter passado por um julgamento. Alguns presos por terem sido pegos com pouca droga, para uso, mas considerado tráfico, e presos há dois, três anos. Então a gente pensa como seria um julgamento como esse, e a pena, se for menor, a pessoa já está lá dentro até mais [tempo]. Então acho que é importante a gente poder pensar como a gente tem construído

as possibilidades de acolhimento, de atendimento. Atualmente, não diferente do estágio que eu fiz, mas hoje a gente atua também dentro do CRIAAD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente), dentro do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), fazendo grupo de redução de danos em Niterói. É algo que eu tenho me dedicado a pensar, o que é fazer um grupo de redução de danos dentro de uma instituição de medida socioeducativa, falar de droga dentro de uma instituição para adolescentes, afinal, adolescente não poderia, jamais, usar drogas, então o que que é isso? Como é pensar o que é redução de danos para esses meninos, porque a droga não aparece como uma questão de uso abusivo para eles, pelo contrário, muitos deles falam de fazer o uso da maconha para suportar passar por aquele momento. E aí, isso a gente precisa entender que, assim como dentro dos sistemas prisionais, de alguma maneira, a droga também circula dentro das medidas socioeducativas, e usam como um recurso de sobrevivência, eu poderia até dizer. Pensar redução de danos para eles tem sido uma aposta de uma intervenção na cultura, o que é que esses meninos presenciavam, qual é a realidade desses meninos? Que 90% ou 99%, - não consigo trazer com precisão, mas o relatório do DEGASE, que eles disponibilizam, anual, fala um pouco disso -, 99% deles são negros, com a família, normalmente, muito pobre, sem acesso, a maioria deles não termina os estudos, não chega nem ao ensino médio. Então, como seria pensar falar de redução de danos e falar de sustentar alguma outra possibilidade com esses meninos que não seja retornar para o tráfico após cumprirem a medida, considerando que o que eles pedem ali dentro são oportunidades de emprego, mas a gente também realiza a articulação com os psicólogos e assistentes sociais que trabalham no DEGASE e que relatam que a maioria das vagas que aparecem são para jovens que tenham o ensino médio cursando ou completo. Então, como é possível atender a realidade desses meninos, se eles não conseguem chegar ou con-

cluir nem o ensino fundamental? E aí, como é ter que sustentar a família sem alguma oportunidade de trabalho? Quando saem de uma medida socioeducativa, qual é a possibilidade que existe, considerando que já passaram pelo tráfico e, normalmente, eles moram muito perto? Eu queria também compartilhar com vocês dois momentos que eu presenciei no CAPSad. A equipe de redução de danos é uma equipe volante que atua diretamente no território, então, ela é o CAPS na rua e, normalmente, a gente vai às cenas de uso, que são denominadas *“cracolândias”*, ou nas comunidades, por vezes a gente passa pelos locais de tráfico, que autorizam a nossa passagem. Curiosamente, às vezes mandam notícias de alguns usuários através dos postos médicos de famílias, da Estratégia de Saúde da Família, quando esses usuários estão muito graves e estão atrapalhando ali alguma movimentação na comunidade. Obviamente, alguns locais não são tão simples assim, porque a gente também já perdeu alguns usuários por conta dessa movimentação a partir do tráfico, mas em alguns momentos acho que dá até para considerá-los como parceiros. E isso entra na contramão do que eu vou dizer agora, que, há alguns anos, Niterói entrou num processo de transformar a Guarda Municipal no Niterói Presente, como já existe na cidade do Rio há algum tempo, e, como eu mencionei, a gente vai para as cenas de uso e algumas delas não são escondidas, são em ruas movimentadas, em vias onde passam carros, ônibus. E em um determinado dia a gente estava nessa cena de uso, fazendo o atendimento a alguns usuários, tentando sustentar alguma possibilidade de demanda, construir alguma possibilidade de demanda de saúde ou em conjunto à assistência, e passou um carro da Guarda Municipal e gritou: *“É por causa de vocês que eles continuam aí”*. Eu acho que dá para dizer que aquilo causou bastante raiva, bastante repulsa. Eu respirei fundo. Mas um dos meninos que a gente estava conversando percebeu a minha insatisfação, meu choque, e falou: *“Tia, não fica assim não, e também não faz nada, por-*

que vai ser pior. Daqui a pouco vocês vão embora e eles voltam". E aí eu fico pensando, até hoje, o que que significa esse "eles voltam", quais são as consequências. Não preciso nem dizer que esses meninos eram negros, né? Num outro momento, eu estava também junto da equipe, fazendo um atendimento a quatro rapazes negros, onde um deles disse que precisava conversar em particular, precisava falar de saúde, porque alguns deles sentem um pouco de vergonha de falar que precisam fazer algum teste, e pedem para que isso seja falado com mais reserva, e, então, nós nos afastamos para conversar com esse menino, e os outros meninos ficaram um pouco distantes, mas ainda nas nossas vistas, até que um carro da Guarda atravessou e fez o que eles chamam de sarqueá-los, para conferir se existe alguma passagem, enfim, acusando-os de estarem fumando maconha naquele local, mas naquele momento isso não estava acontecendo. Era também uma rua onde passava ônibus, mas não era tão movimentada. E aí eu me aproximei, me apresentei, expliquei que eles eram acompanhados pelo CAPSad, mas isso não foi suficiente. Um dos guardas ameaçava dizendo que: *"Não é porque ela está aqui que vai ser diferente"*. E, bom, pensar o que que é esse *"vai ser diferente"*, pensar quando essas violências aparecem escancaradas, mas essas violências também aparecem de forma velada e, muitas vezes, dentro do próprio sistema de saúde. Eu trouxe alguns recortes, como vocês podem presenciar, e eu vou falar de mais dois casos agora onde eu acompanhava um rapaz dentro do Hotel Emergencial que, aqui em Niterói, durante a pandemia, foi inaugurado. Esse rapaz veio de Cordeiro, ele é negro, ele veio de Cordeiro a pé e falava assim: *"Me dá um negócio e aí, quando eu vejo, eu já estou em outro lugar"*. Ele havia cumprido três vezes pena e em uma dessas ele contraiu o HIV. O único cuidado de saúde que ele conseguia manter muito regulado, quando ele trocava de cidade, ele procurava imediatamente um local. Era a única coisa que ele conseguia organizar. Ele procurava um local e mantinha esse cuida-

do, fazia exames a cada seis meses, tanto que essas unidades de saúde se reportavam às outras e conseguiam manter isso no prontuário. Assim, era algo bastante precioso, porque manter algum cuidado em saúde quando se está em situação de rua não é tão simples assim e conseguir se organizar dessa maneira... Até que ele chegou no Hotel Emergencial e a gente teve acesso a ele e tentamos organizar a partir de alguma escuta, entendendo ali que ele era um usuário de *crack*, relatava alucinações visuais, alucinações auditivas, ele falava de um agravamento quando fazia o uso do *crack*, mas que isso também acontecia. Contextualizando com o que ele dizia desses apagões e chegar em outros lugares, entendemos que esse acompanhamento, então, poderia ser feito. Como a droga não aparecia como uma questão principal ali, seria num CAPS II, o chamado CAPS para transtorno. E na hora de fazer essa transmissão para um profissional, é isso que aparece assim: *“Mas se faz uso de drogas por que que você não vai para o CAPSad?”*. E até sustentar, insistir um pouco da clínica, do sujeito, do que que está aparecendo ali, é um tempo, né? E nesse caso, especificamente, logo depois que ele foi acolhido, o retorno que a gente recebeu é que não era para o CAPSad. Bom, vamos lá, então, tentar entender o que que está acontecendo, vamos discutir um pouco o caso e pensar que os argumentos: *“Ah, mas se você tivesse sido preso há tanto tempo assim, você não ia gostar de conhecer um pouco outras cidades?”*. E eu pensando: *“Nos- sa, mas o que é isso?”*. E chegou a falar sobre essas alucinações serem um quadro decorrente do não acompanhamento do HIV, onde, na verdade, ele fazia todo o acompanhamento. Eu estou falando disso porque é importante a gente reconhecer também que o racismo está presente no nosso meio profissional. Isso não foi qualquer coisa, porque se tratava de um profissional, infelizmente, psicólogo, branco e que não estava conseguindo ali, minimamente, escutar o que aquele sujeito estava dizendo. Eu trago esse recorte, porque a gente precisa estar avisado e

precisa reconhecer e se atentar à essas discussões, enfim. Um outro caso, também acontecido na rede de saúde, foi o acompanhamento de uma jovem que estava grávida, em situação de rua, e ficava numa casa de uso que era próxima a um posto de saúde, onde a gente tentou com que ela fizesse o teste para confirmar a gravidez para, então, dar início aos processos de cuidado. E começou dessa forma, que é dessa insistência, porque como ela não tinha um comprovante de residência, ela não poderia ser atendida naquele local. Depois de um tempo, a gente conseguiu que ela fosse atendida, mas na hora de dar o resultado do teste, a profissional chamou a equipe, onde a gente pôde pensar: *“Bom, tem que chamar a usuária, né?” “Ah, não, mas eu não sei como ela vai reagir”*. Então são violências veladas, supostamente, que a gente presencia diariamente no nosso trabalho. Eu acho que por isso que eu vou reforçar com vocês mais uma vez que a gente precisa ocupar esses espaços, precisamos transbordar os lugares de especialistas, porque nós não somos especialistas em atendimento a usuários de drogas, nós não somos especialistas em atendimento a pessoas trans, nós não somos especialistas em pessoas que sofreram racismo, mas a gente tem que escutar antes de qualquer coisa. É isso que a nossa profissão exige. E esse fazer, essa prática, é uma intervenção política, ética, diante daquilo que a gente testemunha, considerando que a reforma psiquiátrica não está nada garantida, a gente precisa ser resistência para sustentá-la a cada dia. Acho que é isso.

Roberta: Juliana, muito obrigada mais uma vez. Olha, as falas de vocês me fizeram pensar em muitas coisas. O lugar de mediação é esse lugar gostoso que a gente pode falar um pouquinho a partir daquilo que a gente ouve, eu gosto muito disso. Quando eu ouvi a Juliana falando da questão das drogas e da questão das drogas com o território, eu fiquei pensando muito. Nosso trabalho enquanto psicólogas nos CAPSad operacionaliza a portaria da atenção psicossocial, ou seja, a gente não pode esquecer que

antes, e acima de tudo, a gente está falando da atenção psicossocial e ela precisa se fazer com o território. Mas é somente quando a gente derruba a moralização em torno das drogas que a gente consegue dialogar com os grupos civis armados que estão regulando as relações sociais naquele território, porque, sim, essas conversas vão se fazer necessárias para a gente possibilitar um cuidado em saúde. O cuidado em saúde, e acho que isso é uma coisa que você traz muito, Juliana, eu fiquei bem impactada com isso que você trouxe, o cuidado em saúde, antes e acima de tudo, tem que ter como pacto maior a vida. É ela o nosso bem principal. Temos que questionar essas dinâmicas territoriais em que a gente consegue acolhimento com esses tais grupos civis armados na hora que a gente precisa dialogar a respeito de um usuário ou usuária, mas com as forças da segurança pública, que são forças do Estado, a gente não consegue produzir esse diálogo. Outro aspecto, que tem relação com esse, que queria ressaltar, foi disparado a partir da fala da Luciana, quando ela vem trazendo essa raiz das questões que explicam a realidade de violência do Estado hoje, ou seja, vem falar desse nosso descobrimento, que de descobrimento não tem nada, da maneira como, na nossa história, a gente vai marcando essas relações raciais de maneira extremamente violenta, priorizando uma determinada raça e também um determinado gênero. A Luciana exemplifica essa violência perfeitamente, quando cita o caso da mulher que se desorganiza ao ter que se explicar para o juiz, homem e branco. A Luciana com certeza fala disso com muito mais propriedade que eu, porque ela está lá no dia a dia do trabalho: esse juiz é branco, e é homem. O juizado brasileiro é marcado racialmente, ele é branco. E aí a gente está falando de uma hegemonia racial nas decisões sobre vidas da população brasileira. Enfim, eu fiquei bastante mobilizada em pensar a partir dessa perspectiva e eu acho duas coisas... Eu queria só falar antes de fechar e poder abrir para alguém, caso alguém queira fazer algum questionamento. Ouvindo vocês,

eu pensei no trabalho de uma antropóloga chamada Luana Malheiro. Eu não sei se vocês conhecem. Luana escreveu um livro bem recente chamado *"Tornar-se Mulher Negra e Usuária de Crack"*, e uma coisa que vocês duas trouxeram, é essa articulação entre drogas, gênero, violência de Estado e racismo, às vezes o uso problemático... porque é isso, a gente tem que entender as diferentes formas de uso, às vezes o uso problemático é agravado pela violência de Estado. Quando a Luciana cita essa desconstrução, essa desorganização que essa mulher ficou quando ela se viu ali sem nenhum filho, ela entrou na maternidade para ter um filho e de repente ela se vê sem nenhum filho, a Luana vai na pesquisa que ela fez em Salvador, acompanhando mulheres negras usuárias de *crack*, o que ela vai dizer: *"Olha, são nessas violências que o uso realmente vira problemático"*. Nessas violências, muitas vezes, impostas pelo Estado. A Luana traz isso como dado nesse livro, na pesquisa que ela fez, é na retirada dos filhos, é no estupro por homens e, algumas vezes, os próprios policiais, né? Ser uma mulher e estar em situação de rua, te expor a muitas situações. E aí, por fim, queria ressaltar uma última coisa. O CREPOP é, por si, uma experiência intersetorial, a gente está o tempo todo falando de Referências Técnicas de diferentes áreas da Psicologia, diferentes áreas em que a Psicologia está inserida, e aí como é que a gente vai priorizar um tema, um setor a outro, no momento de propor uma mesa em um seminário? Não, não queríamos isso. A gente se preocupou em dialogar com o que que a realidade brasileira, hoje, no que a realidade carioca e fluminense, hoje, nos traz enquanto desafios. E aí ter vocês duas aqui, ter podido ouvir vocês duas é estar próxima disso. E que bom que a gente está aqui, que bom que foram vocês, e que bom que a gente está podendo refletir sobre esses temas, que são temas transversais a diferentes setores. Então a gente, enquanto psicóloga... vocês citaram aí diferentes contatos com diferentes setores, com diferentes psicólogos e psicólogas, que estão atuando em maternidade, Conselho

Tutelar, Vara de Família, Consultório na Rua. Gente, esse seminário tem uma característica muito forte de participação de estudantes de Psicologia e psicólogas, ou seja, é um seminário para a categoria. Eu acho que a reflexão que a Juliana e a Luciana fazem hoje aqui para a gente é isso: quais são as nossas implicações enquanto psicólogas e psicólogos atuando nas diferentes políticas públicas que aqui foram citadas, por exemplo, quando o assunto é drogas, gênero, raça e violência de Estado? Como é que a gente tem produzido intervenção em nome da Psicologia? Enfim, eu vou finalizar por aqui, vou dar uma olhadinha aqui para ver se alguém tem alguma pergunta, mas já deixo aberto para Juliana e para Luciana se colocarem.

Luciana: Eu queria fazer um breve comentário. Tem alguma pergunta antes? Que aí eu aguardo.

Roberta: Não, não. Eu só estou olhando aqui os comentários, a gente sendo parabenizada pelo tema e pela importância da discussão.

Luciana: Bom, eu também achei muito boa a fala da Juliana, enfim, foi muito tocante a sua fala, Juliana. Eu fiquei reelaborando sobre o que eu falei e como a gente vive, o que vem primeiro quando a gente recebe essas mulheres e lê os relatórios. Primeiro vem escrito assim: "*Usuária de drogas. Chegou na unidade de saúde...*", às vezes vem "*Sob efeito de substâncias psicoativas...*", vem dessa forma, e a relação direta da incapacidade de cuidar atrelada ao uso, independente de qual é a relação de uso. Você disse: "*não é droga*", mas é isso o que prepondera e ali traz uma total invisibilidade de sujeito. Quem está ali? É a droga, só a droga. Mas isso nesse cenário do público. Se a gente vai para o privado, também mulheres vão parir sob efeito de drogas. Isso é fato. A droga está na nossa vida, seja ela qual for, e isso não é falado, não é dito, e como se esse fosse motivo para inviabilizar todo um cuidado, estar sob efeito de droga na hora do parto. E é isso que predomina na leitura, quando você abre o relatório e vem escrito isso, como

se a única justificativa fosse essa, só que essa justificativa para retirar e afastar as crianças do cuidado da família, não é para todas as famílias. E eu acho importante falar também que eu nem sempre tive essa escuta assim, essa afinidade de escuta. Isso é fruto de muito estudo, isso é fruto de uma história realmente de trocas e também de errar bastante, e talvez a gente fale pouco disso, de errar, então, hoje eu posso falar que tenho essa escuta mais racializada. Como você disse, a gente não tem que ser especialista em tudo, não somos especialistas, mas como vamos trabalhar com políticas públicas sem estudar gênero, sem estudar sexualidade, sem estudar as outras vertentes que temos enquanto sujeitos nas suas diferentes diversidades e potencialidades? Na minha fala eu falei os nomes, mas são nomes fictícios e não sei se isso ficou claro. É porque eu nomeio as pessoas, mas eu não sei se ficou claro, mas são nomes fictícios, só para pontuar isso, e também dar uma ponta de esperança para não achar que então está tudo essa merda total, e aí o que fazer? Bom, sobre as situações que eu trouxe, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro fez uma petição ao Conselho Nacional de Justiça sobre a atuação de determinada magistrada de uma determinada região aqui, que atua em juízo da Vara da Infância, sobre essas atuações que são arbitrárias, inconstitucionais, que violam o ECA, e foi feita uma petição, mas para ser feito isso é preciso realmente muita coragem, porque o Sistema de Justiça tem impacto ali. E aí eu trago novamente Cida Bento, esse pacto da branquitude, porque são essas pessoas, que a Roberta falou, que ocupam esses espaços, e tem impacto ali entre eles. Então, renunciar a esse pacto e ter essa ação é um inconformismo, é o desconforto, ir ao Conselho Nacional de Justiça, fazer uma petição, e aí o CRP do Rio participou também, fez uma nota de adesão a essa petição, assim, como o Conselho de Serviço Social, o Fórum Maternidades, que é esse fórum que ecoa essa articulação, de profissionais de saúde, da assistência social, sistema de justiça, profissionais se reúnem para

poder discutir essas situações dessas arbitrariedades que acontecem a essas pessoas. E foi fruto disso, dessa articulação com esse fórum, que é de participação popular, e qualquer pessoa pode fazer parte, que é um movimento social e institucional, e teve essa ação no Conselho Nacional de Justiça, que está acontecendo. Então, quando a Justiça age sem esse pacto e usa do seu poder, que é para isso, para garantir uma constitucionalidade, uma proteção às populações vulneráveis, de fato, temos sim o que fazer, nós temos isso dentro dos meios profissionais, então, para deixar essa esperança também. Mas isso precisa ser feito num outro pacto que a gente tem que refazer, é fruto de muito desconforto, de incômodos. E é isso, gente.

Roberta: Juliana, fique à vontade.

Juliana: Primeiramente, acho que eu queria agradecer também a fala da Luciana porque foi um acalento pensar no Ministério Público nesse lugar, porque quando você começou a trazer a ilustração desses casos, eu me vi do outro lado. Porque é isso, a gente faz o acompanhamento dessas mulheres que estão em situação de rua, por vezes a gente tem essas notícias repentinas: *"Ah, ela chegou no hospital tal em trabalho de parto"*. E aí é toda uma movimentação das equipes, porque isso aqui, em Niterói, a gente tem uma equipe intersetorial que tanto o CAPS, a UAIJ (Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil), o CAPSad, a Redução de Danos e o CREAS, atuando como uma grande equipe nas ruas, a gente tem um GT da maternidade e infanto-juvenil, pensando nessa atuação. Porque é difícil falar disso, mas aqui em Niterói a gente tem um histórico muito grande de mulheres que entram para dar à luz e já saem de fato com seus filhos encaminhados ou os seus filhos, inclusive, adotados de uma forma duvidosa, que é o registro realizado pelo homem se assumindo enquanto pai daquela criança, é onde a gente tem construído algumas redes para que essas mulheres cheguem em um hospital específico onde a gente consegue uma articulação maior nesse cuidado. En-

tão foi um acalento, de fato, olhar pelo outro lado. Respondendo à pergunta da Giane, a gente faz isso sim, já fizemos alguns encontros de sensibilização com a Guarda, mas é isso, a gente precisa considerar que a gente vive num momento fascista, que é o Estado que cuida, em contrapartida tem um Estado que mata também. É o mesmo Estado. Então, mesmo fazendo essa sensibilização, esses encontros para falar do cuidado a essas pessoas junto à Guarda Municipal, alguns seminários, enfim, não sei se parece ser suficiente, porque tem acontecido com números menores, acho que um pouco pela via da pandemia também aonde as pessoas em situação de rua puderam ter ali um acolhimento nos Hotéis Emergenciais, e aí isso foi bom por um lado também, onde a gente pôde encontrar mais pessoas, ter notícias das pessoas que chegavam, e mesmo quando elas saem, a gente mantém ali os atendimentos nos locais, nas ruas onde elas ficam. Elas nos procuram, inclusive. Saem do hotel podendo ser encaminhadas ao CAPSad, tendo esse direcionamento como um local de cuidado. Então isso, de alguma maneira, a gente conseguiu dar algum contorno. Mas essa aproximação acontece, é algo efetivo.

Roberta: Gente, há outros comentários a respeito. Por exemplo, ela é técnica de enfermagem e manifestou a sua indignação de não haver plantão psicológico 24 horas no hospital onde ela trabalha. Mas, o que eu queria aqui poder conversar com vocês era a respeito do encaminhamento para o fechamento, caso Juliana, Luciana ou mais alguém não queira levantar nenhuma questão. Então, uma última questão, um último posicionamento, porque a gente está avançando na hora e a gente precisa fazer um fechamento e tocar as outras atividades do dia. E aí eu aproveito para dizer que hoje a gente ainda tem uma mesa às 16 horas e às 18 horas a gente tem a mesa de encerramento. A mesa das 16 horas vai falar sobre Laicidade e o que que isso tem a ver com a atuação da Psicologia nas políticas públicas, e no encerramento a discussão é sobre neo(necro)liberalismo, seus impactos para a gente enquanto categoria profis-

sional, para a população brasileira como um todo, principalmente nesse momento em que a gente vive um cenário de pandemia. Mais alguém quer fazer mais alguma fala?

Luciana: Bom, só queria deixar o convite, então, já que temos uma colega que colocou ali a indignação com o plantão psicológico, esse fórum que eu falei, Fórum Maternidades, acontece toda terceira quinta-feira do mês, das dez às treze horas, que é esse momento que trazemos todas essas situações de violações com essas mulheres e ali que também pensamos encaminhamentos sobre o que fazer nos diferentes entes, tanto o Sistema de Justiça, quanto saúde, quanto assistência. Porque as violências se operam em todos os cenários, né? Então esse é o fórum, acho que é esse coletivo e que foi fruto também de onde saiu o que eu falei anteriormente, que foi essa petição ao Conselho Nacional de Justiça. Então temos outras instâncias e outros espaços. Como aqui o foco foi esse, um pouco da maternidade, do uso de drogas, mas quando a gente fala de Sistema de Justiça, é algo muito amplo, as pessoas encarceradas, o DEGASE, e aí para cada espaço a gente tem, assim, alguns movimentos que são esses movimentos de resistência, de não aceitação e não passividade de tudo o que está acontecendo. Então, o fórum é esse espaço. E todas as pessoas são bem-vindas, a gente só precisa antes saber quem é, para evitar essa questão de invasão virtual, que a gente sabe que acontece a todo momento. O *link* é enviado minutos antes da reunião. E tem sido uma forma de reação a essa situação. Eu vou deixar aqui meu telefone, caso alguém queira participar do fórum, porque, enfim, eu não tenho aqui outra forma de contato, eu que tenho que falar com as pessoas para inserir, tá? Vou deixar meu número profissional aqui e agradecer, obrigada pela participação, obrigada pelo momento, e sigamos aí nos apoiando.

Roberta: Juliana, quer fazer algum fechamento? Podemos encerrar, então? Gente, muito obrigada, viu? Obrigada, Caíque, que está aqui me socorrendo, Isabel, que está

aqui também nessa labuta de botar o povo para dentro, isso aqui são várias mãos mexendo esses negócios todos. Jaque está aqui também. Tchau, gente. Obrigada à equipe que está fazendo as Libras aqui conosco, viu? Tchau, tchau.

19 de novembro, 16h | Mesa de debate

O que tem a ver a laicidade nas políticas públicas com o trabalho da Psicologia?



Jaqueline: Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Sou Jaqueline Sérgio e estou como assessora técnica na Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Estamos dando início a mesa “O que tem a ver a laicidade nas políticas públicas com o trabalho da Psicologia?”, uma mesa que faz parte do seminário de comemoração dos 15 anos do CREPOP, na qual eu realizarei a mediação. Antes de iniciarmos, vou fazer a minha descrição. Sou uma mulher branca, com cabelos castanhos compridos, estou usando uma blusa vinho e atrás de mim há uma parede branca com alguns azulejos. Agora, a gente vai dar início à nossa mesa que discute sobre laicidade nas políticas públicas e o que isso tem a ver com o trabalho da Psicologia. Eu vou apresentar o Héder e a Isabel brevemente, mas também peço para que eles se apresentem e façam a sua descrição. O Héder Bello é psicólogo, mestrando em teoria psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Eixo de Psicologia e Laicidade do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. A Isabel Scrivano é psicóloga, doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, técnica em assuntos educacionais no Instituto Federal do Rio de Janeiro, conselheira e coordenadora do CREPOP na Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Então eu vou pedir para que o Héder, por favor,

inicie a sua fala e depois a gente possa conversar um pouquinho. O Héder e a Isabel terão cerca de 30 minutos cada um, eu vou estar aqui contando o tempo e aí eu aviso no chat, para que vocês possam se programar melhor.

Héder: Obrigado, Jaqueline. Então, eu sou um homem branco, estou com uma camisa cinza e ao fundo está uma parede branca, tenho barba e meu cabelo é curtinho. Acho que é isso a descrição. Enfim, é um prazer estar aqui, é um prazer poder falar sobre questões relacionadas à laicidade, principalmente porque esse tema de laicidade é um tema muito obscuro e é um tema que a gente foi percebendo, ao longo desses últimos anos e desse processo, inclusive, eleitoral, tanto as eleições presidenciais em relação ao executivo, ao legislativo, quanto às eleições do Sistema Conselhos de Psicologia, a gente começou a perceber que o tema da laicidade era um tema muito, muito importante para que a atuação dos profissionais em Psicologia pudesse se manter num processo ético. A gente foi percebendo, ao longo de um determinado tempo, que as práticas religiosas estavam muito entrelaçadas com as práticas psicológicas e a gente precisa fazer uma certa diferenciação desses processos. Para isso, a gente precisa pensar o que é laicidade e como a laicidade é importante para pensarmos o processo da atuação profissional em Psicologia. Para chegar nesse tema, para pensar as questões relacionadas à laicidade e a sua articulação com as políticas públicas, eu queria fazer uma contextualização histórica para pensar justamente o momento histórico que a gente está vivendo. Vou tentar ser breve, para fazer isso, para não encher muito a paciência de vocês com uma certa contextualização histórica, mas eu acho que ela é importante para a gente poder entender, inclusive, o que está acontecendo com a gente hoje, por que de repente alguns psicólogos e psicólogas se organizaram e começaram a tentar fazer com que a Psicologia servisse para os seus valores religiosos ou tentar utilizar a Psicologia para que a Psicologia pudesse, de alguma forma, propagar algum valor ou alguns valores religiosos. E aí eu que-

ria fazer uma certa contextualização para pensar algumas questões, para chegar nesse momento que a gente está aqui no Brasil e como a laicidade é um valor importante para pensar a atuação profissional em Psicologia. Primeira coisa que eu acho que a gente precisa dizer é que a laicidade ainda é um valor muito distante, essa separação entre o Estado e os valores religiosos é quase um mito, ela não acontece. Geralmente as sessões plenárias, geralmente as casas legislativas têm ali algum símbolo religioso. Esse valor, Deus, e a contextualização de algumas religiões específicas, principalmente de base cristã, é uma coisa que está muito próxima, muito entranhada ainda no Estado brasileiro. A gente tem um movimento muito forte durante o processo da Constituição de 1988, a igreja católica teve uma participação muito intensa, a igreja evangélica também, mas menor do que a igreja católica, então a gente tem um movimento muito forte de um entrelaçamento da religião com as questões relacionadas às políticas públicas e ao exercício do Estado, isso é um dado. E sempre quando a gente pensa as questões de laicidade, principalmente o Eixo de Psicologia e Laicidade e nos grupos com pessoas que pesquisam questões relacionadas à religião, espiritualidade, laicidade ou fundamentalismo religioso, a gente sempre pensa: laicidade é um movimento, é um valor que ainda não foi alcançado e o que significa laicidade? A laicidade é justamente o que é comum, o que é, de alguma forma, possível de ser partilhado, que não é de foro íntimo, sendo que a gente entende que os pertencimentos religiosos, que a religião é algo de foro íntimo, é algo de uma escolha pessoal dos sujeitos. E aí, a partir do momento em que esta escolha começa a se tornar determinante para um todo, a gente tem um problema, e esse problema é um problema que está instalado no Brasil, não só em relação às questões da atuação profissional da Psicologia, mas a gente vai percebendo que o Estado brasileiro ora é assaltado pela igreja católica e nos últimos anos assaltado – eu posso usar essa expressão – pela igreja evangélica, principalmente com os movimentos neopentecos-

tais, a gente percebe que esse processo da laicidade, do que é comum, do que é partilhável, é uma coisa realmente ainda inalcançável. E aí, a gente precisa pensar por que isso está tão forte assim, por que esse processo da laicidade, do que é comum, do que é partilhável, do que é, de fato, público no que tange as questões relacionadas aos processos realmente públicos estão tão entranhados de religião, e principalmente de religião de base evangélica. A gente vai percebendo, por exemplo, que as religiões de matriz africanas sofrem processos de perseguição e processos, inclusive, de muita violência, sejam violências simbólicas, sejam violências físicas, materiais, inclusive por parte do Estado. Então, para isso, para a gente poder entender em que contexto a gente está, eu queria pensar com vocês um processo em que a laicidade nasce. Ela nasce com o processo do Iluminismo, ali em torno do século XVII, quando tem todo um processo revolucionário em que a ciência e a razão começam a, de alguma maneira, tomar uma cena, um determinado contexto ocidental, e ali a laicidade começa a, de alguma forma, chegar nesse contexto histórico, ou seja, há uma tentativa de separação entre a igreja e o Estado. As questões relacionadas ao movimento religioso ficariam, então, relacionadas e dirigidas para um espaço múltiplo, um espaço individual, pessoal, e as questões públicas seriam, então, mediadas por outros processos e outros valores que não com o valor de uma determinada religião. Isso, de fato, não aconteceu. Tem alguns teóricos que vão pensar sobre esse processo, por exemplo, o Weber vai pensar que houve um processo de tentativa de dessacralização do mundo a partir do processo do Iluminismo, só que a partir desse processo a gente precisa fazer uma certa diferenciação que eu acho que talvez seja muito importante, inclusive aqui para o campo da Psicologia, que é: o humano é dotado de espiritualidade e espiritualidade não tem a ver com religiosidade, não tem a ver com religião, não tem a ver com pertencimento religioso. Espiritualidade, a gente pode entender, que é um espaço subjetivo que faz com que o humano dê sen-

tido para a sua própria existência. A possibilidade de darmos sentido para a nossa existência tem a ver com um movimento que a gente pode chamar de espiritualidade e alguns teóricos têm chamado de espiritualidade. Então, justamente porque a vida, a priori, não faz sentido, é que a gente vai criando movimentos como a filosofia, a ciência, a religião, para tentarmos, de alguma forma, dar sentido para a existência que, a priori, não tem sentido. Nós temos consciência, nós pensamos, somos sujeitos, somos pessoas que nos debruçamos sobre nós mesmos e pensamos a nossa própria existência, nós problematizamos a nossa existência e nós precisamos justamente de um movimento que dê algum sentido para a nossa existência. E aí, ao longo da história da humanidade, a gente foi criando movimentos que pudessem explicar, logo, dar sentido para a nossa existência, e aí, assim, vieram três grandes movimentos que nós criamos ao longo da história da humanidade, que foi a filosofia, a religião e a ciência. A questão é, justamente, que esses movimentos entram num processo de embate entre si, ao longo da história da humanidade a filosofia entra em embate com a religião... ora entra em embate, ora, de alguma forma, se adequa à religião. Se a gente for pensar os primeiros filósofos: Descartes, Espinoza, Sócrates, Platão, eles tinham um pensamento sobre Deus, sobre algumas questões ligadas à religião, justamente porque estavam ali no movimento de tentar dar sentido à existência humana. A filosofia é um grande sistema para poder questionar a própria existência. A religião é também um sistema para explicar e dar sentido para a existência, e a ciência também é um grande sistema para dar sentido e explicar a existência, e a gente está num desses movimentos. A Psicologia é uma ciência e uma profissão, então a gente não escapa desse lugar, e ora a gente está nesse movimento e a gente cria uma certa articulação com a religião, ao mesmo tempo religião como um sistema, como sistemas religiosos, ora a gente cria uma certa adequação, ora a gente cria uma certa resistência, existem movimentos. A ciência é um grande

processo, é um grande movimento que se dá a partir do Iluminismo que, de alguma forma, vai questionar alguns pressupostos religiosos, vai entrar com um novo pensamento e vai tendo uma metodologia própria para provar alguns pressupostos, então tem um movimento próprio dentro desse processo de formação da ciência, que vai questionar a religião. E aí, quando a gente pensa, além de tudo, uma ciência da subjetividade, uma ciência que se debruça sobre os processos subjetivos, a gente, de alguma forma, vai se debruçar sobre o mesmo objeto da religião. A religião e a Psicologia se debruçam sobre o mesmo campo subjetivo, que é o campo que dá sentido, ou tenta dar sentido, ou quer dar sentido, ou pretende dar sentido para a existência. Então, a gente está ali se debruçando sobre o mesmo campo subjetivo e, quando a gente se debruça sobre o mesmo campo subjetivo, a gente começa a ter um processo de interferência. Qual é a diferença, então, da religião para a Psicologia? Acho que isso é uma pergunta que pode parecer banal, mas é muito importante de ser feita, justamente porque quando houve essa revolução, quando houve a instalação do Iluminismo e essa tentativa da separação do Estado e da igreja, principalmente da igreja, justamente porque a gente vinha num movimento de colonização europeia, em que esse movimento cristão, tanto católico quanto evangélico, era muito forte e ainda começam muito fortes no ocidente, nós somos herdeiros desse processo, e a nossa subjetividade é produzida a partir de concepções cristãs, e é justamente desse embate com alguns valores religiosos que a Psicologia, que a psicanálise, que as práticas e os saberes psis vão tentar, de alguma forma, dar conta. Então tem um movimento que é importante que a gente possa entender qual é a diferença da religião para a Psicologia, se elas se debruçam sobre o mesmo campo subjetivo, e isso é uma questão importante. Uma das coisas que eu tenho pensado justamente nesse processo, com essa inauguração da ciência, dessa tentativa iluminista de explicar o mundo a partir da razão, de explicar e dar sentido ao mundo a partir de uma certa meto-

dologia, é que houve um certo processo de esvaziamento, assim como Weber disse, de dessacralização do mundo, e isso fez com que, de alguma forma, a religião tomasse ou tentasse tomar o lugar de foro íntimo ou de um lugar pessoal, mas só que isso, de fato, não aconteceu, porque a razão é um fiozinho da nossa existência, a razão é um pedacinho da nossa existência, e ela não dá conta justamente de se debruçar sobre essa multiplicidade e essa diversidade que é a existência humana. A religião, inclusive, cria processos de uma explicação e está aí há muito mais tempo do que o método científico, e ela muitas vezes se torna muito sedutora principalmente para populações vulneráveis que estão sofrendo justamente com a ausência do Estado. A partir do momento em que há uma separação do Estado, da religião ou da igreja, o Estado, de alguma maneira, não dá conta, e aí a gente vai percebendo isso de uma série de vulnerabilidades e de precariedades que são próprias de um movimento também capitalista. A gente está vivendo, ali em torno do século XVII, século XVIII, com esse processo iluminista, também está tendo uma revolução burguesa, em que os reis absolutistas perdem o poder e quem ganha o poder é a burguesia, quem ganha o poder são os comerciantes, quem ganha o poder são os donos do capital. E aí, há um processo de instalação de desigualdade, de separação, de classificação, que é próprio dos processos burgueses, dos processos capitalistas. Com isso também o Estado vai ser um Estado burguês, um Estado dirigido por esse valor capitalista, por mais que ele, ao longo do século XIX e principalmente do século XX, tenham baques em relação a processos relacionados à política pública. A gente vai vendo sempre a igreja, católica principalmente, a gente pensando nesse contexto aqui mais ocidente, mais Brasil, uma tentativa justamente de dar um socorro, cuidar da população, oferecer ali algumas coisas que o Estado não oferece. E aí, a gente vai percebendo isso ao longo da história, e se a gente for pensar justamente nesse processo, muitas pessoas vão fazendo uma adesão à igreja, justamente por con-

ta dos processos de desamparo, por conta dos processos de vulnerabilidade, por conta dos processos de precarização que elas vão vivendo, justamente porque o Estado não é um Estado que seja, de fato, um Estado que acaba provendo e cuidando das necessidades básicas dos sujeitos. A gente percebe, justamente no caso brasileiro, com todo o processo de desigualdade social, com todo o processo colonizador, com todo o processo de injustiça social que a gente vai vivendo ao longo da nossa história, com a história da escravidão, com todas as histórias que a gente vai percebendo ao longo da nossa história enquanto país, a gente vai vivendo processos de precarização cada vez mais intensificados. Hoje em dia, com o governo Bolsonaro, nós estamos vivendo situações alarmantes, 41% da população brasileira está em insegurança alimentar, 26% das crianças entre dois e nove anos não fazem três refeições por dia. A gente vive processos de precarização, de vulnerabilidade extrema, nós estamos de novo no mapa da fome. Então, tem um processo muito intensificado de precarização que a gente vai vivendo e que isso vai sendo intensificado ao longo da nossa história, ao longo da história do Brasil, e se a gente for pensar justamente nesse processo subjetivo e nesse processo de precarização, a religião produz um processo de consolo e, além de tudo, a religião produz um processo de pertencimento. É muito curioso, justamente, que ao longo da história do Brasil a gente, de alguma maneira, não tenha muito orgulho de ser brasileiro, e isso não é só de agora. Ao longo da história do Brasil a gente não tem muito orgulho de ser brasileiro, justamente porque o Brasil, como um país, acaba não provendo ao longo da sua história as necessidades básicas da população. A gente vai vivendo processos de desigualdade muito intensificados, processos de precarização muito intensificados, e a gente vai criando e vivendo uma certa ausência, uma certa falta de pertencimento e uma questão básica é que nós somos seres sociais, nós precisamos uns dos outros. Tem uma expressão de um psicanalista inglês chamado Adam Phillips, se referindo ao

Winnicott, dizendo que antes de tudo, nós somos seres dependentes, nós nascemos dependendo do outro, nós somos seres dependentes, a primeira marca do bebê, a primeira marca do sujeito, a primeira marca que nós temos na vida é: nós nascemos e estamos dependentes, nós precisamos de um outro. Nós precisamos de um outro. E isso não muda ao longo da nossa história, a ideia de uma independência é uma ideia falha, é um mito a ideia de que em algum momento somos independentes. Inclusive uma expressão muito curiosa dentro da saúde mental é que o conceito de autonomia é a ideia de uma maior dependência, não depender de um só, mas depender de vários, a autonomia é um processo de criarmos uma rede em que nós possamos nos apoiar. Então é justamente o fato de entendermos que nós somos seres dependentes, que coloca a gente num lugar em que a gente precisa fazer rede, a gente precisa criar processos e espaços de pertencimento. Quando o Estado não provê isso, e a gente vai percebendo, por exemplo, uma coisa muito curiosa, os Estados, as nações que têm o maior índice de pessoas que aderem ao ateísmo são Estados, nações, com um maior movimento de bem-estar social. As nações que estão ranqueando o bem-estar social têm os níveis mais altos de ateísmo. Se a gente for perceber justamente que o valor religião, que o pertencimento religioso não é só um movimento em que as pessoas vão, de alguma forma, lidar com os seus processos de dar sentido à sua existência, mas também dar sentido a processos de pertencimento, a criar redes de cuidado. A gente vai percebendo isso, por exemplo, especificamente em torno da década de 70 aqui no Brasil, - e aí eu estou dando uma puladinha para não ficar tomando muito o tempo de vocês aqui – na década de 70, há o surgimento do neoliberalismo, que traz uma certa moralidade dizendo que nós precisamos ser independentes, seres empreendedores de si mesmos, tem um valor neoliberal, tem uma moralidade neoliberal que coloca o sujeito como totalmente responsável por si próprio, quem não alcança esse estado tem algum defeito. Quem

não alcança esse movimento tem algum defeito que precisa, de alguma forma, passar por algum conserto. E aí a gente vai vivendo um golpe por conta de uma certa moralidade falaciosa e falha do neoliberalismo, que traz para a gente essa moral e, é justamente na década de 70, em que a igreja católica perde um certo espaço, por conta de uma modulação do papado, em que a teologia da libertação, que foi justamente um campo cultural, um campo social importante para o surgimento, por exemplo, dos governos do PT, ela vai sofrendo um retrocesso, ela vai perdendo terreno. E a política econômica e política social do neoliberalismo começa a ganhar terreno a partir da década de 70, e é justamente a partir da década de 70 que a teologia da prosperidade, ligada às igrejas evangélicas, principalmente às igrejas pentecostais e neopentecostais, começa a ganhar um espaço. Uma das hipóteses que eu defendo, não só eu, mas cientistas da religião como Jung Mo Sung, por exemplo, que é um cientista da religião, da Universidade Metodista de São Paulo, defende é que o fundamentalismo religioso de base neopentecostal tem uma articulação muito forte com o neoliberalismo, e o neoliberalismo tem esse valor: seja independente, seja responsável por si próprio, seja um grande empreendedor responsável por si próprio. E aí, a partir desse processo, a gente vai vivendo uma certa moralidade e o fundamentalismo religioso, na minha hipótese aqui, não só na minha hipótese, vai trazendo uma possibilidade de reiterar um certo espaço social que foi atacado pelo neoliberalismo, e esse espaço social que o fundamentalismo religioso traz a partir da década de 70, que tem a ver com uma certa reação aos movimentos sociais, principalmente a segunda onda do feminismo, na década de 60, o movimento *Hippie* e ao surgimento do movimento LGBTQIA+ é que na década de 70 o fundamentalismo religioso tenta reiterar, tenta trazer de volta o valor da família nuclear burguesa. A partir da década de 70, o fundamentalismo religioso, ao tentar trazer esse processo, vai dizer uma coisa muito curiosa, e aí os grandes evangelistas, os grandes pastores: Edir Macedo, R. R. Soa-

res, Silas Malafaia, em torno dessa época vão dizer justamente que a prosperidade financeira é algo próprio dos servos de Deus, e que essa prosperidade financeira não está acontecendo justamente porque o valor da família nuclear burguesa não está sendo respeitado. E aí, eu vou chegar justamente nessas questões relacionadas às políticas públicas e a essa questão da laicidade, a partir dessa história, porque o que a gente está vivendo hoje num contexto Brasil e principalmente o que a gente viveu das últimas eleições relacionadas ao Sistema Conselhos de Psicologia tem a ver com esse embate especificamente. A partir da década de 70, esse valor sofre uma tentativa de reiteração, o valor da família nuclear burguesa. Bem, a gente pode entender que a família nuclear burguesa não existe enquanto experiência, mas enquanto uma idealização, a ideia de um homem, uma mulher e filhinhos fechados dentro de uma experiência, não existe enquanto uma experiência mesmo, a gente vai vendo novos arranjos familiares, homotransparentalidades, divórcios, novos casamentos, a gente vai vendo uma multiplicidade de configurações familiares. Agora, uma certa idealização em relação à ideia de família nuclear burguesa se mantém socialmente e ela se mantém socialmente justamente por conta dessa necessidade que nós temos de fazermos uma articulação com o outro, porque nós somos seres dependentes, porque nós precisamos de redes de apoio, porque nós precisamos estar numa relação com o outro. Quando o Estado, a partir desse valor neoliberal, se ausenta, porque o Estado deixa de ser um Estado de bem-estar social, inclusive uma certa teologia, como uma teologia da libertação da igreja católica, deixa de ser uma teologia de auxílio, de ajuda ao próximo, ligada principalmente a movimentos de esquerda, o Estado passa a servir ao mercado financeiro, o Estado passa a ser um Estado especificamente para tratar dos valores relacionados ao mercado financeiro, e isso é o neoliberalismo. Para que isso aconteça, o neoliberalismo prega uma certa moralidade em que o sujeito precisa ser o empreendedor de si, todos nós, então,

precisamos virar capitalistas, mas como? Se a gente vive processos de desigualdade social produzidos pelo próprio capitalismo? Então é uma moralidade impossível de ser alcançada, e dentro dessa possibilidade existem alguns movimentos que vão amparar os sujeitos a partir desses lugares produzidos de desigualdade social, um desses movimentos é o fundamentalismo religioso de base pentecostal e neopentecostal, que vai dizer que quando o sujeito se colocar dentro de uma família, se ele tiver uma família, ele vai ter o amparo que ele precisa. Então, esse valor família nuclear burguesa vem de uma maneira muito forte, a partir da década de 70 e ele vai se intensificando tanto na década de 80, quanto na década de 90, e principalmente nos anos 2000. A gente tem algumas questões importantes, tem alguns movimentos muito importantes que os governos do PT fizeram em relação à questão da diminuição das desigualdades sociais, mas ainda vivemos um sistema neoliberal muito forte, esse é um valor muito intensificado. E aí, diante desse processo, a gente vai vivendo coisas específicas dentro da Psicologia que tem a ver justamente com um movimento que vai se dar especificamente em 1999, quando o Conselho Federal de Psicologia publica a resolução 001 de 1999, a resolução que proíbe que psicólogos e psicólogas tratem a homossexualidade como uma psicopatologia. A partir desse movimento, há um processo de ataque a essa resolução, e isso desde a publicação da resolução de 1999, há um ataque muito forte, justamente porque esse valor família é um valor pregado muito intensamente dentro das igrejas evangélicas. E não só esse valor, mas, com o crescimento dos evangélicos, e hoje a gente está sem o censo populacional desde 2010, mas estima-se que quase 40% da população brasileira hoje é de evangélicos e esse é um valor muito forte. A gente vai percebendo tanto nas eleições de 2010, como nas eleições de 2014, que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e as questões relacionadas à ideologia de gênero, que acho que a Isabel vai falar um pouco melhor do que eu, e as questões

relacionadas ao *kit gay* ficam sendo o movimento central de disputa das eleições presidenciais. E aí a gente vê em 2010, por exemplo, o até então deputado Jair Bolsonaro, a gente percebe que ele foi um grande propagador dessa ideia de que o *kit gay* iria criar um processo de desfazimento das famílias. Se a gente vai vendo que, a partir da década de 70-80 esse valor de família vai sendo introduzido fortemente, principalmente nas populações precarizadas, a gente percebe esse processo muito intensificado justamente por conta das desigualdades sociais e percebe que isso vai criar um embate moral a partir das eleições, e a gente vai vivendo, por exemplo, com os ataques relacionados à resolução 001 de 99, um processo muito moral. E aí justamente é o entendimento de que a Psicologia é uma disciplina normalizadora, ela tem uma crítica muito importante que Michel Foucault vai fazer às práticas e aos saberes psis, dizendo que as práticas e os saberes psis são disciplinas normalizadoras. A Psicologia nasce como uma ciência experimental no final do século XIX e ao longo do século XX, as práticas e saberes psis vão a favor desse movimento de normalizar os sujeitos, de fazer com que os sujeitos caibam nesse sistema capitalista de classificação. A Psicologia nasce com esse sistema e a partir do encontro da Psicologia com os direitos humanos é que há a possibilidade de uma Psicologia que emancipa os sujeitos e acolhe a diversidade e a pluralidade. Antes dessa articulação e de entendermos que a Psicologia não pode ser exercida se ela não for baseada em direitos humanos, a gente tem uma Psicologia completamente normalizadora. Tem um grupo específico de psicólogos e psicólogas que ainda entendem a Psicologia como uma ciência normalizadora. Tem um livro importantíssimo do Robert Castel chamado *Psicologismo*, em que ele diz que a Psicologia é herdeira dos bens de cura e de salvação da religião cristã, e isso é uma questão muito importante, justamente porque na formação em Psicologia, - a partir disso que eu disse, que a Psicologia e a religião atuam sobre o mesmo campo subjetivo -, se a gente não toma o cui-

dado e não entende a Psicologia a partir desse lugar de base, de que a Psicologia só pode ser exercida se ela for baseada em direitos humanos, a gente pode cair nesse mesmo lugar da religião. Eu queria fazer uma diferenciação aqui – para fechar a minha fala – que a Psicologia tem uma ética que está baseada em direitos humanos, que concebe o sujeito a partir de um lugar diverso e plural, e, por isso, é possível que a gente possa entender essa diversidade e essa pluralidade como algo que seja, de fato, comum. O que seria, então, a laicidade? A laicidade seria o entendimento de que toda a diversidade e pluralidade é comum a todo ser humano. É por isso que, como profissionais de Psicologia, nós acolhemos a diversidade e nós, de alguma forma, combatemos todos os movimentos de normalização e de enquadramento dos sujeitos a qualquer lógica que não tem a ver com essa diversidade e essa pluralidade, isso é, Psicologia baseada em direitos humanos. E a religião, assim como o neoliberalismo e o capitalismo, estão baseadas numa moral que é uma determinação de como os sujeitos devem ser. E aí, a grande questão é como estamos fazendo políticas públicas, estamos fazendo políticas públicas pensando a laicidade ou pensando justamente uma moralidade? Para isso, a gente precisa fazer o tempo todo uma diferenciação e um entendimento de que o exercício profissional da Psicologia precisa ser baseado numa ética laica que, de fato, compreenda e acolha a diversidade e a pluralidade dos sujeitos, e muitas vezes isso não é possível porque a religião, principalmente a religião de base cristã, traz uma moralidade e uma explicação do mundo a partir de questões relacionadas a esse desamparo, a essa vulnerabilidade, produzindo inimigos. Por isso que a gente vai vendo uma proliferação, inclusive, de políticos que entendem o campo político como um campo de batalha espiritual. Enfim, eu quero encerrar a minha fala, porque eu já falei muito, demais, mas eu acho que vai ter um tempinho para a gente conversar. Só queria fazer essa diferenciação entre moral e ética, para a gente poder pensar justamente o exercício das

políticas públicas a partir desse valor da laicidade. Gente, é isso. Um beijo, obrigado por vocês me suportarem aqui durante esse tempo falando esse monte de coisa.

Jaqueline: Muito obrigada, Héder. Foi uma verdadeira aula, muito conhecimento, enfim, é sempre um prazer ouvir você falar desse tema. Muito obrigada. Vou passar agora para a Isabel para que ela possa dar continuidade a esse debate e no final a gente possa conversar um pouco sobre isso. Se vocês já tiverem perguntas, podem colocar lá no *chat*, que dá tempo da Isabel e do Héder lerem. No final a gente conversa um pouquinho.

Isabel: Boa tarde. Eu sou Isabel, sou uma mulher branca, de 44 anos, loira, de cabelos enrolados, estou aqui na sede do CRP, numa sala que tem uns ladrilhos coloridos na parede e uso óculos vermelho para leitura. Sou psicóloga, formada há alguns anos e durante 20 anos da minha vida trabalhei em escolas da rede municipal do Rio como professora. Hoje, eu trabalho no Instituto Federal do Rio de Janeiro e lá eu sou técnica em assuntos educacionais. A partir da minha área de atuação, minha fala nessa mesa vai ser sobre a laicidade nas políticas de educação. Quando olhamos para a Educação a primeira coisa que devemos ter em mente é que a Educação é um lugar em disputa. E ocupa esse lugar porque todas as crianças e adolescentes de nosso país devem frequentar a escola desde os quatro anos de idade e isso por força de lei, inclusive. Não só porque queremos que nossos filhos, nossas crianças e adolescentes estudem, mas porque existe ali o direito à educação da criança e do adolescente garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), etc. Então temos a Educação como um lugar em disputa, porque se todas as crianças e adolescentes precisam passar por este lugar, este é um lugar importante na nossa sociedade. Com isso em mente precisamos pensar: Onde está a laicidade na educação? Cada vez mais temos notícias de crianças e adolescentes

que foram vítimas do racismo religioso nas escolas, crianças e adolescentes que foram vítimas de discriminação e são atacadas por outros alunos ou pela comunidade escolar. Como exemplo podemos lembrar de casos em que crianças foram atacadas por usarem uma guia ou uma roupa de santo, por obrigações religiosas. Também temos casos de comunidades com mais crianças e famílias evangélicas ou católicas, que discriminam ateus, budistas, islâmicos, pessoas de religiões de matriz africana, ou seja, que não aceitam manifestações diferentes das suas. E não são só os educandos que passam por isso. Muitas vezes educadores também são agredidos. Além disso, nos últimos anos lidamos com um movimento chamado Escola sem Partido, que vem aumentando cada vez mais o embate dentro das escolas por essa disputa de posicionamento, por essa disputa de narrativa. O que eu estou querendo destacar com isso? Eu estou destacando que temos uma escola que está num lugar de disputa em que cada vez mais o diferente está sendo alvo de discriminação religiosa ou qualquer outro tipo de discriminação, como o Héder já destacou anteriormente. Cada vez mais aquele ou aquela que é ou pensa diferente passa a não encontrar na escola um lugar de acolhimento. Antes, podíamos dizer que eram os educandos os que mais sofriam com isso, hoje vemos que educadores também passam por sérios constrangimentos com o advento do Escola sem Partido. Vou contar um pouco sobre o movimento Escola sem Partido para depois fazer uma ponte com a questão da laicidade nas escolas. O Escola sem Partido é um movimento que surgiu em 2004 a partir da ação de um pai chamado Miguel Nagib, em Brasília, que escreve uma carta para o professor da filha reclamando da comparação feita entre São Francisco de Assis e Che Guevara em uma aula. Podemos pensar que quando ele escreveu essa carta, em 2004, era apenas um pai preocupado com a família, mas se pesquisamos, rapidamente descobrimos que esse pai era ligado ao Instituto Millenium e outros institutos de direita no nos-

so país. Estamos falando do ano de 2004, início de um governo de esquerda na presidência do país. Então temos esse senhor preocupado que escreve a carta e distribui dezenas de cópias no pátio da escola da filha e que naquele momento não recebe apoio de ninguém. Ele fica muito chateado, inclusive porque recebe respostas de vários alunos dizendo: “Você está constrangendo meu professor; meu professor é um professor de História muito bom, não está certo o que você está fazendo”. E ele começa a dizer que esses alunos foram doutrinados por seus professores. Passam-se os anos e o movimento vai se desenvolvendo. Até que em 2016 o movimento começa a ganhar muita força, já está começando a colocar muitos professores em cheque nas salas de aula, e começam a aparecer vários movimentos para contestar o Escola sem Partido. E por que será que ele fica cada vez mais forte? O que mudou na nossa sociedade de 2004 para 2016? Mas voltando um pouquinho, antes de responder ao questionamento. É importante destacar que na mesma época o grupo do professor Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense, começa a estudar, de fato, o movimento Escola sem Partido e descobre que no mesmo dia que esse pai ligado ao Instituto Millenium e vários movimentos de direita escreve essa carta para o professor, Olavo de Carvalho faz um preâmbulo da carta e publica na íntegra em seu blog. Nesse preâmbulo, Olavo de Carvalho diz que os professores estão fazendo mal aos alunos, que é uma cultura de arregimentação comunista que teria sido implantada em escolas brasileiras, que virou a doutrina oficial do governo brasileiro e que foi implantada por uma rede internacional de ONGs esquerdistas e que tudo isso organizado pela sociedade civil organizada, pela teologia da libertação e pelo marxismo. Devemos nos questionar: quem são esses três elementos? O marxismo, o novo sindicalismo e a teologia da libertação? São os elementos que vários pesquisadores como Cecília Coimbra, Eder Sader e outros pesquisadores citam como os responsáveis pela reabertura democrática

no país. Então avançamos mais um passo. Temos agora evidências da associação do criador do Escola sem Partido a movimentos de direita e ao Olavo de Carvalho, que em 2004 era uma pessoa que escrevia para grandes jornais de circulação do Brasil e tinha um blog. Em 2016, quando o Escola sem Partido contava com mais adesões, Olavo de Carvalho já possuía um curso online, que inclusive contava com muitos alunos que fazem parte do alto escalão do governo atual. Continuando, em 2017 um projeto Escola sem Partido é apresentado na Câmara Federal, assim como já tinha sido apresentado em vários outros estados. Aqui, parênteses, o primeiro lugar que um projeto de lei do Escola sem Partido foi apresentado foi aqui na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, pelo na época deputado estadual, Flávio Bolsonaro, e depois ele foi se espalhando pelo país, porque Miguel Nagib nessa época já havia criado uma página no Facebook, uma página na internet e postava coisas contra os professores, contra a suposta doutrinação comunista e esquerdista. Nagib foi construindo esse discurso, isso se espalhou pelo Brasil inteiro e chegou como um projeto à Câmara Federal. Depois de várias manobras, deputados favoráveis ao projeto conseguem criar uma comissão especial do Escola sem Partido para discutir a aprovação ou não desse projeto. A proposta era fazer uma emenda à LDB e construir, então, o Escola sem Partido como uma grande política educacional. Para uma comissão começar a funcionar existe um monte de regras. São eleitos deputados representantes de partidos, de bancadas e, posteriormente, um relator, um presidente e um vice-presidente. Quando as reuniões dessa comissão especial começaram, descobrimos que a maioria dos deputados que estavam ali interessados em defender o Escola sem Partido eram pessoas ligadas à Bancada da Bíblia e/ou à Bancada da Bala. Primeiro espanto: Como é que uma pessoa da Bancada da Bíblia é ligada também à Bancada da Bala? Isso traz uma preocupação porque por princípio pensamos que religião e armas não se conectam. Dentro da Comis-

são Especial do Escola sem Partido começaram a acontecer audiências públicas e o que se via era uma verdadeira batalha. Batalhas de disputa do Bem contra o Mal. Então quem era a favor do Escola sem Partido se coloca como defensor do Bem. Eram pastores, deputados ligados às igrejas e também à Bancada da Bala. E quem era contra o Escola sem Partido era colocado no lugar do Mal e taxado de esquerdista, comunista... aqueles que não aceitavam que não poderiam mais fazer a sua doutrinação dentro da sala de aula. Essa era a caracterização que o movimento Escola sem Partido fazia. Junto com isso, tínhamos todo um discurso moralizante e que, quando podia, resgatava a história da distribuição do suposto "*kit gay*" nas escolas. Sabemos que não existiu "*kit gay*", que o que existiu foi um projeto para distribuição de materiais contra a homofobia nas escolas e que isso nem foi para frente, porque a pressão dos setores conservadores foi muito forte. Nunca saiu do papel, nunca foram entregues em nenhuma escola, mas isso foi motivo para eleger vários candidatos a deputados, senadores e mais especificamente em 2018 essa construção do discurso contra o "*kit gay*" e contra a suposta doutrinação comunista nas escolas ajudaram a eleger o nosso representante máximo do poder executivo. E o que que isso tem a ver com religião? A grande questão é: o que tem a ver o fato de pastores e pessoas ligadas à Bancada Evangélica ou à Bancada Católica, porque todos se congregam naquela Bancada da Bíblia, participarem ativamente da Comissão Especial do Escola sem Partido na Câmara Federal com o movimento Escola sem Partido e com o racismo religioso e a defesa da laicidade nas escolas? O que que tudo isso tem a ver? Pesquisando sobre o assunto... entre vários textos podemos citar o capítulo de um livro de um teólogo e professor da PUC-Rio, chamado Paulo Fernando Carneiro de Andrade. O livro chama-se *Teologia da História e Ação Transformadora* e o capítulo chama-se *Neopentecostalismo, Anarcocapitalismo e a Teologia da Batalha Espiritual*. Segundo a construção desse autor, e que

para mim fez todo o sentido depois de ter estudado tanto o Escola sem Partido e ter visto toda essa trajetória, tudo isso se conecta com a Teologia da Prosperidade e a Teologia da Batalha Espiritual. Segundo explicação do autor, a Teologia da Prosperidade obtém um sucesso muito grande, porque ela proclama o poder da palavra e do pensamento. Então nessa perspectiva, se algum fiel precisa de alguma coisa, ele roga a Deus. Se ele falar com Deus e disser *"Eu preciso dessa benção aqui para me curar de uma doença"* ele tem que ter fé e acreditar que Deus vai atender o pedido. Então a partir dali ele não precisa mais, por exemplo, tomar a vacina do Covid, ele não precisa mais, por exemplo, tomar remédios, porque Deus está ali para protegê-lo. Além disso, com a Teologia da Prosperidade o fiel se torna um associado de Deus através do dízimo. Então se ele é associado de Deus e paga o dízimo, ele tem a fé em dia, ele vai prosperar na vida, vai ser alguém na vida. E aí, – como o Héder já falou – tem tudo a ver com o neoliberalismo e o empreendedorismo de si mesmo. Seguindo... o autor também diz que no Brasil temos uma condição especial. Além da Teologia da Prosperidade, que é muito mais do que isso que eu falei aqui, eu só fiz um resumo para chegar na discussão que queremos, também temos uma associação com a Teologia da Batalha Espiritual ou Teologia do Domínio. Daí vem a ideia da luta do Bem contra o Mal no seguinte sentido: a Teologia da Batalha Espiritual é baseada nos escritos de que houve uma briga entre Deus e Satanás. Deus se aborrece e expulsa Satanás do céu, então Satanás vira o símbolo de todo o Mal. Satanás tenta Adão então ele vira a representação de todo o Mal da humanidade, enquanto Deus é Bom. Então para os fundamentalistas religiosos tudo que eles não associarem a Deus passa a encarnar o Mal. Caímos na dualidade do Bem contra o Mal. Então voltando lá para as brigas dentro nas audiências da Comissão Escola sem Partido na Câmara, o que que a gente vê? A narrativa do Bem contra o Mal encarnada dentro da Câmara Federal e disputando a narrati-

va. O Bem passa a ser representado pelos deputados integrantes da Bancada da Bíblia e como já dissemos, maioria na Comissão como *"representantes de Deus"* que foram eleitos pelos fiéis para estar ali. E o Mal identificado com todos os outros que divergem de seus discursos. Então o Mal passa a ser encarnado nos movimentos de esquerda, nos professores que querem incentivar o pensamento crítico e defendem a laicidade na Educação, nos homossexuais, nas mulheres que querem ser independentes e não estão trabalhando em prol da melhoria e da concretização de suas famílias, e assim por diante. Isso nos ajuda a entender um pouco sobre todo o discurso de ódio que estamos vivendo hoje na nossa sociedade. E aqui não falamos só das igrejas neopentecostais evangélicas não, falamos de ramos muito fortes da igreja católica, como a Renovação Carismática, por exemplo, que também segue uma linha parecida. Então as subjetividades são produzidas nesse sentido: sou de uma igreja, tenho a minha religião e minha família e para prosperar contribuo com o dízimo e passo a ser associado de Deus e do Bem. Por isso, conquisto tudo que preciso por meus próprios méritos. Mesmo que seja uma política pública que foi construída, por exemplo, a política de cotas. Mesmo que o fiel tenha passado para uma universidade através da política de cotas, ele ignora que isso é uma política pública construída, e pensa: *"eu sou aquele que consegui por meus méritos"*. É aí que o fundamentalismo religioso se associa à meritocracia do Neoliberalismo. O fiel pensa que porque é associado a Deus conseguiu tudo pelos seus próprios méritos e todo o resto que está a sua volta e que é diferente do que ele pensa e de como se comporta é do Satanás, seguindo a Teologia da Batalha Espiritual. Por isso, alguns autores dizem que as pessoas que seguem essas igrejas que adotam a Teologia da Prosperidade e da Batalha Espiritual possuem uma ética própria. Essa ética permite que eles possam inclusive matar em nome de Deus, porque são abençoados. E por isso podem, por exemplo, internar seus filhos para

fazer uma *"cura gay"* em uma comunidade terapêutica ligada à sua religião. Porque segundo essa ética estão fazendo isso em nome de um bem maior, em nome de Deus. Um ditado que eles usam muito é aquele que diz: *"Deus ama o pecador, mas não ama o pecado"*. Então acreditam que podem fazer qualquer coisa para *"tirar"* esse pecado das pessoas. Como? Nesse exemplo, internando-o numa clínica, numa comunidade terapêutica, para que ele possa ser libertado do Satanás que está dentro dele. E as pessoas fazem isso, os fiéis fazem isso, porque acreditam, porque aquilo vira um valor ético e de fé deles. Então, temos que pensar na complexidade da temática que enfrentamos nas escolas. Quando pensamos que, por exemplo, na escola uma criança pode ser atacada por ser de uma religião de matriz africana, ou por ser *gay*, ou por ser lésbica, ou por ser negra, ou por ser de uma família considerada de esquerda... e é atacada em nome de Deus, em nome de um Bem maior, em nome de uma *"ética"*. E isso cada vez mais está sendo produzido na nossa sociedade. A produção das subjetividades está levando a isso, ao discurso de ódio contra o outro. Um papel importante da Educação é fazer com que crianças e adolescentes entendam que as diferenças existem e devem ser respeitadas, mas cada vez mais a religião se mistura ao Estado e invade os espaços escolares. Nossa Constituição destaca que cada um você pode ter a sua opção de fé, mas cada vez mais se acirra a batalha para que apenas algumas sejam acatadas por todos. Isso se mistura de uma maneira, nas escolas, principalmente, que acaba causando uma encruzilhada. Qual é o papel de uma professora, de uma psicóloga, de uma assistente social na Educação? É trabalhar a totalidade e a diversidade das pessoas, você tem que trabalhar com todos, você não vai trabalhar com o que é igual a você, você vai trabalhar com todos, de uma maneira ampla, e isso tem sido uma batalha muito difícil. Pensando nisso, e olhando para o governo atual, começamos a ver projetos entrando na Educação, como, por exemplo, o *homeschooling* que está para

ser votado na Câmara Federal. Podemos pensar: “*Ah, ninguém vai querer isso? Qual família vai querer homeschooling?*”. Mas já existe todo um discurso por trás, que pessoas que estão estudando afundo o tema já estão alertando, para o fato de que muitas igrejas estão pensando em promover escolas separadas para seus fiéis, então a família vai optar por *homeschooling* que vai ser oferecido pela própria igreja que a família frequenta. Então cada vez mais cria-se um *apartheid* religioso. Temos que tomar muito cuidado com isso, com essa “*guetização*” que vai acabar acirrando ainda mais os discursos de ódio. Temos uma lei sancionada recentemente que garante a presença de psicólogas e assistentes sociais nas escolas de ensino básico, ou seja, da educação infantil ao ensino médio. E essas psicólogas e psicólogos e assistentes sociais, então, vão fazer parte da equipe multidisciplinar da escola. Bem, o que diz o nosso código de ética? O nosso código de ética é baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, então temos ali princípios que nos levam a perceber as diferenças e trabalhar com todas, mas temos, por exemplo, psicólogas desse viés religioso cristão, que se dizem, inclusive, da Psicologia cristã. Uma psicóloga, um psicólogo dessa linha chegando à escola, pode acirrar ainda mais a batalha. A Psicologia tem aí uma grande responsabilidade. Não podemos esquecer que nosso Código de ética diz: o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. E esses são só os três primeiros princípios fundamentais. Então, temos uma responsabilidade enorme, en-

quanto Psicologia, entrando nas escolas e participando dessa rotina, desse cotidiano escolar, temos um compromisso social muito grande a cumprir. Já caminhando para o final, porque eu gosto muito do debate, das perguntas e das trocas. Eu tentei fazer aqui um desenho do que acontece, trazendo um pouco do Escola sem Partido, como estratégia para a gente pensar o que tem acontecido hoje na nossa sociedade, no cruzamento entre a Teologia da Batalha Espiritual, a Teologia da Prosperidade e os movimentos de extrema direita. Então assim, foi isso que eu quis trazer aqui para pensarmos. Eu agradeço a participação na mesa e devolvo a palavra para a Jaqueline que está mediando.

Jaqueline: Perfeito, Isabel. Muito obrigada, obrigada por toda essa sistematização tão importante, essa discussão atual dos últimos momentos em relação a esse tema, muito obrigada mesmo. Eu fiquei pensando em algumas questões. Quando você trouxe sobre as *fake news* em relação àquilo que é denominado nesses grandes grupos conservadores de "*kit gay*" e outras *fake news* que tiveram na época, elas eram sempre em relação a ameaça à família tradicional brasileira, essa família nuclear burguesa. Então, é impressionante como esse lugar de fortalecimento da família tradicional brasileira vem avançando e tem uma estrutura muito sólida nessa atual política que a gente tem passado e, ao mesmo tempo, como o fortalecimento do neoliberalismo também tem avançado, sobretudo nesse atual período de pandemia, em que a gente pode observar um aumento na fome, no índice de desemprego, enfim, e ainda muitas pessoas se recusando a tomar a vacina, nisso que vocês trouxeram sobre: "*Deus me protege*", esse lugar que é uma quebra do pacto social da vacinação. Quando vocês trouxeram sobre as comunidades terapêuticas com esse forte viés religioso, eu acho que elas também são uma marca desse atual momento de retrocesso das políticas públicas de um modo geral, mas principalmente no campo da saúde mental, marcando muito esse momento de contrarreforma psiquiátrica, de grande incentivo a esses equipamentos

asilares e de forte caráter religioso, mas que também está inscrito num cenário de retrocesso na saúde como um todo, na educação, enfim, de desmonte das políticas públicas, de precarização dos serviços e das relações de trabalho. E aí, eu fico pensando que essa é uma questão importante para nós, psicólogos e psicólogas, principalmente para quem atua nas políticas públicas, que a gente questione sobre que ética a gente reafirma no nosso exercício profissional e se, de fato, a gente atua para o respeito à diversidade e para o combate dessas lógicas adaptacionistas. Enfim, essas foram algumas reflexões que eu fiquei fazendo a partir da fala de vocês, queria agradecer demais, foi incrível mesmo, sempre muito enriquecedor ouvir vocês. Queria abrir, quem tiver alguma questão, alguma consideração, não precisa ser uma pergunta, pode levantar a mão ou colocar no *chat*, que a gente lê e repassa para a Isabel e para o Héder.

Héder: Eu fiquei pensando algumas coisas a partir do que você disse, Isabel, achei que aquilo que você trouxe foi muito importante, muito pertinente, mas é muito curioso como Weber é muito atual quando ele fala que o espírito do capitalismo tem uma relação muito íntima com a ética protestante. A ética protestante e o espírito do capitalismo estão muito entrelaçados e, se a gente percebe a partir do que a Jaqueline pensou da nossa fala de um lugar muito específico de reiterar a família nuclear burguesa, a família nuclear burguesa nasce a partir de produções, de divisões que o capitalismo produz, porque a revolução burguesa produz divisões e as divisões têm um movimento de colocar papéis de gênero muito bem estabelecidos. Coloca sempre o homem num lugar de poder em relação à mulher e coloca a mulher como responsável pelo espaço privado e o homem pelo espaço público, ou seja, as políticas públicas, dentro dessa perspectiva burguesa, capitalista e neoliberal, não fogem desse processo, muito movimentadas a partir de um lugar de um masculinismo e de um masculinismo branco. Eu fico pensando, tem um livro da Wendy Brown, que é uma cientista política chamado "*Nas Ruínas Do Neoliberalismo – A*

Ascensão Antidemocrática no Ocidente", em que justamente a Wendy Brown vai falar sobre esse processo de identificar como esse masculinismo branco foi perdendo um certo poder a partir dos movimentos sociais, do movimento *Hippie*, das ondas do feminismo, das lutas das mulheres, da luta da população LGBTQIA+. Enfim, se a gente for pensar aqui especificamente no contexto que a gente vive, na luta das minorias como um todo, é muito curioso a gente justamente ainda sustentar essa expressão "*minorias*", como se uma certa maioria, de fato, de experiência, fosse colocada sobre essa ótica masculinista branca. E aí, eu acho que tem uma questão muito importante, é que o neoliberalismo como um valor cria um processo de adesão muito forte dentro de um certo fundamentalismo religioso, por conta dessa reiteração da família como um sinônimo de amparo, e ele tem uma questão de associação... gostei muito do que você disse, Isabel, dessa questão de: "*eu sou um associado de Deus, logo as coisas, o mal que está no mundo não me atinge, aquilo que é tomado, colocado como mal, não vai me atingir*". E é muito curioso, porque essa moralização do neoliberalismo, que é a ideia de "*seja o empreendedor de si mesmo*", ela encontra um eco muito megalomaniaco nessa ideia fundamentalista de que: "*eu não vou ser só um empreendedor de mim mesmo, eu vou ser sócio de Deus*". Isso é muito curioso, como esse valor neoliberal ou essa produção de subjetividade neoliberal, se a gente falar dessa forma acho que fica mais interessante, essa produção de subjetividade neoliberal tem um eco muito forte dentro desse processo e dentro desse movimento das populações mais vulnerabilizadas, porque a gente vai percebendo que o crescimento da população evangélica e até as questões relacionadas à renovação carismática, se dão muito em populações vulnerabilizadas e precarizadas. E aí, a gente vai vivendo e vendo outras associações, a gente tem esse processo, mas, por exemplo, tem uma coisa muito curiosa que acontece dentro desse movimento, quando a gente, de alguma forma, o Estado não se sustenta como garantidor de direitos básicos, a gente vai percebendo que essa necessi-

dade de pertencimento vai sendo colocada em outros grupos. Tem uma colocação muito curiosa que a gente faz em relação, por exemplo, ao futebol, em que as pessoas falam sobre o Flamengo, elas usam a expressão "*nação rubro-negra*". Essa ideia de nação, essa ideia de um pertencimento e de um patriotismo a um determinado grupo, a gente precisa de grupos, somos seres dependentes, e quando, de alguma maneira, a gente não consegue criar esses movimentos de grupo... não que a gente não consiga criar, mas quando eles não estão ali disponíveis para a gente na cena social, a gente vai se apegando a determinados grupos que muitas vezes têm uma certa moralização que a gente vai aderindo, justamente por conta de um certo medo de não ter. Tem uma frase do Freud, que eu acho que é muito curiosa, em que ele escreve no "*Projeto para uma Psicologia Científica*", ele diz que o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais. É justamente por conta do fato de estarmos desamparados que fazemos uma adesão a movimentos que são moralizantes, é justamente porque é o que produz algum movimento de salvação para um processo de precarização. E aí, se a gente for pensar, por exemplo, em teóricas como a Judith Butler, que vai falar sobre a noção de vulnerabilidade a partir de uma certa articulação que ela vai fazer do pensamento de Freud com Foucault, a gente vai pensar justamente que esse movimento de vulnerabilidade, que a defesa psíquica que os sujeitos vão fazendo em relação a esse processo de vulnerabilidade, que é muito produzido, inclusive, pelo capital, pelo neoliberalismo, é fazer uma adesão à religião, a partir de um lugar que tem uma garantia máxima: "*Eu sou sócio de Deus, nenhum mal vai me acontecer*". Então, isso é uma coisa que é muito presente, que a gente está vivendo e isso cria um movimento antidemocrático muito forte, justamente porque o neoliberalismo vai intensificando esse processo hiper individual e narcisista.

Jaqueline: Obrigada, Héder. Então, chegou uma pergunta para vocês dois aqui no *chat* e a gente tem ainda uns

20 minutos, no máximo, para podermos entrar na nossa conferência de encerramento, então queria pedir para que vocês pudessem, de algum modo, discutir sobre essa pergunta que o Micael trouxe para a gente. É assim: como vocês veem a situação de que, em lugares extremamente vulneráveis nos interiores do Brasil, com pouca circulação financeira, as políticas públicas de garantia de direitos têm mais dificuldade de chegar do que as igrejas?

Isabel: Então, Micael, vamos pensar, por exemplo, na criação de um conselho tutelar. Para ter um conselho tutelar em um município precisamos ter toda uma movimentação de movimentos sociais, entidades que trabalham com crianças e adolescentes, inclusive da própria prefeitura. Para fazer um processo eleitoral para escolha de conselheiros tutelares é preciso um conselho municipal de direitos da criança e do adolescente estabelecido. A prefeitura tem que constituir um conselho municipal, para depois, então, esse conselho municipal promover eleição dos conselheiros tutelares, os conselheiros têm que inscrever-se, é todo um processo, é toda uma vontade de que isso aconteça, que tem que partir do poder executivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente e várias resoluções do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) regulam os critérios para eleição e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Por mais que isso seja força de lei, se em algum município o prefeito não tem interesse, para que ele vai criar um conselho tutelar, gente? Para dar mais dor de cabeça para ele, para ele descobrir que existem crianças fora da escola, que existem crianças que precisam de políticas de alimentação, saúde, habitação? Mas, por outro lado, se alguém quer abrir uma igreja, abre uma portinha e começa a fazer pregações. Depois que consegue reunir vários fiéis, vai construindo aquela igreja. E os fiéis se sentem acolhidos, se sentem num lugar de pertencimento. É fácil abrir uma igreja, construir, criar uma igreja. Quantos nomes de igreja nós temos aí hoje em dia e com quantos pastores? Então é mais difícil criar

uma política pública, manter, construir os equipamentos e ter o orçamento, do que abrir uma portinha de uma igreja.

Héder: Eu acho que tem uma outra questão importante, que existe um projeto e é um projeto de desfazimento do Estado como um Estado que produz políticas públicas que, de fato, sejam públicas. Eu concordo com a Isabel, é muito mais fácil a gente não produzir políticas públicas, mas eu acho que existe um projeto em andamento já há algum tempo e que produziu todo o golpe que a gente viveu, desde 2016 para cá, e que vai tentando utilizar o Estado à serviço do mercado. A gente está vendo agora uma instalação daquele boi de ouro em frente à Bolsa de Valores de São Paulo e as pessoas passando fome, tem uma figura que é muito emblemática nesse processo, que é um morador de rua andando e um boi de ouro em frente à Bolsa de Valores. O que a gente vê, por exemplo, é que durante esse processo da pandemia do coronavírus, a gente teve, de uns anos para cá, novos bilionários, enquanto há uma concentração de riqueza cada vez maior na mão de alguns, há um sofrimento e uma desigualdade social. Então eu acho que esse processo de desigualdade social, esse processo de produção de uma riqueza para poucos e uma miséria para muitos é um projeto que está ali em franca expansão, e aí eu acho que o que acontece é que as igrejas, principalmente as igrejas que têm uma certa articulação com a teologia da prosperidade, com a teologia do domínio, entendem essas pessoas precarizadas como reserva de mercado. O espírito do capitalismo e a ética protestante estão ali muito entrelaçados e aí a gente precisa pensar, justamente nas nossas análises, que as igrejas funcionam como empresas. Quando a igreja católica percebeu que estava perdendo terreno, houve uma modulação, inclusive o Papa Francisco é o papa que dialoga mais com algumas questões que o papa anterior não dialogava, então teve essa mudança, justamente por conta desse processo. A renovação carismática é um movimento para tentar fazer com que haja essa disputa ainda permanente das igrejas evangélicas com as igrejas ca-

tólicas, então se a gente for pensar existe um processo de um pensamento empresarial a partir desse lugar religioso. Se a gente for pensar justamente em pastores como Silas Malafaia, R. R. Soares, Edir Macedo, são grandes empresários que, inclusive, têm comunidades terapêuticas e que pensam as comunidades terapêuticas como a solução para a saúde mental e que arrecadam... a última arrecadação destinada para a saúde mental foi dividida de uma maneira muito estranha e foi destinado um grande valor para as chamadas comunidades terapêuticas, que não tem nada nem de comunidades, nem de terapêuticas, como o Pedro Paulo Bicalho fala, são verdadeiros asilos religiosos.

Isabel: Nem de políticas públicas, né?

Héder: Nem de políticas públicas, porque elas são espaços privados que quem está ganhando ali por trás. São geralmente as pessoas ligadas à religião. O Silas Malafaia se tornou um grande defensor da cura *gay* a partir do momento em que ele investiu em comunidades terapêuticas, justamente porque, quando ele começa a defender a ideia de que a homossexualidade é um comportamento aprendido e que pode ser desaprendido, estava ali com um investimento novo, em relação às comunidades terapêuticas. Então, a questão da Escola sem Partido que a Isabel traz, a questão do ensino em casa, tem a ver com uma outra reserva de mercado: "*vamos fazer escolas evangélicas para o público*". Então, a gente precisa perceber nas nossas análises que o processo relacionado a esses movimentos tem a ver com reservas de mercado, inclusive a tentativa da utilização da Psicologia tem a ver com esse processo. E aí quando a Psicologia vai se protegendo a partir das publicações, a partir de alguns meios jurídicos, a gente vai percebendo que as pessoas vão mudando para a psicanálise, e aí muda da psicanálise para as constelações familiares e para os coachings e vai mudando para outros movimentos terapêuticos, porque a questão é produção de reserva de mercado, é nicho de mercado. Então, a grande crítica, esse

movimento religioso se assenta a partir de uma mentalidade, de uma subjetividade empresarial de um certo empreendedorismo. A gente precisa entender essa articulação de um certo movimento religioso, não todo, mas de um certo movimento religioso com um valor empresarial, para poder entender que o enfraquecimento das políticas públicas tem a ver com uma produção de novos nichos de mercado.

Isabel: É. Há também a instituição do Estado mínimo, que tem tudo a ver com o que você está falando. Mas, Estado mínimo no que interessa, porque, por exemplo, em segurança pública ele é máximo, ele só é mínimo em outras políticas. Agora, a partir do momento que também a segurança pública, por exemplo, puder ter um presídio terceirizado, também aí vai interessar que essa parte da segurança pública seja mínima para o Estado e máxima para as grandes corporações.

Héder: O Estado só interessa – eu concordo com você, Isabel – quando ele está a serviço do mercado, então ele se torna um Estado máximo quando ele está a serviço do mercado, concordo com você.

Jaqueline: Isabel e Héder, muito obrigada, obrigada por todas essas explicações, enfim, por todo esse conhecimento compartilhado, foi incrível a mesa, e eu queria agradecer muito a vocês. Queria perguntar se vocês querem fazer uma fala de encerramento para que a gente possa finalizar essa mesa. Héder, você pode começar.

Héder: Obrigado. Olha, eu queria agradecer simplesmente e queria dizer que eu acho que a gente tem um desafio muito grande, a gente precisa trabalhar muito com a formação em Psicologia, a gente precisa estar ocupando os espaços da formação em Psicologia e a gente precisa criar uma possibilidade de a gente levar esse movimento, para que haja mais uma produção crítica em relação aos processos que a gente está produzindo em termos de Psicologia e em termos de conhecimento em Psicologia. Eu acho que dessa forma a gente vai repensar essa questão e pensar justamente que

existe espaço para os psicólogos atuarem, existem muitas questões e eu acho que a gente precisa atuar mesmo e colocar em questão isso que a gente está vivendo. Eu sei que muitas vezes a gente vive muitas dificuldades em relação a esse processo, mas eu acho que a gente precisa estar muito presente na formação dos novos psicólogos e psicólogas. Obrigado, gente, pelo espaço, estamos aqui, o Eixo de Psicologia e Laicidade está aqui, vocês podem acessar a gente do jeito que vocês quiserem e, enfim, existem pessoas incríveis no eixo, que estão pensando muito esses processos e a gente pode estar junto como vocês quiserem. Obrigado pelo espaço e pela paciência de me ouvir.

Isabel: Eu só queria agradecer a participação de todas e todos. E falando como coordenação do CREPOP gostaria de agradecer também ao Héder pela presença aqui na mesa, por ter trazido tantas contribuições, pelo carinho de estar aqui nessa sexta-feira com a gente. E dizer que daqui a pouco nós vamos ter a mesa de encerramento, contamos com a participação de todos. Essa mesa de encerramento não vai ser por *Google Meet*, vai ser transmitida pelo *YouTube* e pelo *Facebook* do CRP, então é só acessar, que daqui a pouquinho vai estar no ar. Por fim, gostaria de dizer que todo mundo que quiser acessar a referência técnica para atuação de psicólogas na Educação Básica é só dar uma olhadinha no nosso site. Acho que vai ser muito importante na implementação da lei 13.935, de 2019, aquela lei que dispõe psicólogas e assistentes sociais na educação. Esperamos que em breve também exista uma referência técnica sobre a importância da laicidade na nossa prática profissional. E vamos construindo novos caminhos e novas perspectivas para a nossa Psicologia. Muito obrigada, Jaque, pela mediação. Obrigada a todos.

Jaqueline: Obrigada, pessoal. Como a Isabel disse, agora, às seis horas, a gente tem a conferência de encerramento "*Neo(necro)liberalismo e Impactos na População Brasileira: e agora, psicólogas?*", vai ser com o João Paulo Barros e a

Cláudia Freire, está lá no *YouTube* e no *Facebook* do CRP-RJ. Não percam, será uma ótima mesa também, para a gente poder fechar esse seminário de comemoração dos 15 anos do CREPOP. Mais uma vez, obrigada à Isabel ao Héder e a todas as pessoas que ficaram conosco até agora.

19 de novembro, 18h | Conferência de Encerramento

Neo(necro)liberalismo e impactos na população brasileira: e agora, psicólogas?



Roberta: Boa noite. Eu me chamo Roberta Brasilino, estou na Assessoria Técnica da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, junto com a Mônica Sampaio que está aqui comigo, também com o João Paulo e com a Cláudia, a Patrícia e o restante da equipe de Libras. Vamos dar início agora a essa mesa, que é uma mesa de encerramento desse seminário, que é o seminário em comemoração aos 15 anos do CREPOP. Esse ano, o CREPOP está fazendo 15 anos, e a gente aqui no Rio de Janeiro entendeu a importância de celebrar essa data. A gente está organizando, o CREPOP junto com a Comissão de Eventos, então, por isso que a gente decidiu fazer essa mesa conjunta aqui, Mônica e eu sermos mestres de cerimônia dessa mesa também para celebrar essa união, para celebrar esse encontro. Antes de a gente apresentar o João Paulo e a Cláudia, a gente vai fazer a nossa descrição e a gente quer compartilhar um pouco com vocês de como é que está sendo esse processo de fazer esse seminário, como é que tem sido todo esse trabalho tão bacana que a oportunidade de celebrar os 15 anos do CREPOP trouxe para a gente. Então, como eu disse, eu sou Roberta Brasilino, eu estou na Assessoria Técnica de uma comissão do Conselho Regional de Psicologia, que é a Comissão Regional de Psicologia e Políti-

cas Públicas, da qual o CREPOP, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, faz parte. Eu sou uma mulher próxima dos 40 anos, eu tenho os cabelos crespos, que estão amarrados assim, meio de lado, estou usando um brincão amarelo; ao meu fundo tem um quadro branco e uma parede branca também. Eu sou uma mulher negra de pele clara e estou aqui recebendo, de maneira muito feliz, João Paulo e Cláudia para o encerramento do Seminário. Mônica, com você.

Mônica: Boa noite a todas e todos. É uma alegria estar aqui junto com o CREPOP, com o João e com a Cláudia, a Patrícia, a equipe de Libras e toda a nossa equipe, para a gente finalizar esse momento que foi de muita alegria, que são os 15 anos do CREPOP. A gente iniciou ontem com uma mesa de abertura e hoje pela manhã, nós tivemos uma mesa e agora de tarde outra mesa, e essa é a nossa conferência de encerramento. Então, entre ontem e hoje, foram muitos momentos bacanas de aprendizado e de compartilhamento de experiências e a gente está muito feliz por estar aqui. Vou começar, também, fazendo a minha descrição: eu sou uma mulher branca, tenho cabelos mais ou menos encaracolados na altura do ombro, já passei dos 50 anos. Estou usando óculos transparente, um batonzinho de cor rosa, uma blusa de cor quase vinho. Atrás de mim tem uma parede branca e uma porta branca também. Bom, eu estou aqui representando a Comissão de Eventos, que é uma comissão do CRP-RJ, da qual eu estou coordenadora e essa Comissão, no CRP-RJ, se junta a núcleos, eixos e comissões, para a gente pensar eventos de interesse da categoria. Há pouquinho tempo, a gente fez a mostra de práticas, a gente já fez outros eventos, e, agora, a gente se juntou com a CR-PPP, onde está desenhado o CREPOP, que é uma comissão importantíssima, nós nos juntamos, sem nos aglomerar, infelizmente, para fazer e celebrar com muita alegria os 15 anos do CREPOP. Lembrando que temos uma equipe, e aí eu já falo da minha e você fala da sua, Roberta, que, na realidade, é uma só, somos todos CRP-RJ, somos todos CRE-

POP. Bom, na Comissão de Eventos, nós temos o Caíque, o Micael, a Francine, a Marília e eu. No momento, eu sou a coordenadora e a Francine, que a gente chama carinhosamente de Fran, está como coordenadora-adjunta, junto comigo, para a gente poder ir tocando as coisas, pensando, mas toda a comissão pensa junto, discute junto, é uma comissão muito bacana e eu tenho o maior prazer de estar nela e de coordenar. Fala do seu povo, Roberta.

Roberta: Falo sim, Mônica. Então, na CRPPP hoje, a gente tem uma assessora técnica que trabalha junto comigo, que se chama Jaqueline Sério, Jéssica Cruz é funcionária administrativa e a Isabel Scrivano que é a coordenadora responsável pelo CREPOP nesse momento. Como a Mônica disse, essa comissão também contempla outros debates. Então, dentro dela, também está contemplada a pauta do controle social, que a gente tem uma outra coordenação, mas, enfim, nesse momento aqui, na organização desse seminário, somos nós do CREPOP. Para iniciar essa mesa de encerramento, Mônica e eu conversando, a gente pensou que seria bacana começar falando um pouco sobre a importância do CREPOP para a gente, para nossa formação profissional. E eu acho que a grande importância do CREPOP para mim é me oportunizar participar da construção de uma psicologia em que eu acredito. Quando entro no sistema Conselhos de Psicologia para atuar como assessora técnica, já fazia uso das Referências nas minhas práticas profissionais, mas não fazia ideia de como elas eram produzidas. Quando eu começo a entender o lugar do CREPOP, hoje, na história da Psicologia brasileira, me dá muito orgulho de estar nesse lugar. O CREPOP, ele me faz ver que, como o Marcus Vinícius, criador, idealizador do CREPOP, que a gente já citou na conferência de abertura, ele me faz ver que é isso: o rumo que a Psicologia toma ao dialogar com as políticas públicas é um outro rumo. O CREPOP é a consolidação disso, da marca desse diálogo da Psicologia com as políticas públicas, que é uma Psicologia muito mais interessante. Então, o CREPOP marca minha

formação nesse sentido, porque ele mostra para mim que é com essa Psicologia que eu quero trabalhar, é nessa Psicologia que eu acredito, é dessa Psicologia que, ao adentrar nas políticas públicas, reflete sobre o seu lugar lá dentro: o que que a gente está fazendo aqui dentro? Com que segmentos da população brasileira a gente quer dialogar? Que desafios a gente precisa enfrentar para poder atuar com essa parcela muito maior da sociedade brasileira, que a Psicologia se vê implicada a ter que trabalhar quando ela entra nas políticas públicas? Enfim, Mônica, eu acho que a sua história com o CREPOP também é bem bacana e queria que você pudesse compartilhar com a gente.

Mônica: Então, quando a Roberta chega, eu estou como coordenadora da CRPPP (Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas) onde está desenhado o CREPOP. No momento, agora, eu sou Comissão de Eventos, mas, naquela época, um pouquinho ali atrás, eu que era a coordenadora do CREPOP. Mas eu quero começar anteriormente, rapidamente, em menos de cinco minutos, dizendo para vocês que eu entro na graduação aos 39 anos. Eu era professora primária, e aí, entro na graduação de Psicologia aos 39 anos. Quando eu saio da graduação, o meu primeiro estágio é em uma DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher), que atende mulheres em situação de violência. E aí, eu me apaixono por aquele tipo de atendimento e é o primeiro contato que eu tenho com a Referência Técnica. Porque, quando eu saio do meu estágio e eu vou pegar minha carteirinha do CRP no ano de 2013, no dia da carteirinha, eu penso: *"Eu quero me aproximar do CRP, eu quero conhecer tudo que ele tem, eu tenho pouco tempo"*. Eu já tinha 39 anos, eu tinha, digamos, uma urgência. E aí, eu penso: *"Eu quero continuar nessa política da mulher. Como que eu faço isso?"*. Na minha graduação, eu não vi nada a respeito e aí, eu fui para o estágio e eu não sabia como trabalhar ali na ponta, nem em uma DEAM com violência contra a mulher. Quando eu chego para pegar a minha carteirinha, que eu soube que o CRP tinha um evento, eu

fui para o evento, dei sorte que eu peguei a minha carteirinha no mês de março e o evento era sobre a mulher. Aí eu começo a perguntar o que o CRP tem, a vasculhar todo o *site*, e eu descubro que a gente tinha uma Referência Técnica de atendimento a mulheres em situação de violência. Esse é o meu primeiro contato. E eu leio a Referência dia após dia, assim como o Código de Ética, eu tinha uma certa urgência de me apropriar da Psicologia, como eu disse, talvez, por ter achado que eu comecei tarde demais. Mas eu só achava, tá, gente? Enfim, eu sempre trabalhei no SUAS, onde está a política da mulher desenhada, o Sistema Único da Assistência Social, desde 2013 eu estou lá, desde que eu me formei. E aí, quando eu saio da política da mulher, eu vou trabalhar em um CRAS, que eu também não tinha visto nada na minha graduação, eu não sabia o que que faz uma psicóloga no CRAS. E aí, quando eu dizia para todo mundo: "*Gente, que bacana, eu estou trabalhando em um CRAS*" - maior orgulho de estar sendo psicóloga aos 40 anos. Aí todo mundo perguntava: "*O que faz uma psicóloga no CRAS?*". Aí eu pensei: "*Temos uma Referência Técnica para psicólogas que trabalham no CRAS*". E aí, também comecei a ler e reler, ler e reler, ler e reler. Enfim, esse foi o meu primeiro contato com as Referências Técnicas, que estão todas no *site*. Se você for lá, você vai clicar em "*publicações*", aí aparecerão alguns itens, um deles é "*Referências Técnicas*". Você clica, e ali, terá todas as Referências. E aí, eu falei: "*Caramba, a gente tem muitas Referências Técnicas: álcool e outras drogas, relações raciais*". Enfim, fico apaixonada pelas Referências Técnicas. E aí, como eu disse, me aproximo do CRP. Tinha uma paixão por estar junto dos psicólogos, aprender com eles, ouvi-los e tal. E aí, venho para o CRP como colaboradora e acabo sendo coordenadora do CRP onde está o CREPOP. E aí, vou eu para o outro lado. Chega a Roberta e me fala como são construídas aquelas Referências Técnicas, que eu não sabia. Elas são construídas a partir dos próprios psicólogos que trabalham na política. Ou seja, eu, lá no CRAS, em al-

gum momento, como vai acontecer agora, que a gente vai fazer uma atualização da Referência Técnica de psicólogas com atuação no CRAS, eu podia colaborar com aquela Referência. A Referência Técnica é construída a partir da nossa prática lá na ponta, no serviço, no equipamento. E aí, a Roberta me traz isso, e aí eu fico mais encantada ainda. A Roberta, a primeira fala dela é: *“Monica, eu estou aqui desenhando os marcos legais da política aqui tal, tal, tal”* e eu fico: *“Caramba! A gente começa lá no início mesmo, dos marcos legais daquela política”*. E, depois, a gente caminha, e aí ela me diz que a gente vai fazer entrevistas qualitativas, quantitativas e aí eu vou para o outro lado da construção da Referência Técnica. Claro que a Roberta tem um papel fundamental, porque a paixão dela pelo CREPOP reflete em mim. A gente chega a ir em uma reunião em Brasília, com todo o pessoal do CREPOP, e aí eu fico deslumbrada, quero tirar foto com a Roberta no meio de Brasília para registrar esse momento. E aí, assim, hoje, eu volto para a política da mulher. Hoje, eu coordeno um Centro de Referência Especializado de atendimento à mulher em um município da Baixada. E, hoje, se eu cheguei em uma coordenação e se eu já passei por toda a situação de técnica e tal, em todos os momentos, o que está do meu lado nas políticas públicas é o meu Código de Ética e todas as Referências Técnicas. Agora mesmo eu estava lendo a Referência de gestoras do SUAS, porque, agora, minimamente, eu sou gestora, eu estou em uma coordenação. Tem uma de relações raciais que é a cereja do bolo, todo mundo quer ler ela e a gente não tem mais, só mesmo pelo *site*, todo mundo quer ver, cheirar, aquela coisa da paixão pelos livros. Bom, eu contei para vocês um pouquinho da minha trajetória. É um prazer estar aqui com o João Paulo e com a Cláudia. O João Paulo, a Céu, que é a nossa vice-presidente, falou: *“Ah, eu queria estar no CRP para receber o João Paulo”*. Parece que ela conhece o João Paulo das militâncias, a Céu Cavalcanti. Eu falei: *“Não se preocupe, Céu, eu vou estar no CRP, eu vou abraçar o João Paulo, eu vou abraçar a Cláudia,*

eu estarei aqui fazendo todas as honras e circunstâncias do CRP-RJ". Então, dizer para vocês também, João Paulo e Cláudia, que vocês são muito bem-vindos nessa mesa, vocês foram muito desejados nesse lugar quando a gente convidou vocês e vocês aceitaram. Então, eu e a Roberta falamos bastante, mas é porque a gente está muito feliz. É isso. A Roberta vai apresentar o João Paulo e eu a Cláudia, para eles poderem falar, senão, a gente vai falar o dia todo aqui da nossa paixão, né, Roberta?

Roberta: Está certo. Então, vamos lá. A gente combinou: João Paulo vai começar, em seguida, a Cláudia. Daí, eu vou apresentar o minicurrículo que o João Paulo passou para a gente e que está lá no nosso *site*. João Paulo Barros é psicólogo, mestre em Psicologia e doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. É especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará. Professor adjunto do Departamento de Psicologia e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. É coordenador do Vieses, Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq. João Paulo, eu fiz a apresentação formal, agora você se apresente do jeito que você se sentir mais confortável.

João Paulo: Bom, primeiramente, boa noite a todos. Bom dia e boa tarde para quem vai ver isso e ouvir isso depois. Queria, inicialmente, agradecer a possibilidade de estar aqui partilhando desse espaço com vocês, é contagiante a forma entusiasmada como vocês falam da relação de vocês com o CREPOP. Eu vou fazer a minha descrição primeiro e depois eu continuo. Eu sou um homem branco, eu uso barba preta com algumas partes brancas já, tenho o cabelo curto, também preto, estou usando óculos cinza quadrado mais ou menos; estou usando, também, uma blusa de botão, uma blusa xadrez branco com lilás. No fundo, tem uma parede cinza com uma estante branca e alguns livros, uma

plantinha e uma parte do meu violão. Bom, essa pessoa sou eu. Eu sou de Fortaleza, Ceará, eu acho que o sotaque já denuncia, né? Em termos de apresentação, o que é figura para mim hoje é que eu sou o pai da Nina, que, inclusive, está ali, pode ser que ela apareça em algum momento, é a minha filha de seis anos. Eu tento fazer com que nos momentos ao vivo isso não aconteça, mas ela pode aparecer, vocês já me perdoem se ela aparecer; e eu sou pai do Raul, que vai nascer em março. Esse sou eu.

Mônica: Bom, eu vou apresentar a Cláudia. A Cláudia Freire é graduada pela Universidade Federal Fluminense. Ela é mestre e doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Serra dos Órgãos. Psicóloga da Clic – Clínica de Insuficiência Cardíaca. Então, a Cláudia agora também pode se apresentar.

Cláudia: Boa noite. Eu sou Cláudia Freire Vaz. Eu gostaria de primeiro agradecer o convite. Eu estou, de fato, muito contente de estar aqui, eu gosto muito, eu sempre estou atenta às Referências Técnicas do CREPOP, então, de fato, é uma alegria estar aqui. Mas vou começar com a minha descrição: eu sou uma mulher negra, que usa um cabelo *black* não muito curto, mas também não muito grande. Eu estou usando uma blusa roxa sem mangas, um cordão com pedras pretas e cinzas, um brinco também bem descrito no tom de preto e cinza. Atrás de mim tem um móvel, tem alguns quadros e tem uma janela coberta com uma cortina marrom. Enfim, eu estou, de fato, muito contente de estar aqui, agradeço, e tenho certeza de que hoje vai ser uma noite muito enriquecedora para todos os presentes.

Roberta: Então, como combinamos anteriormente, a gente vai começar com o João Paulo. Dando início a nossa mesa de encerramento, cujo título é: "*Neo(necro)liberalismo e impactos na população brasileira: e agora, psicólogas?*", eu passo a palavra para o João Paulo e, em seguida, Cláudia fala para a gente.

João Paulo: Antes da minha descrição, eu estava falando da importância do CREPOP também na minha trajetória. Quando eu trabalhava como psicólogo, - hoje eu sou professor, dedicação exclusiva -, mas quando eu trabalhava como psicólogo, eu participei da elaboração, como psicólogo aqui do CRP-11, das Referências Técnicas para atuação de psicólogas e psicólogos no CRAS. Isso foi em 2007, se não me falha a memória. Mais recentemente, já como professor, eu, juntamente com outras colegas e outros colegas aqui do Ceará, nós colaboramos com o CRP-11 na atualização da Referência Técnica sobre medidas preventivas de liberdade. E, ainda mais recentemente, agora em 2020, foi lançada uma Referência Técnica sobre a atuação de psicólogas e psicólogos na política de segurança pública e eu tive a oportunidade de também colaborar com essa Referência junto com o Pedro Paulo Bicalho, com Luiz Fernando Benício daqui do Ceará também e outras colegas e outros colegas também, muito competentes. Então, no Vieses, que é o laboratório que eu coordeno aqui na UFC, nós temos um grupo de estudo tradicional do nosso trabalho, que desde 2016 discute psicologia e políticas públicas, que é o GEPPs - Grupo de Estudo de Psicologia e Políticas Públicas. E nós usamos, para trabalhar alguns temas pertinentes a esse campo, diversas Referências do CREPOP: para discutir relações raciais, Referências de relações raciais, para discutir sobre psicólogas e psicólogos nas políticas de assistência social, discutir as Referências Técnicas desse campo e, por aí vai, saúde... enfim. Então, eu sou testemunha da relevância das produções do CREPOP, das movimentações. Eu jamais imaginei que eu poderia participar, 15 anos depois, destes momentos de comemoração dos 15 anos do CREPOP. E não foram 15 anos fáceis, especialmente os últimos anos têm sido muito difíceis para a categoria, especialmente no cenário nacional que a gente tem vivido, um cenário de bolsonarização da nossa vida. Então, acho que é um ato, também, de resistir, de afirmação da potência democrática, eventos como esse. Então, essa

fala é uma homenagem às pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pela Covid no Brasil ou que perderam seus amores e pessoas queridas em razão dessa gestão genocida da pandemia no Brasil. Eu sou do Ceará e sou muito fã do Belchior, e uma das músicas do Belchior diz que “*palavras são navalhas*”. Então, pensando nisso, eu amolei essa faca pela memória das Marias que se foram, inclusive, uma das Marias que fazia parte da minha vida, mas, também, uma homenagem a Martín-Baró, que há 32 anos foi assassinado, e a Paulo Freire que completaria 100 anos neste ano de 2021, patrono da educação brasileira. Ambos nos ensinaram muito sobre a formulação de uma *práxis* que, se valendo da escuta das majorias populares e junto com elas, insurgisse contra as opressões que se expressam pelas injustiças estruturais que a gente vive. No Brasil, é impossível falar dessas injustiças estruturais sem falar do racismo, das iniquidades de gênero, das desigualdades geracionais, territoriais, socioeconômicas, enfim. Então, nesse começo da minha fala, eu queria falar do compromisso da afirmação de uma Psicologia cujo compromisso ético-político seja o de enfrentamento a situações de opressão, e para falar de situações de opressão, a mesa escolhe a discussão sobre a racionalidade que orienta o neoliberalismo. Aqui, o foco da discussão é sobre esse neoliberalismo que opera através, também, de uma política de morte. Então, eu vou entender, aqui, o neoliberalismo como uma dessas formas de opressão, uma forma atualizada dessas lógicas de opressão, um neoliberalismo muito mais como uma governamentalidade, ou seja, não só como uma lógica econômica, por isso que interessa para nós da Psicologia, pensar. Acho que quem está ouvindo, quem está vendo, não sei dos percursos de vocês, mas aí, costumeiramente nas minhas aulas, quando eu falo sobre esse assunto, ocorrem perguntas do tipo: “Mas por que que isso interessa à Psicologia?”. Bom, porque o neoliberalismo é pensado aqui como uma irracionalidade, que generaliza a lógica do mercado e a expande a diferentes âmbitos da vida, inclusive, para o

âmbito da produção das subjetividades, da produção dos desejos, dos afetos, das nossas relações consigo e com os outros. O neoliberalismo, pensando como o autor que está muito conhecido, que é o Achille Mbembe, eu trouxe o Achille Mbembe porque a noção de neo(necro)liberalismo, é muito em alusão, também, ao debate que ele faz sobre esse assunto. E o Mbembe fala que o neoliberalismo se baseia na visão segundo a qual todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo podem deter um valor de mercado. Então, essa é a perspectiva de expansão da lógica do mercado. Para isso, é acionada uma certa política de subjetivação, que engendra normatividades, horizonte de socialização, lógicas de reconhecimento, tipos de conduta, tipos de produção desejante, e certos tipos também de sofrimentos psicossociais são muito peculiares. Isso, a gente vai encontrar nas instruções do Vladimir Safatle, do Christian Dunker, do Nelson Junior, sobre neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Então, como a conferência aqui traz como título a perspectiva do neo(necro)liberalismo, eu queria destacar que ele se relaciona à perspectiva do Achille Mbembe, segundo a qual, a racionalidade neoliberal enseja formas de vida marcadamente desiguais, antidemocráticas, violentas e mortificadoras. Nas palavras do Mbembe, *"o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual das oportunidades de viver"*, isso é comum no capitalismo, e essa lógica sacrificial, sempre esteve presente, também, no coração do neoliberalismo. Por isso que ele chama de necroliberalismo. Nas palavras dele:

"Esse sistema sempre operou, -o neoliberalismo- com a ideia de que alguém vale mais e outros valem menos. Quem não tem valor, pode ser descartado, nas palavras dele ainda, a questão é: o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor? Essa pergunta, é claro, sempre afetas as mesmas raças, as mesmas classes sociais, os mesmos gêneros."

Isso o Mbembe já no contexto da pandemia. Então, essa noção de necroliberalismo nos convoca a pensar dois pontos-chaves na discussão que Mbembe faz sobre necropolítica. Uma dessas questões é: que a necropolítica, essa

política de gestão, instrumentalização e produção da morte, está relacionada com a produção de mundos de morte. Para a necropolítica operar, é preciso de mundos de morte, ou seja, certos contextos, nos quais a democracia simplesmente não chega, certos contextos nos quais a lógica de cidadania não chega, certos contextos dos quais o estado de exceção se torna uma normalidade e não uma excepcionalidade. A outra questão que tem a ver com o debate sobre necropolítica e que é atualizada pelo debate sobre necroliberalismo, é que, certas populações são convertidas em mortos-vivos, na perspectiva do Mbembe, por condições precárias, sacrificiais e atemorizantes de vida, que atualizam o que ele chama de *"topografias da crueldade colonial"*. Ou seja, o que o Mbembe está colocando para a gente, não é assim, uma coisa incontornável, não é uma coisa a qual a gente não possa resistir, mas ele está colocando uma dinâmica que atualiza uma lógica colonial a partir do neoliberalismo e suas tecnologias de produção de morte. Bom, para o Mbembe, os tempos necroliberais são caracterizados por uma desigual distribuição da vulnerabilidade e por novos e ruidosos compromissos com formas de violência que são futurísticas e, ao mesmo tempo, arcaicas. Ou seja, o que eu queria falar nessa primeira parte da minha explanação, era que o neoliberalismo, nessa sua versão necropolítica, produz desigualdades, processos antidemocráticos e políticas de mortificação. E aí, eu queria agora falar, na segunda parte da fala, como é que o necroliberalismo, como é que o neoliberalismo operante aqui. Ele combina diferentes diagramas de poder que fazem parte, em certa medida, ou em grande medida, da nossa história brasileira. Então, eu estou pensando aqui, o ponto de partida dessa segunda parte da fala é de que o neoliberalismo combina diagramas diferentes, mas que se articulam, e que alguns desses diagramas não são tão novos assim, mas que se atualizam, tem uma capacidade enorme de se atualizar. Um primeiro diagrama que faz parte do neoliberalismo, é esse diagrama que é mais costu-

meiramente associado ao neoliberalismo, que é o diagrama do rendimento e do empresariamento das nossas formas de viver, que está ligado a essa expansão da lógica do mercado por diferentes instâncias da nossa vida, incluindo a nossa produção subjetiva, como eu mencionei. Então, a generalização da forma empresa, vai trazer consigo, o empresariamento de ciclo, modo de subjetivação induzido por essa racionalidade neoliberal. E essa ideia de capital humano, do sujeito empreendedor de si, pautado, por exemplo, em um prisma ultraindividualista, concorrencial, meritocrático. Quem nunca ouviu esses prismas operando? Essas ideias apontam um aspecto fundamental do neoliberalismo, que é o investimento em uma certa noção de sujeito, capaz de incorporar e naturalizar a lógica do mercado. Então, isso não se viabiliza, essa lógica neoliberal não se viabiliza apenas por sedução, por engajamento subjetivo, mas, também, pela incorporação dessa lógica de sujeito empreendedor de si através do medo de sobrar. Então, não é só por sedução, engajamento subjetivo, mas, também, por medo de sobrar, o medo de não ser reconhecido como alguém digno de valor, tamanha as restrições dos marcos de reconhecimento, características das mercantilizações da vida, que o neoliberalismo propicia. Então, a ideia de sujeito empreendedor de si, além de fomentar essa adesão subjetiva a uma espécie de absolutização do mercado, ou pretensa absolutização do mercado, ela serve como justificativa ideológica à maximização de processo de precarização da vida, que são correlativos a esse empreendimento neoliberal, que tem como uma de suas marcas, a imposição de uma certa noção despolitizada e individualizante de liberdade. Então, “eu sou livre”, portanto, uma perspectiva extremamente mercantilizada de liberdade e, também, uma desqualificação da política do comum e dos laços de solidariedade. Enfim, já que, também, a conferência pede que a gente fale sobre os impactos dessa lógica na população brasileira, se essa lógica, é uma lógica sacrificial, -e a gente viu isso muito na pandemia-, as

peessoas têm que trabalhar, têm que sair de casa para fazer a economia se salvar, para o país não parar, enfim, e a gente sabe que isso é muito desigualmente distribuído. Quem é jogado à lógica sacrificial são as populações negras, são as populações pauperizadas, são as populações periferizadas. Então, qual é o impacto dessa lógica sacrificial? O impacto é que multidões nacionais, especialmente negras e pauperizadas, são, cada vez mais, ou tem sido cada vez mais amplamente posicionadas, - ou reposicionadas, já que a gente tem uma tradição colonial escravista muito forte -, como supérfluas, descartáveis, desamparadas e assoladas por sofrimentos ligados a efeitos de culpabilização, então, se você não consegue, a culpa é tua. Efeito de culpabilização e esgotamento. São multidões subalternizadas a uma lógica absolutamente perversa de inclusão e a gente vê isso muito exemplificado nas realidades de precarização de trabalho, nesse primado do autogerenciamento, uberização, informalidade, cada vez mais crescente por crises econômicas que a gente tem assistido. Então, fica aqui o alerta para a Psicologia, o alerta que Dardot e Laval fazem na *"A nova razão do mundo"*: os discursos psi, eles são frequentemente convocados para quê? Para legitimar essa lógica da subjetivação neoliberal. O segundo diagrama, - eu falei do primeiro diagrama que compõe essa racionalidade neoliberal, que o primeiro diagrama é esse do rendimento, do empresariamento de si e da lógica do mercado -, o segundo diagrama, é um diagrama colonial escravista, que remete ao debate sobre racismo estrutural e sobre branquitude. Eu sou um homem branco e a maioria da Psicologia é pautada por, também, uma lógica branca, são corpos brancos e uma lógica branca também da produção de conhecimento. Então, faço questão de colocar isso aqui, para que nós, brancos, também pensemos sobre as nossas posições, e exercitemos, também, uma desnaturalização dessas posições de privilégio, de epistemicídio, enfim, de uma série de opressões que nós atualizamos e reproduzimos também. Quando eu falo isso em

sala de aula, muitos alunos, - obviamente, brancos -, dizem assim: "*Não, professor, mas isso faz parte do passado, não tem racismo*". Ou seja, retroalimentando o mito da democracia racial dentro do fazer e do saber psi. E aí, assim, para não achar que isso faz parte do passado, até hoje, a gente alimenta as nossas relações a partir desse diagrama colonial escravista. Reflexo disso, é que a gente incide, cotidianamente, e de uma maneira, muitas vezes, naturalizada, o corpo da população entre sujeitos e não-sujeitos, sujeitos e objetos, cidadão de bem, não-cidadão, e aí tem várias expressões para exemplificar isso. Muitas existências, então, são transformadas em coisa, - e aí pegando de novo o Mbembe para conversar -, sujeitos-coisa são sujeitos sem corpo, sem memória e sem estatuto político. São sujeitos não passíveis de luto, pensando aí com a Judith Butler. Então, essa dinâmica é chave para pensar historicamente os nossos próprios processos de subjetivação. E aí, fica a dica, também, Frantz Fanon, nos debates que faz sobre "*Pele negra, máscaras brancas*", "*Condenados da terra*", e outros, "*Alienação e liberdade*", vai falar de uma sociogênese também, dessas dinâmicas de subjetivação de sofrimento, quando debate o colonialismo, quando debate os efeitos disso também, do ponto de vista subjetivo. Então, como é que isso opera hoje? Como é que esse diagrama opera hoje? A contraface, então, do empresário psi, que faz parte daquele primeiro diagrama, é esse outro coisificado, produzido como desviante, produzido como não-humano, e o racismo é o principal organizador da atualização dessas formas de dominação coloniais, através das tecnologias de produção, gestão e instrumentalização da morte. É por isso que, por meio do racismo de nós brancos, por exemplo, naturalizamos o extermínio das populações periferizadas, a expropriação dos trabalhadores que acordam de madrugada para produzir aquilo que movimenta a cidade, naturalizamos a exploração, a dominação, a morte, e condições aviltantes de vida que servem para perpetuar, senão, os nossos privilégios, as nossas condições de branco como

padrão de humanidade. Os debates de Cida Bento sobre branquitude apontam isso, é a partir desses subsídios raciais que se instalam políticas de medo, políticas de marginalização que vão legitimar uma série de políticas de segurança pautadas na lógica da guerra, pautadas na lógica da militarização. Então eu gostaria de destacar que um dos impactos desse diagrama colonial, a partir do trabalho de escuta que a gente vem fazendo com juventudes aqui na cidade de Fortaleza, é uma espécie de vertigem frente à uma aparente obstrução do futuro e a uma suposta restrição do presente à imagens fantasmagóricas de morte e ruína. O terceiro diagrama que eu queria colocar é o diagrama autoritário facistizado. Outro estranhamento que, geralmente, gera nas aulas: *"Professor, mas Neoliberalismo tem a ver com Fascismo?"*. Segundo Wendy Brown, segundo Maurizio Lazzarato, sim, segundo Mbembe também, sim, é importante para a gente pensar o Neoliberalismo. Neoliberalismo não significa necessariamente sinônimo de democracia. Há um certo despreço, inclusive, de certas posições neoliberais com a democracia, uma democracia real, uma democracia efetiva para todas, todos e todes. O seu maior emblema desse diagrama autoritário é a militarização das nossas vidas. Além do abandono, então, e da promoção de desigualdades que o primado do mercado promove, as populações racializadas e pauperizadas são destinadas à repressão e à tortura. Assistimos, então, no Neoliberalismo, a inflação de aparatos políticos penais que operam seletivamente do ponto de vista racial, social e de gênero. Angela Davis está aí para mostrar isso, Juliana Borges está aí para mostrar isso, sendo as políticas de encarceramento em massa uma das expressões disso. Então encarceramento em massa, violência policial, todos esses aspectos fazem cair por terra aquela falácia de que o Neoliberalismo implica o Estado Mínimo. Na verdade, mais ou menos. O Neoliberalismo não implica necessariamente o Estado Mínimo, o Neoliberalismo implica um Estado Mínimo do ponto de vista da garantia de direitos e

máximo do ponto de vista da repressão, do ponto de vista da coisificação, do ponto de vista da produção e viabilização de políticas de morte. Então seria o que o Vladimir Safatle chama de necroestado, que tem como função central a coisificação de certas existências e o Neoliberalismo não faz outra coisa senão atualizar e potencializar essa perspectiva de Estado necropolítico, digamos assim. Então eu falei desses três diagramas, que, combinados, fazem essa racionalidade necroliberal operar. Eu estava falando do encarceramento em massa, e aí Michael Alexander, Loic Wacquant, Juliana Borges, como já mencionei, a Angela Davis, vão falar de um encarceramento em massa como uma forma de gestão diferencial da insegurança social, uma forma de gerir, digamos assim, aqueles corpos vistos como descartáveis. Funciona, ideologicamente, segundo Angela Davis, em *"Estarão as prisões obsoletas?"*, como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Então quando ela diz assim: *"Livrando-nos da responsabilidade de pensar"*. Quem somos *"nós"* aí? Majoritariamente somos nós, brancos. Nós, brancos, nos desresponsabilizamos por toda essa lógica desigual e reivindicamos mais punição; somos nós, normalmente, que reivindicamos mais polícia, somos nós que reivindicamos mais judicialização da vida. Enfim, isso faz parte da operacionalização dos nossos pactos narcísicos. Esse é o trabalho ideológico que esse diagrama autoritário produz. Esse *ethos* autoritário escancara os limites das nossas próprias formações democráticas. Esse evento é um evento também para lutar por democracia. O CREPOP vem também para fazer a Psicologia se posicionar radicalmente democrática. Então isso é importante que a gente coloque. As nossas formações democráticas liberais, segundo Mbembe, em *"Política da Inimizade"*, em *"Política da Razão Negra"*, possuem o que ele chama de corpo noturno. O que é isso aí? Para certas

populações, para certos territórios, a gente constrói condições de aceitabilidade da violência e da violação de direitos ou da própria suspensão dos direitos. Então, se a gente pensar aí com Sílvia Almeida um racismo estrutural, isso se torna ainda mais nítido. Então, o arremate nessa segunda parte da fala, e aí eu não quero perder a oportunidade de falar isso, é que o emblema da combinação desses diagramas, do rendimento, do empresariamento de si, da lógica do mercado, da lógica ultraliberal, do diagrama colonial escravista e do diagrama autoritário e fascistizado, é o bolsonarismo. O bolsonarismo é o emblema da combinação da qual resulta esta lógica necroliberal, que torna mais explícita ainda a função de desumanização que o Neoliberalismo produz. A gestão bolsonarista da pandemia exemplifica muito nitidamente o compromisso em espetacularizar a função necropolítica do Estado brasileiro como forma peculiar de fazer morrer e deixar morrer, expressa na exploração da maioria da população, que é a população negra e pobre, expressa no extermínio, expressa na indiferença que resulta do não reconhecimento da condição de sujeito à uma ampla parcela da população. Vocês devem lembrar do: *"E daí? Eu não sou coveiro. O que que eu posso fazer?"*. Essa é a Lei e a Ordem que se busca garantir, é a Lei e a Ordem de desumanizar alguns para ratificar a condição supostamente universal de certas humanidades. Bom, para me encaminhar para o fim, eu queria falar sobre como essa lógica necroliberal se operacionaliza a partir de ataques em rede à bases progressistas da nossa vida social, tão, ainda, precariamente assentadas na nossa vida. Então o Neoliberalismo opera produzindo crises e viabilizando ataques em rede a todas essas formações democráticas que a gente tenta construir no país. Tenta construir, não estão construídas, assim, sedimentadas. Ou seja, eu queria falar, nessa última parte, dos ataques em rede que essa lógica, que essa racionalidade necroliberal produz nas nossas formações democráticas que operam na garantia de justiça social e de uma vida vivível a todos. Eu

vou destacar três ataques, três ofensivas que operam em rede e que a gente precisa estar atentes, atentas e atentos também como categoria profissional. O primeiro desses ataques é o desmonte das políticas de garantia de direitos. Isso interessa muito fortemente quando a gente fala de CREPOP porque a gente está falando da Psicologia nas políticas públicas. Nós temos, no campo da assistência social, onde tem muitos psicólogos e psicólogas, um verdadeiro processo de refilantropização; no campo da saúde, onde também tem muitos profissionais de Psicologia, nós temos um recrudescimento das práticas de manicomialização, exemplificadas pelo avanço das comunidades terapêuticas, pelo sucateamento da Rede de Atenção Psicossocial e de seus equipamentos, como os CAPS, por exemplo, NASFs (Núcleos Ampliados de Saúde da Família), enfim, ataques à perspectiva da redução de danos em prol de perspectivas extremamente reacionárias, que são o proibicionismo, em prol da guerra às drogas, que, na verdade, é uma retórica, porque, na verdade, é um extermínio, é um massacre de populações periferizadas; nós temos também, do ponto de vista do trabalho, reforma trabalhista, reforma da previdência, retrocesso nas políticas afirmativas, nas políticas de afirmação da diversidade sexual e de gênero, retrocesso da garantia de direitos dos povos tradicionais, o esfacelamento das políticas de educação, mais recentemente aí o Enem, que vocês estão vendo sendo desmontado, universidades públicas sendo sucateadas, agências de fomento sendo também asfixiadas, políticas públicas no âmbito da cultura também sendo desmontadas. E qual é o impacto disso na população? É a maximização dos processos de precarização desigual da vida através do desfazimento de redes de apoio social e econômica que expõem diferencialmente essas populações à condições indignas de existência. O dilaceramento do estado social se torna ainda mais acentuado a partir do golpe de 2016, e hoje a gente tem, no contexto bolsonarista, energia, alimentação, água, combustível, tudo mais caro, uma po-

pulação cada vez mais pauperizada, um aumento da miséria, nós temos cerca de 100 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil, enfim, literalmente pessoas catando comida do caminhão do lixo, que vocês viram a repercussão disso, infelizmente, aqui na minha cidade, Fortaleza, quase 15 milhões de desempregados, mais de 34 milhões sem carteira assinada, trabalhando em condições bastante aviltantes também. E o que isso tem a ver com o debate sobre Neoliberalismo? Segundo Mbembe, o poder necropolítico, ele atua não só exterminando as populações, mas multiplicando a morte em pequenas doses, em massacres e estrangulamentos diários. O que é a precarização da vida a partir do desmonte das políticas de garantia de direitos senão uma tática e uma estratégia de estrangulamento diário dessas populações? O segundo ataque, eu queria chamar a atenção para o neoconservadorismo e esse reacionarismo moral que a gente tem assistido também muito crescentemente. Está relacionado à restrição de marcos de reconhecimento de quem é humano. Esses marcos de reconhecimento que produzem, ao mesmo tempo, humanização daqueles cuja vida deve ser protegida e inferiorização ou abjetificação daqueles desumanizados, que devem ser, inclusive, reprimidos. A Wendy Brown, no livro *"Nas Ruínas do Neoliberalismo"*, tem um debate sobre como mercado e moralidade andam de mãos dadas. Então o Neoliberalismo opera não só radicalizando a forma mercado, mas desmantelando as lógicas de justiça e igualdade, produzindo uma certa demonização da política e perpetuando um tradicionalismo moral, que se traduz, por exemplo, no sexismo, no racismo, no rechaço às pautas envolvendo os direitos sexuais e reprodutivos, envolvendo igualdade de gênero, a pauta da suposta defesa da família tradicional, que é fundamental a projetos autoritários. Reich já estava falando disso quando falava da psicologia das massas do Fascismo. Não é nada novo isso. Esse avanço neoconservador não mostra outra coisa senão o ressentimento ligado ao padrão cis-heteropatriarcal,

que faz parte também de uma parcela majoritária, ou, pelo menos, uma parcela bastante ruidosa da Psicologia, ainda, e defender democracia é também problematizar essas lógicas de avanço reacionário do ponto de vista das moralidades. É importante que o nosso diagnóstico psicossocial do presente seja preciso. O Martín-Baró já dizia que o papel do psicólogo, da psicóloga, diante de um contexto de injustiça social, diante de um contexto de guerra, diante de um contexto de acirramento da violência é a realização de um diagnóstico psicossocial, e o nosso diagnóstico precisa ser muito preciso para a gente não reiterar processos de desigualdade. Muita gente diz que isso é uma cortina de fumaça para a perpetuação da agenda econômica. Eu penso muito, muito fortemente contrário a isso. Essas pautas conservadoras, elas são chave para a construção de uma comunidade moral, autointitulada cidadão de bem, que confere uma importante sustentação social a processos antidemocráticos. Então não são à toa e nem secundárias as ofensivas contra os direitos das populações LGBTQIA+, não são à toa nem secundários os discursos de ódio proferidos contra feministas, contra populações negras, contra populações LGBTQIA+, enfim. Então uma Psicologia que se coloque radicalmente democrática também é uma Psicologia que se coloca de maneira antirracista, anti LGBTQIA+ fóbica, enfim. E, para fechar mesmo, um terceiro ponto, além dessa questão do desmonte das políticas de garantia de direitos e do avanço conservador, é o culto e acirramento da violência, que aí acho que é até caricatural a forma como isso aparece no Brasil. A democracia só funciona em alguns lugares, há um verdadeiro, por parte da branquitude, nós, brancos, um desejo de *Apartheid*, que segue fazendo parte da nossa produção psíquica, inclusive, que vai tentar reiterar essa produção identitária branca, que vai tentar sustentar isso, e faz parte disso a incorporação da produção da indiferença, da produção de processos paranoicos envolvendo a vida social, então faz parte disso a produção de inimigo, faz parte disso a

produção do medo, do ódio, como afetos fundamentais para a gente pensar como isso tudo tem sido possível. Tem um livro muito interessante chamado *"Governar os Mortos - Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade"*, do Fábio Luís Franco, em que ele fala sobre um dos efeitos desse acirramento da lógica da violência, isso é um processo de dessubjetivação, despersonalização, desumanização e ressentimento, e isso tudo faz, constantemente, desaparecer. A necropolítica opera fazendo desaparecer. Ele fala, inclusive, da regulação da vida a partir da gestão da morte, como isso se articula, como isso passa por regular a própria comoção, os próprios afetos, o próprio luto público, e um dos efeitos disso, segundo ele, é a produção de melancolia no corpo social, ou seja, a produção de afetos tristes que despotencializam a nossa ação. E isso me faz lembrar muito a escuta que a gente tem feito das mães de jovens assassinados, vítimas da violência do Estado no Ceará. O nosso trabalho mostra como a não responsabilização, a produção de um apagamento dessas pessoas que são ceifadas pela violência do Estado, implica um adicional de sofrimento muito significativo aos viventes que perderam essas pessoas, porque não encontram o devido espaço de legitimação social para viverem seus lutos e isso acaba colaborando para processos de melancolização de suas vidas, mas entendendo também que essas populações resistem muito fortemente. Então para fechar a minha fala, eu queria dizer que, a despeito de todas essas dinâmicas de opressão, o que nos cabe como Psicologia é colar, é compor, é potencializar lutas de resistência à essas dinâmicas. Essas dinâmicas não estão dadas para sempre, elas podem ser desconstruídas, e o nosso trabalho é colar, potencializar e compor nessas lutas, para que a gente produza uma outra forma de viver. Então era mais ou menos isso que eu queria colocar. Depois, no debate, eu acabo falando mais, para não me estender mais do que já me estendi. Então eu agradeço e queria deixar essa parte final para falar de resistência e dizer que não é agora que a gente vai re-

sistir. Se a gente pensar um pouco mais, se a gente descolonizar um pouquinho, pelo menos, os nossos saberes, a gente vê que os povos tradicionais, as populações negras, elas têm feito isso já há muito tempo, as juventudes periféricas com quem a gente trabalha, as mães da periferia, os movimentos coletivos, têm feito isso já. A gente, na verdade, precisa escutar, chegar junto, nos deslocar, inclusive epistemologicamente, metodologicamente, teoricamente, para que a gente possa reconhecer efetivamente, escutar efetivamente e passar a construir outras práticas ou fortalecer práticas que a gente vem construindo nessa lógica de afirmação da democracia, de uma democracia para todos, todas e todes. Bom, muito obrigado. Estou à disposição para a gente conversar mais.

Mônica: Então, João Paulo, a gente que agradece toda essa sua fala potente. Para nós, que estamos na ponta, que estamos lá resistindo nas políticas públicas, pensar a coisificação, o encarceramento em massa, pensar a branquitude, todas essas reflexões que você trouxe é muito potente para nós. Porque quem trabalha com garantia de direitos no Brasil de hoje, precisa muito de resistência, né? E a alegria enquanto resistência também, como disse Spinoza. Então agradecer tudo isso que você trouxe para as nossas reflexões e agora passar a palavra para Cláudia, que também vai trazer uma fala que vai nos provocar também outras reflexões. Enfim, Cláudia, agora é com você.

Claudia: Muito obrigada. Obrigada a todo mundo, mais uma vez. Muito, muito feliz com esse convite e muito contente em falar depois de João Paulo. Acho que as nossas falas estão aí super articuladas, super alinhadas, e vamos lá, né? Bom, primeiro, quando me convidaram para falar sobre esse tema, falar sobre a questão da uberização, mais especificamente para falar sobre os efeitos da uberização e a flexibilização do trabalho junto às políticas públicas, eu fiquei pensando qual seria a melhor forma de eu abordar esse tema.

Percebi que a melhor maneira de contribuir para essa discussão seria através da minha tese. Entre 2012 e 2016 eu pesquisei sobre a memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro, ou seja, eu peguei o período de 1808 a 1888, respectivamente chegada da Família Real e a abolição da escravatura. O objetivo do meu trabalho estava para além de falar sobre essa escravidão que estruturou a cidade do Rio de Janeiro durante esses 80 anos, mas abordar também a memória social, entender quais são os resquícios dessa estruturação, desse tipo de escravidão na nossa realidade hoje em dia. Desde esse trabalho, o que, para mim, ficou muito claro, é que quando a gente pensa em escravidão dentro do *setting*, que eu costumo dizer, rural, nos vem casa grande, senzala, tronco. A partir disso a gente fala: “*Ok, não tem mais escravidão tão amplamente no Brasil*”. Porém, quando eu penso em um país que é majoritariamente urbano, quando eu penso sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro e os inúmeros paralelos que são possíveis fazer com o momento atual, percebemos que não existe essa ruptura, mas sim uma continuidade.

A partir das descobertas que eu fiz no meu campo, era justamente sobre como, ao longo dos estudos, ao longo da pesquisa, a gente percebe muitos traços da escravidão urbana, hoje, em nossa sociedade e no mercado de trabalho. O que eu quis trazer hoje para gente refletir são os inúmeros aspectos desse processo de uberização, que a gente pode perceber que não vêm de agora. Estamos falando de algumas características que fazem parte do nosso mercado de trabalho desde o século 19. O processo de uberização se apresenta como uma nova roupagem para determinadas lógicas que temos há mais ou menos uns dois séculos. Então, para começar a minha explanação, primeiro eu quero falar um pouco sobre a presença da escravidão urbana, apresentar dados que mostrem a sua dimensão na cidade do Rio de Janeiro; em um segundo momento eu vou falar um pouco sobre a uberização, para, em um terceiro momento, traçar esse paralelo, e aí terminar

falando sobre a questão da política pública, como a gente pode pensar as políticas públicas destinadas ao trabalho. Quando a gente fala, então, da escravidão urbana, essa foi uma modalidade de escravidão que aconteceu principalmente nos portos que recebiam a maior quantidade de africanos escravizados, a saber Rio, Salvador, Recife e São Luís. Eram essas as cidades que possuíam o maior número de escravos urbanos do Brasil. O Rio de Janeiro, na época, enquanto capital da colônia e, depois, do império, foi o lugar com maior quantidade de escravos das Américas. O Rio de Janeiro chegou a ter a maior quantidade de escravos urbanos desde o fim do Império Romano, de acordo com Claudio C. Pinheiro no artigo *"No governo dos mundos: escravidão, contextos coloniais e administração de populações"*. Esse número tão expressivo nos revela a necessidade de aprofundar no tema escravidão urbana e entender os reflexos dela no nosso cotidiano. Gostaria de dar um exemplo, da continuidade da lógica da escravidão urbana em nossa sociedade. Um elemento interessante, que nos leva a refletir sobre os traços da escravidão urbana na nossa sociedade, é o que se refere a moradia escrava. Ao se falar sobre esse tema, acabamos pensando no *setting* casa grande e senzala. Contudo, o que se tinha no meio urbano eram moradias muito semelhantes aos quartos de empregadas domésticas de hoje em dia. Em um artigo que escrevi chamado *"'Lugar de preto é na senzala'? Memória social da moradia do escravo urbano"* eu comparo um trecho da dissertação de Ynae Lopes dos Santos (2006), que investiga as moradias escravas no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, com a dissertação de Judith K.C. Santos (2010) que analisa o trabalho doméstico no Brasil. A primeira autora descreve as habitações escravas no Rio de Janeiro da seguinte forma: *"Os cativos podiam habitar os sótãos, os porões, ou então pequenos quartos, úmidos e com parca ventilação, que normalmente ficavam próximos à cozinha ou ao quintal (p.23)."* Já a pesquisadora que fala sobre o trabalho doméstico, descreve o quarto de empregada da seguinte forma:

“(…) em geral fica nos fundos da casa, em espaço mínimo, com pouca luminosidade e ventilação. Os espaços são reservados, com visíveis diferenças não somente de amplitude, mas também de conforto, e o quarto de empregada, em geral, afastado dos demais cômodos, quando não num local completamente à parte ou perto da cozinha, por vezes com uma porta divisória que é trancada à noite (p.33).”

A semelhança inegável entre a moradia dos escravos urbanos e o quarto de empregadas se torna um analisador para refletirmos a herança da escravidão urbana na sociedade brasileira. Nesse exemplo percebemos como influenciou a própria arquitetura das residências, imagine como isso não refletiu sobre o mercado de trabalho, propriamente dito? É justamente por isso que analisá-lo a luz das características da escravidão urbana é tão necessário.

Então eu quero caracterizar um pouco sobre o que é essa escravidão urbana, falar um pouco da categoria que a gente vai chamar de escravo de ganho. Nesse tipo de escravidão percebemos uma grande liberdade de circular pela cidade. Outra característica era o contato com dinheiro. Seu trabalho lhe rendia um pagamento e parte dele era destinado ao senhor do negro escravizado.

Essa questão da liberdade do escravo urbano é o primeiro ponto que vai nos ligar a uberização. Mas antes disso, é importante conceituar o que é uberização. Ela se caracteriza pela reorganização do trabalho, da forma de trabalhar, tem novas formas de controle, gerenciamento e subordinação, e eles, esse trabalho, é atravessado pela tecnologia, com o uso de aplicativos. O problema da uberização está justamente na eliminação de direitos de trabalho, que a gente chama *just-in-time*, que está ligado a transferir ao trabalhador todos os custos e riscos da atividade, e a questão da total ausência de garantias. Quando a gente vai ver o perfil desses trabalhadores uberizados, o que a gente vai descobrir? Que em torno de 71% deles são negros, 75% deles são jovens. Se a gente for pensar nesse perfil etário e racial, percebemos uma grande semelhança com os escravos urbanos, pessoas escravizadas de forma ge-

ral, posto que a expectativa de vida era pequena, em torno de 40, 45 anos, e, logicamente, a questão da raça, da cor. Mais de 50% desses trabalhadores uberizados trabalham de segunda a domingo. Em muitos aspectos, até essa questão do descanso, a gente está em um momento pior, até, do que determinados momentos da própria escravidão urbana. Ou seja, a gente tem conseguido, com inúmeras estratégias, piorar essas condições de trabalho das populações periféricas, jovens e negros. Digo isso porque, devido a enorme quantidade de negros escravizados no Rio de Janeiro, as autoridades da época perceberam que seria inviável a repressão de toda e qualquer forma de lazer e manifestação cultural dos escravizados. Dessa forma, nos domingos e dias festivos, permitiu-se que irmandades africanas se reunissem no Campo de Santana, desde que não causassem "*desordem*". O medo de uma rebelião escrava fez com que se permitisse esses momentos de lazer e descanso. Tal receio não ocorre mais hoje pois, em nome dessa lógica empreendedora, trabalhar de sol a sol deixa de ser entendido como exploração para ser entendido como determinação.

Retornando a questão da movimentação do escravo urbano, eu penso nos motoristas de aplicativo, nos *bike boys* e a sua forma de transitar pela cidade já traz uma conexão com a maneira como os escravos urbanos atuavam. Essa forma de circular também nos mostra que o tipo de trabalhos realizados pelos escravizados urbanos são hoje realizados pelos trabalhadores uberizados. Isso inclui, até mesmo, o trabalho doméstico. Não sei se vocês lembram, um tempo atrás teve uma grande polêmica em torno de um aplicativo que se criou para se contratar faxineiras e que se pagava 20 reais por faxina. Então a gente percebe que esses trabalhos que são uberizáveis, por assim dizer, eles ainda são trabalhos muito semelhantes aos que os escravos urbanos faziam. Tem imagens de Debret, que foi um pintor que retratou de forma muito sistemática a escravidão urbana, de escravos carregando pessoas brancas nas

redes. O quadro se chama "*O regresso de um proprietário*" e me faz pensar que desde essa época são pessoas negras que levam pessoas de um ponto A ao um ponto B. Antes eram dois escravos segurando uma viga de madeira que possuía uma rede. Hoje, são em carros. A faxina, a entrega de objetos também eram tarefas cotidianas de escravos em grandes centros urbanos. Então esse perfil de trabalho ainda é muito semelhante. Vale aqui uma ressalva. A gente percebe que esse processo de uberização tem crescido bastante não só para trabalhos não intelectuais, que ainda são a maioria, mas vem surgindo aplicativos de psicólogos, aplicativos de profissionais de saúde. E é importante a gente trazer isso, por quê? Para mostrar que essa classe média que trabalha como psicólogo, que trabalha como profissional de saúde, que nós estamos muito mais próximos dos escravos urbanos do que de uma elite. Às vezes se tem essa sensação de que classe média está no meio, mas não, quem vende força de trabalho está muito próximo da lógica escravidão urbana. A existência dessas plataformas que, de alguma maneira, fazem essa relação entre o profissional de saúde e o usuário se precarizarem está chegando a outras categorias para além dos profissionais que trabalham em atividades não intelectuais.

Outro ponto de *interface*, que já foi citado de forma breve, se relaciona com a questão da remuneração. O fato de eles terem acesso a dinheiro, de ganharem uma remuneração, e, a partir dela, eles precisavam passar uma porcentagem significativa para os seus senhores. Os trabalhadores por aplicativo, por exemplo, também precisam entregar uma parte considerável dos seus ganhos para a empresa. Independente da dedicação ao trabalho, tanto o escravizado urbano quanto o trabalhador uberizado, não tem condições de ter uma vida digna. Os primeiros, em muitos casos, poderiam dormir em espaços públicos como ruas e praças; no segundo caso, ele não é mais protegido nem pela lei trabalhista que, depois da reforma, possibilitou que esses trabalhadores pudessem receber menos de um salário mínimo.

Outro ponto que gostaria de assinalar refere-se ao local onde a gente poderia encontrar esses escravos urbanos. De acordo com Patrícia March de Souza, em sua tese, era necessário ir ao canto, para encontrar pessoas disponíveis para fazer determinados tipos de serviço. Mas o que eu quero dizer com "*canto*"? Nas esquinas ou nos cruzamentos da cidade era possível encontrar esses trabalhadores escravizados e eles estavam ali à disposição de quem quisesse contratar. Disponibilidade é uma palavra-chave para pensar tanto os escravos de ganho quanto os trabalhadores uberizados. Segundo Ludmila Costhek Abílio, uma das principais referências no estudo sobre trabalho uberizado, ela diz que o trabalhador está disponível, entretanto ele necessita da demanda para conseguir, de fato, trabalhar. Se nós formos substituir o canto pelo aplicativo, a gente vai perceber essa semelhança e entender que ele é uma nova roupagem do antigo canto.

Outro *link* possível de se fazer entre trabalho uberizado e escravidão urbana que eu gostaria de trazer refere-se à economia que os senhores de escravos possuíam com os escravos de ganho. A partir do momento que eles possuíam uma renda, o senhor de escravo se desresponsabilizava por questões como alimentação e vestimenta. Quando se trata da escravidão rural, existia uma troca, em que se dizia que a escravidão servia para essa pessoa sem alma se purificar, e, um dia, ter um lugar no Céu, e que o senhor de escravos, o objetivo dele, a função dele, melhor dizendo, era oferecer alimentação, oferecer espaços para morar. Essa seria a troca. Com a escravidão urbana, ele vai se desresponsabilizar por isso. E a gente percebe, em um paralelo, essa desresponsabilização, das empresas, ao negar os direitos trabalhistas. Veja bem, é evidente que eu não estou dizendo que antes, quando eram responsáveis pela alimentação, pela moradia, que eram condições dignas. Eu jamais diria um absurdo desse. Mas o que a gente está falando, com a uberização, é de um aumento de uma precarização. Estamos falando, em vários aspectos, de um trabalho que já é pre-

carizado, e os aplicativos potencializam isso. Então, tanto a escravidão de ganho, quanto os aplicativos, eles têm como semelhança essa economia, seja uma economia para o senhor de escravo, a partir do momento que não se responsabilizava mais por alimentação e vestimenta, seja para os empresários, que economizam ao não ter os encargos dos direitos trabalhistas. Lucra-se em cima do trabalho de outra pessoa, sem contrapartida alguma.

O último aspecto que vale ressaltar é com relação a questão do controle. Quando se fala em escravidão rural, tem a figura do capitão do mato. Isso já não tinha na escravidão urbana. O que se tinha era a polícia, que tinha um certo controle, mas eles tinham uma liberdade, digamos, de ir e vir, maior. Quando a gente pensa no trabalho uberizado, isso também acontece, não tem um controle como bater ou assinar um ponto, mas isso não quer dizer, isso não é sinônimo de ausência de controle. O controle, ele é de outra ordem. O escravo urbano sabia que ele não era livre, apesar de poder ir e vir, o trabalhador uberizado sabe que se ele não trabalhar uma quantidade exaustiva de horas, ele não consegue dar conta de condições mínimas de existência. O controle do seu trabalho ocorre também através da produtividade, como nos aponta Ludmilla Abilio. Ou seja, a gente percebe que trabalho uberizado e a escravidão urbana possuíam diferentes formas de controle, formas cruéis e um pouco menos visíveis. Eu digo *“um pouco menos”* porque a gente sabe que as formas de controle estão ali, mas elas não têm estatutos físicos como tinha um tronco, como tem um ponto eletrônico ou você assinar um ponto no trabalho. Pensando a partir desse paralelo, e já me encaminhando para o final da minha fala, quando eu penso em políticas públicas para garantia de direitos dos trabalhadores, quando eu penso em geração de empregos, a gente precisa assumir, a gente precisa encarar a nossa herança escravocrata no mercado de trabalho. Para além de dizer que as pessoas negras são as pessoas mais prejudicadas, as pessoas mais excluídas do mercado de trabalho,

outros aspectos entregam essa lógica. Um exemplo, Jessé Souza diz, em um artigo sobre raça e classe, que o trabalho intelectual pode ser melhor remunerado do que um trabalho manual até 50 vezes mais. O que isso significa? Esse trabalho manual, esse trabalho que é associado aos escravos, ele é mal remunerado justamente pela semelhança, pela aproximação que ele traz com os africanos e negros escravizados. Então pensar uma política de trabalho requer a gente reposicionar o lugar do saber intelectual e o saber não intelectual. Eu digo "*saber não intelectual*", não que não exija intelecto, por favor. Eu quis fazer uma contraposição. Porque quando a gente fala "*um trabalho intelectual ou não intelectual*", já tem algo aí de extremamente pejorativo, como se o trabalho de um motorista, de um pedreiro não fosse intelectual. Então essa é a primeira coisa que a gente tem que pensar, a diferença desses dois tipos de trabalho, de remuneração, e pensar também que a necessidade de políticas públicas para assegurar renda, emprego, requer algo que, infelizmente, a gente já não tem mais, que é o Ministério do Trabalho. Na década de 2010, as autoras Marcia de Paula Leite e Silvana Maria de Souza em seu artigo "*Igualdade de Gênero e Raça no Brasil: Uma Discussão sobre a Política Pública de Emprego*" falam que a melhora do mercado de trabalho no final da década de 1990 e início dos anos 2000 e que um dos fatores para esse desempenho é a política pública de combate às formas irregulares de trabalho, como trabalho forçado e o trabalho não registrado. Porém, em 1º de janeiro de 2019, o Ministério do Trabalho é extinto. Apesar de estar tramitando o retorno a esse ministério, a gente percebe que ao termos na presidência alguém que defende que o trabalho tem que estar o mais próximo possível da informalidade, o que se observa é um cenário muito sombrio, quando a gente pensa em política pública de trabalho. Então, de forma muito sucinta, é importante dizer que o trabalho do CREPOP é essencial nesse momento que estamos passando por anos onde essa resistência, mais do que nunca, é essencial,

porque essa falta de um Ministério do Trabalho, essa falta de uma lógica de trabalho, que não tem como pensar só na economia, não deveria pensar só na economia, mas também poderia e deveria pensar no trabalho enquanto um direito humano, pensar no trabalho articulado com questões de saúde. Essa é uma forma de pensar o trabalho que a gente precisa retomar para conseguir avançar com a política pública, e precisamos, ardentemente, em 2022, de mudanças, porque... é horrível terminar assim, mas o panorama é muito triste quando a gente pensa no trabalhador dentro dessa lógica atual que a gente vive. Então, essa análise toda é para dizer que estamos aí, há dois séculos, resistindo à precarização do trabalho, estamos aqui, e a função do psicólogo tem que estar ligada a resistência dessa violência toda que, historicamente, passamos, e que estamos em mais um momento de muita violência, física, simbólica e de todas as ordens. Então é isso, gente. Eu vou encerrar enquanto eu ainda tenho áudio. Obrigada.

Mônica: Cláudia, a gente quer te agradecer, não só a sua belíssima fala dessa sua pesquisa, como a sua resistência de estar aqui com a gente, mesmo com todas as dificuldades. A gente quer te agradecer por não ter desistido, por ter ficado aqui com a gente até esse momento e ter trazido as suas contribuições. Em algum momento, tudo isso vai passar e a gente vai fazer um belíssimo evento presencial, e a gente vai lembrar desse dia, que foi um dia que a gente te ouviu e gostou muito de ter te ouvido. Obrigada por suas palavras e pelas suas contribuições, pelas suas reflexões.

Roberta: Gostaria de, obviamente, agradecer muitíssimo a Cláudia, muitíssimo ao João Paulo. Eu acho que encerrar esse evento com essas reflexões, não é à toa e não é por qualquer motivo. Nós somos uma categoria profissional muito importante nesse processo de resistência. Fechar esse seminário com essa mesa é a gente também se convocar, se sentir convocadas, e dentro de toda essa conjuntura, pensar: *"Olha, gente, dentro desse cenário, o que é possível"*

a gente fazer?". Não é à toa que a gente termina: "e agora, psicólogas?". Porque é isso, a gente quer terminar convocando a categoria a, diante de toda essa discussão que a gente foi fazendo, tanto hoje, aqui nesse momento, como nos outros espaços que criamos nesse seminário, diante dessa conjuntura e nesse momento da história brasileira, que não é qualquer momento que a gente vive na sociedade brasileira, refletir sobre a nossa atuação profissional. As falas foram se complementando, não só hoje como ontem também, e foram construindo, então, um cenário para que a gente, agora, finalize esse seminário dessa maneira assim, convocando a nós mesmas, psicólogas e psicólogos, que atuamos nesse país, que não é qualquer país, a nos perguntarmos que papel nos cabe. A gente começou o seminário falando um pouco da importância do Marcus Vinícius para as políticas públicas e para a inserção da Psicologia nas políticas públicas. O Marcus Vinícius foi um dos idealizadores do CREPOP e foi brutalmente assassinado em 2016, como a gente citou ontem inclusive, em luta pelo direito de que populações ribeirinhas pudessem permanecer nas suas terras, no interior da Bahia. É com muita felicidade que a gente hoje, em 2021, 15 anos após a criação do CREPOP, encerra um seminário que fez esse tipo de diálogo que fizemos com a categoria sem precisar justificar que o que estamos fazendo é orientação da prática profissional da psicóloga. Marcus Vinícius já disse isso e com certeza muito contribuiu para que fosse assim hoje, mudando esse entendimento *"Psicologia não tem nada a ver com isso! Política e Psicologia? O que vocês fazem não é Psicologia!"*. É muito importante a gente estar avançando nesse debate, assim como também é importante a gente refletir sobre as responsabilidades que isso nos convoca enquanto ciência e profissão. E eu acho que é isso. Se Cláudia, João Paulo e Mônica tiverem mais alguma colocação para fazer...

Mônica: Eu também só quero agradecer, Roberta. Quero agradecer em nome da comissão de eventos, em nome da COMORG, que a gente construiu junto com o CREPOP

para organizar esse seminário, em nome do CRP-RJ, do qual eu faço parte, em nome de todas as psicólogas que estão nas políticas públicas. Eu posso falar, porque nesses meus anos, desde 2013 para cá, eu só trabalhei em políticas públicas, então eu falo isso de carteirinha. Agradecer todas as contribuições de vocês e dizer que é na luta que a gente se encontra. Seremos resistência com todo o momento que a gente está vivendo, a Psicologia e as políticas públicas, seremos resistência. Só agradecer mesmo. Obrigada a vocês, à Cláudia, principalmente, por não ter desistido, por ter ficado com a gente e ter trazido as contribuições.

Claudia: Eu gostaria de agradecer muito. Eu espero que, apesar do caos tecnológico, eu tenha conseguido passar a minha ideia...

João Paulo: Eu também queria agradecer o convite generoso e desejar que a gente tenha muita força para seguir se encontrando nas lutas, se encontrando na construção da nossa categoria, do saber psicológico, também nos espaços da universidade e das diversas políticas públicas, e que, ao fazer isso, a gente também componha as práticas necessárias de construção de uma democracia para todos, de um país efetivamente democrático para todos. Fora Bolsonaro. Vamos juntos. É na luta que a gente se encontra, né, homenageando aí a Mangueira, é na luta que a gente se encontra.

Mônica: Assim finalizamos, gente. Boa noite a todas e todos, e seremos resistência.



PARTE 2

LIVE

**POLÍTICAS PÚBLICAS
ENQUANTO CAMPO DE ATUAÇÃO
DE PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS
NO BRASIL E O CREPOP**

**Live realizada em 28 de agosto de 2020 às 15h,
em comemoração ao Dia da(o) Psicóloga (o).**

**Políticas Públicas enquanto
campo de atuação de psicólogas
e psicólogos no Brasil e o Centro
de Referência Técnica em Psicologia
e Políticas Públicas (CREPOP)**



Isabel Scrivano: Boa tarde. Eu sou Isabel Scrivano, coordenadora da Comissão Regional de Políticas Públicas do CRP do Rio de Janeiro, e responsável pelo Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas, mais conhecido como CREPOP. É uma honra estar aqui hoje mediando mais uma *live* especial, em comemoração ao dia da psicóloga e do psicólogo, e para falar sobre políticas públicas enquanto campo de atuação da Psicologia. Para contar um pouco do histórico de criação do Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas, teremos uma convidada muito importante para a história da Psicologia brasileira, a Ana Bock. Nessa *live*, também vamos lançar um vídeo institucional, produzido pelo CRP do Rio de Janeiro, para divulgação do CREPOP e das Referências Técnicas já produzidas até o presente momento. Com essa *live*, também damos início às comemorações que o sistema Conselho de Psicologia, organizará em virtude dos 500 anos de existência do CREPOP, o que vai ocorrer em 2021. Os 15 anos, desculpa. Nossa convidada de hoje, é a Ana Bock, uma das idealizadoras e fundadoras do CREPOP. Ana Bock é professora titular na PUC de São Paulo e foi presidente do CFP no período de constituição do CREPOP. Atualmente, ela é presidente do Instituto Sílvia Lane de Psicologia e Compromisso Social. Seja bem-vinda, Ana. Em nome do CRP, agradeço sua disponibilidade em estar aqui conosco nessa tarde e partilhar toda sua história de luta e resistência por uma Psicologia comprometida com a transformação da sociedade brasileira, em uma sociedade com menos desigualdades e injustiças sociais.

Ana Bock: Muito obrigada, Isabel. Eu tenho muita satisfação em ter podido aceitar. Tenho uma relação muito amistosa, muito gostosa com o Pedro Paulo e com o Rio de Janeiro. Sempre que eu trabalhei no Conselho Federal, nós tivemos às voltas com o Rio de Janeiro. Horas para festejar, horas para reclamar, horas para punir. Já tivemos de tudo. Mas o Rio de Janeiro foi sempre considerado por nós, um dos conselhos regionais mais importantes e a gente sabia que era preciso cuidar dele. Então, eu estou muito satisfeita de poder ter aceitado, de poder estar aqui nessa semana de comemorações do dia 27 de agosto.

Isabel: Para começar, gostaríamos que você, Ana, contasse para todos que nos assistem, um pouco do contexto histórico, dentro e fora da Psicologia, que permitiu a transformação da nossa profissão e viabilizou a criação de um Centro de Referências Técnicas para a prática em políticas públicas, que adota o pesquisar com, como metodologia, ou seja, que valoriza a escuta do fazer de psicólogas e psicólogos que atuam em políticas públicas, na construção de Referências Técnicas.

Ana Bock: Muito bem. Vamos lá, Isabel. Olha, eu pensei assim, como que eu ia contar essa história. Aí, eu pensei em começar por um aspecto interessante, que é o caminho disso, como é que chegamos ao CREPOP e quais eram as tentativas anteriores. Tentativas de quê? Eu acho que, desde a instalação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais, havia sempre uma preocupação com o lugar da Psicologia na sociedade brasileira. Com algumas pesquisas feitas, pequenas investigações, ou, depois, uma pesquisa maior feita com o Dieese sobre a Psicologia em São Paulo, o Dieese era em São Paulo, mas a gente tem em 88, aquela pesquisa maior, veio depois do Dieese, a pesquisa nacional, quem é o psicólogo brasileiro. Então, tudo aquilo, ia demonstrando, claramente, evidenciando, que nós tínhamos uma profissão deliciosa, nós gostávamos, tinha uma adesão do seu conjunto profissional, uma adesão mui-

to grande. No entanto, tínhamos um pequeno espaço no mercado de trabalho. Muita gente se formava, e a gente tem que lembrar que, a partir de 75, a gente teve um grande crescimento das universidades, das vagas nas universidades, a abertura das universidades particulares, e tudo isso, colocou no mercado de trabalho, um contingente muito maior de profissionais. E isso, o crescimento da nossa profissão, é muito grande. Ontem isso foi citado. E aí, nós tínhamos aquela reclamação geral: *"Como assim, a gente leva cinco anos fazendo um curso e não se forma"*. Então, havia, por parte das entidades, em especial, naquele momento, dos Conselhos de Psicologia, FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos), sindicatos, havia uma preocupação muito grande em ampliar o mercado de trabalho, o campo de trabalho da Psicologia, que, reconhecidamente, era muito estreito. Eu me lembro que a pesquisa de 88, quem é o psicólogo brasileiro, Ana Maria Carvalho, que foi convidada, aquele livro *"Quem é o psicólogo brasileiro?"*, tem um jeito muito bom. Ele foi feito uma pesquisa, produzido dados, e se entregou um conjunto específico de dados a várias pessoas diferentes que escreveram um capítulo sobre aquele dado. Ana Maria Carvalho escreveu sobre esse tamanho da Psicologia. E ela dizia: *"Olha, a Psicologia tem uma questão: ela usa sempre o mesmo instrumental, ela faz sempre a mesma coisa. Quer dizer, ela não tem diversidade, ela não tem uma riqueza instrumental e de práticas, que justificasse uma ampliação do seu tamanho social"*. Então, havia uma preocupação muito grande com isso. E a gente sabia que, para que isso pudesse acontecer, havia que se buscar, aí, uma ampliação do reconhecimento social. Era uma época em que você dissesse: *"Você sabe o que é um psicólogo?"*. Sabe que, nas universidades, a gente fazia esse tipo de investigação. *"Você sabe o que faz um psicólogo? Sabe o que é o psicólogo?"*. Existem até publicações sobre isso no Ciências e Profissão, na revista Ciências e Profissão, logo lá no começo, quando ela ficou maior, havia uma pesquisa feita sobre a imagem social da profis-

são. E aí, a gente vê, ali, que havia um desconhecimento do que fosse a Psicologia, do que fosse o trabalho da psicóloga, do que fosse a contribuição da Psicologia na sociedade brasileira. Bom, então, esse, um cenário inicial. Estou falando isso nos anos 80, 90. Aí, foram feitas algumas tentativas interessantes, até dou risada, porque são engraçadas. Umas tentativas desta ampliação, desta construção do conhecimento e do reconhecimento. A primeira delas que eu me lembro, foi uma, não sei em que ano, mas foi feita pelo Conselho Regional de São Paulo, que era o Conselho que tinha dinheiro, e era no dia 27 de agosto, no horário nobre da televisão, que, àquela época, acho que era oito horas, um pouco antes da novela, na Rede Globo, apareceu a Eva Wilma para fazer uma saudação pelo dia da psicóloga, -naquela época, era só do psicólogo-, fazer uma saudação do dia psicólogo e dizendo do quanto tinha sido importante pra ela, o quanto tinha sido fundamental ela ter feito psicoterapia, que a vida dela mudou, etc. Ela fazia um elogio aos serviços que ela tinha utilizado de alguma psicóloga, e isso era a propaganda da Psicologia. Claro que, as pessoas falaram: "*Ah, Psicologia.*", mas continuava sendo caríssimo o serviço. Então, não se ampliou o reconhecimento. Claro que esses anos 90, além dessa tentativa de produção, havia uma busca de atingir a maior parte da população, porque 80, são os anos de construção da psicologia comunitária, 70, 80, a psicologia comunitária. Então, já havia uma preocupação da Psicologia em não só ampliar seu espaço, mas ampliar para atingir a maior parte da população brasileira. Então, eu diria que isto é antigo, essa tentativa. Muito bem, não resultou em muita coisa. Anos depois, um ano, dois anos, três anos depois, veio uma outra tentativa, que era uma viseirinha. Sabe essas viseiras de ir à praia, que aqui é carequinha, aí tem aquela viseira, escrito assim "*Psicologia, ponha isto na sua cabeça*". Era a tentativa de andar com aquilo pela rua, pela praia, por onde fosse, para que as pessoas pudessem falar: "*Psicologia? Ah, o que que é Psicologia?*", e pudesse haver uma amplia-

ção do reconhecimento. Depois disso, veio o plástico de automóvel. Aí começaram a aparecer aqueles plásticos de colocar no automóvel. Isso ajudou muito, porque a gente colocava nos nossos automóveis, e aí, tinha lá escrito: "*Psicologia: pense nisso hoje*". Isso, nós já estamos quase no século 21. E aí, claro, nada disso tem um efeito que estava esperado, mas todos eles, eram tentativas que demonstravam a preocupação das entidades, da categoria, em ampliar o seu espaço de trabalho. Em 1997, eu assumo no Conselho Federal de Psicologia, com um grupo do Cuidar da Profissão, eleito democraticamente, numa disputa bastante interessante com uma outra chapa, Consolidação Nacional. É importante lembrar, porque isso significava o avanço democrático da entidade, da categoria. E claro que, no planejamento estratégico, surgiu isso de novo: "*O que é que pode fazer? Como é que nós vamos fazer? Nós temos que tomar para nós essa tarefa de produzir reconhecimento da Psicologia*". E era preciso batalhar por mais emprego, porque, aí, nós já tínhamos um contingente muito grande de psicólogas e psicólogos no mercado, prontos para o mercado, e sem ter muito espaço. E nós queríamos assim: queríamos batalhar de uma forma corporativa, por emprego, por mercado de trabalho, por espaço social. Mas nós não queríamos de qualquer jeito. Nós queríamos que fosse um determinado espaço, que fosse guiado pela ideia do compromisso social, do atender a maior parte da população, do servir à sociedade brasileira nas suas urgências. Então, havia toda uma preocupação, que não nos permitiria, naquele momento, repetir iniciativas como as anteriores. Bom, discutíamos muito, se era procurando, fazendo debates. Por exemplo, uma coisa que a gente fez, foi ir para congressos falar sobre a profissão, falar sobre os conselhos, divulgar. Criamos o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), fizemos *lives*. Eu lembro que nós fizemos uma *live* super linda no dia 27 de agosto, com o FENPB, que, naquela época, era pequenininho, nós éramos cinco entidades, era o Conselho Federal, a FE-

NAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos), a ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), a SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia) e os estudantes, o CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). E aí, nós fizemos uma *live* assim, era uma iniciativa original, era uma iniciativa ousada. Isso foi, eu acho, que em 98. E homenageamos. Foi tão bonito, porque cada Conselho Regional que quis estar com a gente, não sei se isso era 99, quem quis estar com a gente, nós abrimos alguns polos, e esses polos, por exemplo: Nordeste se concentrou ali em Pernambuco, São Paulo, era outro polo, acho que o Rio Grande do Sul era outro polo. E nós fizemos homenagens a pioneiros da Psicologia, o número 1 de cada Conselho Regional. Enfim, fizemos ali, ficamos um tempo acreditando que era importante a gente ir gestando isso. Não tínhamos muita clareza de que estávamos gestando, tínhamos clareza de que era a possibilidade que a gente tinha naquele momento. Até que o Lula ganhou as eleições. O Lula ganhou as eleições e assumiu a Presidência da República, com o discurso de todos: *"Vamos lá, o Brasil precisa cooperar. Nós todos vamos juntos"*. E aquilo nos entusiasmou para fazermos um convite ao Governo Lula. Veja como a gente era metido, e é metido até hoje. A gente pôs o Cristo Redentor azul. A gente é metido, né? Vamos lá. A gente foi lá. Batemos na porta do seu Lula e falamos: *"Seu Lula, nós estamos querendo oferecer um projeto"*. Aí, os assessores do Lula disseram: *"Olha, gente, nós estamos começando, nós tomamos posse ontem, ainda não dá"*. Nós dissemos: *"Não, nós não estamos pedindo nada, nós queremos oferecer um projeto"*. Aí, pediram que a gente desse um tempo, uns 15 dias, e nós voltamos. Lula sempre gostou muito da Psicologia, sempre teve muito reconhecimento. Quando ele era presidente do sindicato de São Bernardo, ele procurou o sindicato de São Paulo, de Psicologia, para dar um apoio, ajudando na distribuição do fundo de greve. Muito bem. Nós, então, apresentamos ao Governo Lula, claro que não era ao Lula, mas era ao Governo Lula,

nós apresentamos o nosso projeto, e fomos destinados, endereçados, enviados, a alguns Ministérios. Nós falamos: *"Olha, a gente pode fazer o que vocês precisarem, desde que esteja de acordo com aquilo que a gente sabe fazer"*. E eles acabaram escolhendo algumas prioridades: educação, trabalho, a questão do desemprego, a questão da saúde mental, a questão das medidas socioeducativas, a questão da comunicação e tem um sexto projeto que sumiu assim um pouco da minha cabeça. Mas eu sei que, em 2003 então, nós conseguimos instalar um projeto que se chamou *"Banco social de serviços em Psicologia"*. Era um projeto com caráter voluntário, quer dizer, nós inscrevíamos horas, as pessoas depositavam hora no banco e diziam: *"Eu trabalho na área de Psicologia do Trabalho, eu quero colaborar e eu tenho duas horas por semana"*. Nós fizemos um banco de horas no Brasil todo. Era para ficar imenso. Não ficou. Não ficou, havia um questionamento, uma certa tensão sobre a questão de ser voluntariado, por que prestar serviço voluntário. A gente explicava: *"Gente, nós não estamos prestando exatamente um serviço. Nós estamos nos apresentando, é um cartão de visita"*. Bom, fomos lá, nós, com a comunicação, que foi parar no Ministério Público, porque o Ministério Público teve interesse da nossa participação, porque ele recebia muitas denúncias sobre programas de televisão: violência, sexo, drogas, na televisão, no horário que crianças assistiam. Estava começando aquela discussão, agora, hoje, aparece que o programa não é aconselhável, aí os pais precisam autorizar, você pode assistir um filme com a criança, desde que os pais estejam junto. Então, não tinha isso, as crianças assistiam livremente televisão, não tinha essa preocupação por parte do órgão de comunicação, e aí, se recebia no Ministério Público, muitas denúncias. Então, nós oferecemos um trabalho de dar pareceres a partir das denúncias. Então, eles recebiam as denúncias e mandavam para nós, e nós tínhamos que fazer alguém, me lembro que a Fátima Nassif, que é irmã do Nassif, conhecido Nassif, Fátima Nassif,

que é psicóloga em São Paulo, se especializou muito nisso. Porque a gente tinha essa questão da comunicação colocada como uma questão importante e sabíamos colaborar com esses pareceres. Depois, a gente foi para o trabalho com os desempregados, os trabalhadores em situação de desemprego, fazendo um aconselhamento para um fortalecimento pessoal na busca do trabalho, do emprego. Fizemos isso no Ministério de Trabalho, nos postos do Sine. Fizemos nas escolas, fizemos formação de professores, qualificação de professores. Foi, talvez, o menor deles, mas ele foi grande em São Paulo. Fizemos com o Ministério da Saúde, o *"De Volta pra Casa"*. Pedro Gabriel assumiu a Coordenadoria de saúde Mental e começou a desmontar os manicômios. E aí, faz o que com essas criaturas? Bota lá nos lares, nas casas. Mas e aí? Ficam lá? O médico vai lá, a enfermeira vai lá? Aí nós falamos: *"Não, não, nós sabemos fazer acompanhamento terapêutico"*. E aí, fomos fazer acompanhamento terapêutico das pessoas que eram egressas... Agora veio o outro: nós fizemos em presídio. Fizemos com as famílias dos presidiários, que iam sair do presídio porque já tinham cumprido a pena, e as famílias morriam de medo da chegada daquela pessoa que tinha ficado 15 anos, 10 anos fora. Então, nós fizemos um trabalho com as famílias. E, depois com crianças e adolescentes na aplicação de medidas socioeducativas. Então, eram seis projetos que chamavam *"Banco social de serviços em Psicologia"*. No dia que nós encerramos esse projeto, que eram dois anos, nós avisamos o Lula que nem um dia a mais, era de 2003 a 2005, neste dia, nós lançamos o CREPOP e levamos um ano formulando o CREPOP até chegar 2006, quando ele foi efetivamente lançado. Então, veja, aí, a ideia de fazer com que você salientou, é uma ideia importante, porque eram áreas para serem pensadas no campo no CREPOP, que a gente não sabia. Nós não éramos lá, no Conselho Federal, os sabidinhos que sabíamos todas as áreas da Psicologia. Por quê? Porque eram áreas que tinham aparecido, elas tinham sido incorporadas à Psicolo-

gia a partir do ano 2000 com a Mostra de Práticas em Psicologia. Até então, as academias e os próprios conselhos, seguravam essa fronteira e eram só algumas práticas que eram consideradas Psicologia. Com a Mostra de Práticas em Psicologia, que se arrebenta essa fronteira e tudo isso passa a fazer parte da Psicologia. Mas quem sabia atuar nisso? Aqueles que estavam atuando. Então, a ideia de fazer com, era fundamental, não tinha uma alternativa. Claro que a gente acha ela bacana, mas ela era, também, uma necessidade. Então, encontramos uma pessoa que formulou um jeito de trabalhar, e, depois fomos à Fundação Getúlio Vargas procurar quem colaborava, porque tem várias etapas, e eu vou deixar que isso seja apresentado depois, para que a gente pudesse criar um Centro de Referência. A ideia do CREPOP era produzir para a atuação da Psicologia, dos psicólogos e psicólogas, nas políticas públicas, uma sistematização, a partir daquilo que já vinha sendo feito, a partir da contribuição de pessoas que estudavam, pesquisavam, davam aula, trabalhavam naquele campo, para que a gente pudesse oferecer referências para atuação. Então, essa é a ideia do CREPOP, essa é a ideia que ele mantém até hoje. Aí, a ideia era assim: *"Vamos buscar"*. A primeira coisa que nós fizemos no CREPOP foi o CRAS, porque aí, encantaram-se com as contribuições da Psicologia e disseram: *"Gente, estamos aqui regulamentando o SUAS, estamos aqui fazendo os CRAS"*, era importante que a Psicologia estivesse junto. E nós fizemos uma campanha lindíssima com as assistentes sociais, psicólogas e assistentes sociais, construindo juntos o SUAS. E é a primeira referência que sai ainda sem toda a metodologia, ela não teve aquela metodologia. Depois, ela foi refeita com a metodologia. Então, era a ideia de podermos investir numa atuação da Psicologia, junto às políticas públicas. Por quê? Porque era ali, no mercado de trabalho, que nos garantia a possibilidade de acessar, de dar acesso à maior parte da população brasileira, deselitizando de vez a Psicologia. As políticas públicas têm essa questão importante. Então,

acho que isso formulou o CREPOP. Depois, o CREPOP foi organizando todos os Conselhos Regionais e acredito que, até hoje, ele tenha uma contribuição importante, porque ele divulga entre estudantes, entre pesquisadores, entre pessoas que vão atuar naquela área e não sabem muito como fazer, o gestor que está lá e que contrata a psicóloga. Por que que acontecia? *“Ah, contratamos. Conseguimos uma contratação de psicólogas em tal espaço”. “Conseguimos uma contratação em tal espaço”*, e, no entanto, as pessoas só queriam que a gente fizesse a mesma coisa. Então, o meu tempo já terminou bastante, eu vou parar aqui, porque eu sei que, depois, volto para debater um pouquinho mais com vocês. Mas assim, acho que esse registro, perceber o CREPOP como um caminho histórico da construção, da ampliação e do reconhecimento da Psicologia na sociedade brasileira.

Isabel: Que importante, né, Ana, a gente estar podendo aprender tudo isso, rever toda essa história com você aqui, hoje. Agora, dando continuidade à nossa *live*, vamos fazer o lançamento do vídeo institucional do CRP-RJ, que visa divulgar o CREPOP e suas referências, abordando a metodologia utilizada para a construção dessas referências.

→ ASSISTA AQUI O VÍDEO DO CREPOP

Isabel: Então, Ana, gostou?

Ana: Muito. Muito.

Isabel: Tentou fazer em animação para ficar mais didático.

Ana: Claro. Está muito didático, muito claro. Muito bom. Muito bom.

Isabel: A gente queria aproveitar esse momento, para agradecer ao 16º Plenário, que contribuiu muito, que reviu, passou várias vezes por todo o Plenário para a gente chegar nesse formato final. Agradecer ao Leonardo, que é o conselheiro coordenador de comunicação social, à Gabriela Braz, que é a conselheira coordenação da subsede Baixa-

da, que fez a narração do nosso vídeo. À Roberta Brasilino, que é a nossa assessora técnica da Comissão de Políticas Públicas, e à Amanda Mesquita, assessora de comunicação, e à Júlia Lugon, que foi a pessoa que desenhou e fez a elaboração da gráfica da Psipop para a gente.

Ana: Muito bem.

Isabel: Agora, a gente passa pra um outro momento da nossa *live*, onde a gente vai tratar agora das políticas públicas no momento atual. Então, segundo uma pesquisa do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em parceria com o CFP, realizada em 2017, 60,8% das psicólogas e psicólogos, atuavam em políticas públicas direta e indiretamente, majoritariamente no SUS e no SUAS. Após Emenda Constitucional 95 de 2016, que congelou os gastos com políticas públicas, temos visto, ano a ano, além do congelamento, a redução do orçamento. Isso contribui para a precarização dos serviços públicos, e, conseqüentemente, pra redução dos postos de trabalho, de salários e da qualidade do atendimento. Um país como o Brasil, que atinge a marca de 120 mil mortos pela Covid-19 e mais de três milhões de contaminados, podemos dizer que, essa redução, contribui para uma necropolítica que atinge a grupos populacionais muito específicos, com um recorte de raça e de territórios fortemente marcados, que necessariamente contam com serviço de educação, de saúde, de assistência social, justiça, entre outros. No entanto, não podemos esquecer que também estão sendo fortemente impactadas, as profissionais que atuam nessas políticas, como nós, psicólogas. Por outro lado, temos, também, o retrocesso em políticas públicas já construídas e fiscalizadas de forma democrática, a partir dos Conselhos de Direito, que, por sinal, vem sendo desmantelados dia a dia. A Rede de Atenção Psicossocial, por exemplo, construída a partir de um debate coletivo entre gestores e sociedade civil, e orientada pela luta antimanicomial, pautada em evidência científica de diferentes campos

de saber, inclusive, da Psicologia, vem sendo atacada, seja a partir da escassez de destinação de recursos públicos transferidos para as comunidades terapêuticas, seja pelos questionamentos moralizantes das práticas não pautadas na abstinência. Nesse sentido, Ana, a gente gostaria que você falasse para nós, sobre o cenário atual brasileiro e sobre a importância do CREPOP como forma de resistência contra o desmonte das políticas públicas.

Ana: Então, Isabel, é muito difícil falar alguma coisa sobre o momento atual. Eu acho que, nós da Psicologia, seja lá qual for a nossa abordagem, seja lá qual for nossa forma de trabalho, nós estamos sempre vinculados a uma condição de dignidade do sujeito, a uma autonomia dos sujeitos e uma força pessoal e coletiva, essa inserção no coletivo de uma forma responsável, forte. E, por isso, quando a gente fala na nossa campanha lá, que a gente faz hoje de várias entidades, com várias entidades e movimentos sociais: *"Psicologia rima com democracia"*, nós estamos dizendo que rima, porque a nossa meta em relação aos sujeitos, aos coletivos e aos sujeitos individuais, é sempre uma meta de dignidade, de bem-estar, de conforto pessoal consigo, e na sua inserção social, no seu trabalho, nas suas relações. E para que isso aconteça, nós não temos dúvida, hoje, de que é preciso que haja uma condição social adequada para isso. Não há sujeitos que se constituam fortes, se constituam autônomos, que respeitem o coletivo, que se insiram produtivamente no coletivo, se você não tiver um espírito democrático ou a garantia democrática na sociedade. Se você não tiver um espaço para se organizar, para debater, para se expressar, se você não tiver um espaço para produzir uma voz coletiva, para reivindicar, que possa se posicionar, nós não vamos ter nenhuma possibilidade de saúde mental. E o que está acontecendo, é a retirada drástica, desavergonhada, das políticas públicas já conquistadas, do espírito que as políticas públicas carregam. Nós estamos falando de uma sociedade, onde a desigualdade é marca fundamental e estamos falando que um conjunto

grande desta população não tem os seus direitos garantidos. Nós temos um grupo que tem privilégios e um grupo que não tem seus direitos garantidos. Então, as políticas públicas, elas são, nesse estado de coisas, de uma sociedade -, estou falando ainda quando você tem boas intenções-, você precisa trabalhar para garantir, com as políticas públicas, as condições básicas de vida e de dignidade e de defesa de direitos da maior parte da população brasileira. Então, você imagina quando você tem um governo que desrespeita isso, que achincalha isso, que desavergonhadamente desrespeita e desmonta, você afronta a democracia, você afronta os espaços e as condições dignas de vida, e, portanto, você atinge a saúde mental das pessoas. Porque as pessoas, quando elas se tornam violentas, que elas matam as pessoas, não gostam então matam, ou então, vão para dentro de um hospital desrespeitar os profissionais que estão trabalhando. Quando você tem esse tipo de coisa, nós estamos falando de falta de saúde psicológica; não estamos falando de falta de saúde que as pessoas estão doentes, as pessoas estão à produção de um sofrimento, de uma condição social, de desrespeito. Isso é, sem dúvida alguma, uma condição que não permite a saúde mental. Então, eu acho que é isso que nós estamos vivendo hoje. Nós temos um presidente da República, que quando perguntado: *"Vamos atingir as 100 mil mortes"*, ele diz: *"Ah, mas morte, morte acontece com todo mundo"*. Quer dizer, um desrespeito dramático das mortes, das vidas perdidas no Brasil, que já chegam, hoje, a 115 mil. E nós não estamos falando só desse presidente esdrúxulo que a gente, infelizmente, tem, mas nós estamos falando do projeto que, por trás dele, por trás desses absurdos que ele faz, que ele pensa que são gracinhas, por trás disso, existe todo um processo de escoamento da riqueza natural brasileira, existe a falência e o fechamento de muitas empresas, de muitas indústrias; toda indústria brasileira, a riqueza do petróleo. Tudo isso, está se esvaindo e a aplicação de políticas que são exatamente a negação de que o Esta-

do... O que negam as políticas do seu Guedes? De que o Estado deve ser um órgão, uma instância, para cuidar da sociedade como um todo, de forma igualitária e garantir aos que têm menos condição, aqueles que não têm seus direitos garantidos, garantir a sua condição de vida adequada. Então, o pensamento do projeto neoliberal do Guedes, é exatamente ao contrário: o Estado não tem que fazer isso. Ele não tem que fazer isso. O pensamento neoliberal, ele trabalha com essa ideia de que uma parte vai ficar de fora mesmo, não há o que se fazer para que todos estejam dentro, não cabe. Então, é uma perspectiva que entrega, para não deixar de cumprir um papel do Estado, acha até que o Estado não precisa, mas pra não deixar de cumprir um papel que estava previsto pro Estado, se entrega à iniciativa privada essa responsabilidade. Então, aí, nós temos, às vezes com muita boa vontade, com trabalhos elogiáveis, mas a gente tem as ONGs (Organizações não Governamentais) que não se constituem como uma articulação de uma política para garantia de direitos. Você tem ONGs atingindo determinados problemas, que vão aqui, que fazem um trabalho religioso e outra que faz um trabalho educativo. Então, você não tem uma articulação dessas políticas. Você tem hoje o serviço público, a gestão do serviço público, entregue a OSs (Organizações Sociais), à iniciativa privada. Você tem a abertura da iniciativa privada, você vê, na educação, elas estão invadindo tudo: a produção dos livros, a produção dos professores. Nós já estamos muito próximos da uberização do professor, de que você tem lá um cadastro, você fica com o seu celular, e aí, de repente, alguém te chama para uma aula daquilo que você se cadastrou, e você, então, vai dar aquela aula que está prevista, e você vai terminando, vai reduzindo a educação a um dar aula. Num país de Paulo Freire, isso é inconcebível. É inconcebível. Então, nós estamos numa situação, que, com certeza, atingirá esse conjunto de psicólogas e psicólogos que atuam nas políticas públicas, porque as políticas públicas serão reduzidas, e, por isso, nós vamos perder espa-

ço. E eu acho que o CREPOP, ele é a resistência, na medida em que ele permite a manutenção do debate sobre a importância das políticas públicas. Ele não é só uma coisa técnica. Tanto que se pegar qualquer dos cadernos do CREPOP, você vai ver que há um posicionamento naquela área, há uma perspectiva guiando aquilo que é técnico e que vem em seguida, mas há um início de posicionamento que significa, sem dúvida alguma, a seriedade com que nós nos comprometemos com a sociedade brasileira. Então, acho que nós estamos numa situação dramática, e cabe aos Conselhos de Psicologia, manterem o trabalho do CREPOP, e eles podem manter o trabalho do CREPOP, e querem manter o trabalho, decidiu em congresso e vem decidindo, enfim. Aprova isso com todo o elogio que a iniciativa merece. Está aí o CRP do Rio de Janeiro, ao comemorar o dia do psicólogo e psicóloga, fazendo uma *live* para discutir política pública, para discutir CREPOP. Então, acho que cabe ao CREPOP, até porque, esse cenário vai passar. Há de passar, há de ter uma nova onda democrática e nós estaremos mais do que preparadas para interferir na sociedade brasileira. Eu vi que tem Emergências e Desastres como uma das iniciativas para a formulação de Referências do CREPOP, é fundamental. Hoje, a situação que nós vivemos hoje com a pandemia, é uma situação de catástrofe, e ela exige o conhecimento da Psicologia, de outras áreas, óbvio, mas estamos aqui na Psicologia, com toda a sua capacidade, sua possibilidade de interferir para que isso possa ser melhorado. Então, infelizmente, infelizmente, Isabel, vivemos neste cenário. Infelizmente. Até porque, a gente tem que sempre reconhecer que foi eleito de forma democrática, podemos apontar problemas na eleição, todos nós sabemos apontar, mas foi eleito, e eu acho que nós ainda não temos o conjunto da sociedade que elegeu esta criatura, a gente ainda não tem esse conjunto da sociedade completamente crítico à sua própria crença, sua própria credibilidade naquele momento. E ainda há um conjunto social que dá apoio, a gente sabe que ele é pequeno, mas

ele não é tão pequeno quanto deveria ser, pelo formato que tudo isso toma. São 115 mil mortos. Isso é um desrespeito absoluto às regras democráticas, à construção democrática que a sociedade... Não vamos dizer que nós já éramos uma democracia maravilha. Nós estávamos em um processo importante de construção democrática, e, no entanto, tudo isso se vê, hoje, abalado, tudo isso se vê atacado, por um projeto, é importante que a gente sempre tenha claro, não é pela maluquice do presidente da República, é por um projeto que está até por detrás dele eu diria, um projeto que está por detrás, que tem, hoje, depois que o Moro saiu do governo, tem o Guedes como seu representante maior. Mas claro que o Moro também representa, ainda, este pensamento.

Isabel: Sim. Nesse sentido, a gente tem muito ainda para caminhar, muito para resistir, muito para lutar. A gente, por exemplo, aqui no Rio, a prefeitura do Rio vem fazendo ataques também com relação às políticas públicas. Na educação, por causa da pandemia, as prefeituras aqui no estado do Rio implementando, -também em São Paulo, em outros lugares do país-, implementando ensino remoto, que não dá acesso e condições para todos os alunos e alunas. Isso, são todas questões muito sérias. Os próprios Conselhos de Direito sendo frontalmente atacados, sendo desmontados. A gente tem muita luta, os psicólogos e psicólogas têm muito ainda a caminhar e lutar, inclusive, porque também existe um ataque aos servidores públicos, que também não é maioria, temos também psicólogas e psicólogos terceirizados, mas, muitos, estão sendo... Por exemplo: a prefeitura do Rio agora, está quase que obrigando os servidores que atuam nos CAPS há muitos anos no Rio a concordarem em ser cedidos para a Fundação do Rio de Janeiro, que é a terceirizada, e quem não for, o que vai acontecer? Ninguém sabe. Os psicólogos estão querendo saber e não conseguem acesso, esses questionamentos não são respondidos, e a gente vai levando e lutando, para garantir autonomia, para garantir a continuidade do tratamento nos CAPS

dos nossos usuários. Tudo isso que vai colocado assim, na lata do lixo de uma maneira que “Agora não é mais assim e acabou, vamos continuar de outro jeito”.

Ana: Isso.

Isabel: E não é o que a gente quer, deseja e nem constrói. Não é assim que a gente trabalha e não é assim que a gente vai continuar trabalhando. Então, é luta, é resistência, mas a gente se fortalece e continua dando passos. Agora, eu não sei se tem algumas perguntas.

Ana: Eu vi uma pergunta aqui, posso tomar a liberdade?

Isabel: Isso, pode.

Ana: Como vira Referência do CREPOP, o que que faz que o CREPOP tome na mão a criação dessa Referência? Eu acho que você, com certeza, pode completar minha resposta, mas eu acho que, assim: uma coisa é a necessidade social. Eu acho que eu diria que a resposta grande é essa: é necessidade social daquela intervenção. Eu quero aqui aproveitar para dizer como é que eu entendo o que é um Conselho de Psicologia. A gente, às vezes, tende a achar que o Conselho de Psicologia é um órgão em defesa da categoria profissional. Conselho de Psicologia, é uma autarquia do Estado, e, portanto, não é um órgão de defesa dos trabalhadores, das psicólogas e psicólogos. O Conselho Federal de Psicologia é uma entidade da sociedade brasileira, e tem a tarefa, a função, de organizar esta mediação entre a sociedade brasileira e as possibilidades da Psicologia. Então, quais são as necessidades da sociedade brasileira? E quais são as possibilidades da Psicologia, de resolver, ajudar, interferir nessa problemática? Essa é a tarefa de um Conselho. *“Ah, por que que a gente, então, tem Código de Ética?”* Para isso. Porque é a tarefa do Conselho de Psicologia, proteger a sociedade brasileira, oferecendo trabalho de qualidade. Ético e de qualidade. Então, a necessidade social, eu diria que é a principal resposta. O outro critério, é a importância para a redução da desigualdade.

Acho que, por detrás do-CREPOP, está claramente colocado que nós estamos numa sociedade em que o seu principal problema chama-se desigualdade social. Isso significa que, muitas pessoas não têm os seus direitos garantidos. Então, acho que é uma outra, é essa; e, por último, eu diria que é a possibilidade de intervenção em políticas públicas que estão estabelecidas. Claro, a gente pode fazer alguma que inaugure um pensamento, mas a gente, em geral, trabalha quando já há uma certa contribuição, quando já há uma certa... Vocês viram lá que a formulação do CREPOP começa das regulações legais, começa do tipo de coisa que está previsto, onde é que estão esses profissionais. Então, eu diria que são, principalmente, esses três critérios.

Isabel: É, a gente usa esses critérios e assim, quem viu a *live* ontem que foi transmitida do Cristo, escutou o José Novaes, por exemplo, contando, falando um pouco dos nossos congressos, do nosso CNP, dos nossos COREPs, que são os regionais, que deliberam regionalmente, e aí, tiram delegados que vão para o nacional discutir nacionalmente. E aí, no CNP, sai um caderno de deliberações. E nessas deliberações saem, também, sugestões de temas que deveriam ser tratados pelas próximas publicações das Referências Técnicas. E aí, então, por exemplo: no final do ano passado, o grupo de conselheiros e técnicos do CREPOP, reuniu-se em Brasília, avaliou todas os temas que foram sugeridos, e apontou sugestões que foram discutidas na última PAF que foi em dezembro, acho que foi dezembro.

Ana: Maio. Não teve maio?

Isabel: Maio teve também, mas maio foi bem reduzida, porque já estávamos em pandemia, e aí, se deliberou qual seria o tema de pesquisa que aconteceria esse ano. E, nesse ano, a gente está com uma pesquisa sobre assistência social, agora esqueci o nome certinho das unidades de acolhimento do SUAS, Unidade de Acolhimento da Assistência Social. E essa pesquisa atrasou um pouco por conta da pandeia, e agora a gente está efetivamente, realmente,

esse processo que vai ser iniciado e finalizado agora no segundo semestre de 2020.

Ana: Legal.

Isabel: Deixa eu ver se tem mais alguma pergunta, algum comentário. Não, não temos mais perguntas. Tem algum comentário relevante que queiram... Todo mundo gosta muito, agradece a Ana por estar aqui conosco hoje. *"Ana Bock sempre lúcida e maravilhosa"*, disse a Gabi. *"Perfeita colocação e explicação da Ana"*, disse a Aline Ferreira Ribeiro. E acho que foi bem comentado aqui, o pessoal gostando bastante, e elogiando a fala da Ana. E a gente também agradeço muito a Ana Bock pela disponibilidade de estar com a gente aqui hoje falando um pouco de toda essa experiência, dessa vivência que ela tem. Quando ela estava lá militando no CFP, eu ainda estava na graduação. Quando ela foi falando, eu fui me revendo nas coisas ali que iam acontecendo, que a gente ia escutando dentro da universidade. Estudei na UFF, então...

Ana: Você sabe, Isabel, a ideia original do CREPOP, ela tem dono. Ela foi do Marcus Vinícius. A gente, quando as pessoas estão vivas, a gente não precisa contar porque todos são responsáveis, mas o Marcus Vinícius foi quem idealizou e quem levou o CREPOP até ele se instalar completamente, foi ele que levou. Mas o que eu queria contar, é que, assim, quando ele vinha contar na plenária, ou quando ele trazia a moça, que pena que não lembro o nome dela, a primeira que trabalhou conosco para formular o CREPOP, e eles apresentavam aquilo, a gente: *"Gente, essa gente é louca. Isso aí não vai dar certo nunca"*. A gente tinha, ficava todo mundo mudo assim, aí abria o debate: *"Alguém tem alguma questão"*. Aí, alguém tomava coragem e dizia assim: *"Olha, eu tenho que dizer que eu não estou entendendo nada. Eu não estou entendendo nada do que isso aí vai virar"* "Não, um Centro de Referência...". A gente teve até votação para o nome. Teve discussão para o nome, tudo, para poder chamar CREPOP. Então, havia um envolvimen-

to muito grande, mas as pessoas diziam: *"Eu acho bárbaro, mas eu não estou entendendo nada"*. E eu acho tão interessante, que, hoje, a gente tem esse resultado, com tanta produção. Hoje, não é mais a GV que faz, hoje, é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte ainda?

Isabel: Que faz o quê?

Ana: Que cuida de um pedaço do CREPOP, da formulação final.

Isabel: Não, é tudo no CFP mesmo. Realizam no regional e enviado ao CFP, que cria as comissões, e aí, elabora o texto.

Ana: Os CRPs é que fazem. Então, e é uma coisa muito interessante, porque ele tem um lado que a gente nunca destaca, porque ele não é, obviamente, o lado mais importante do CREPOP, mas é um lado interessante, que é oferecer reconhecimento daqueles profissionais que criaram, que estão lá inventando no seu cotidiano um jeito de fazer, que deu certo, ele escreveu um artigo sobre isso, ele apresentou num congresso. A gente vai buscar essas pessoas, e isso é oferecer reconhecimento do exercício profissional, qualificado, comprometido, que essas pessoas têm um papel importante na formulação. Diga lá.

Isabel: E eu acho que um exemplo que é bem legal também, é o fato das pessoas poderem apresentar, também, as suas angústias naquele serviço, estando na linha de frente. Aquilo que a pessoa pensa: *"Puxa, eu não sei se eu estou fazendo muito bem"*. Mas aí, ela consegue, por exemplo, num grupo, trocar com outra pessoa. Eu acho que é uma riqueza muito grande, a metodologia que a gente usa, o fato de a gente estar ali discutindo com as pessoas e formulando, depois, um documento que pode servir de base para o serviço e pressionar para os próprios gestores a entenderem. Porque tem gestor que não é psicólogo, e aí, não entende o que...

Ana: Por não ser psicólogo, acaba sempre pressionando para que o psicólogo faça a sua prática tradicional, quan-

do o psicólogo, hoje, já tem outras possibilidades de intervenção.

Isabel: É. E isso também serve como um instrumento, para mostrar para o gestor: *“Olha, não, a minha categoria, o meu Conselho, tem um documento que diz, eu estou fazendo a prática do Brasil inteiro...”*

Ana: Na formação.

Isabel: Também tem um respaldo, né?

Ana: Na formação hoje, a gente trabalha, na PUC, qualquer estágio que vai ser feito em um desses campos que têm referência, a primeira coisa que o aluno, antes de ir para o estágio, faz, é ler o documento do CREPOP.

Isabel: A gente ainda tem algumas defasagens na formação, a gente ainda fica com poucas disciplinas que falam de políticas públicas, e mais aquelas... mas, aos poucos também, a gente vai mudando e vai aperfeiçoando, vai trazendo também as políticas públicas e essas discussões todas para dentro da universidade e para nossa formação. Então, Ana, mais uma vez agradeço, em nome do CRP, muito obrigada pela sua participação e todos que estiveram com a gente aqui hoje. Também agradeço a Roberta e a Amanda, que ficaram aí por trás dando toda a assistência para a gente.

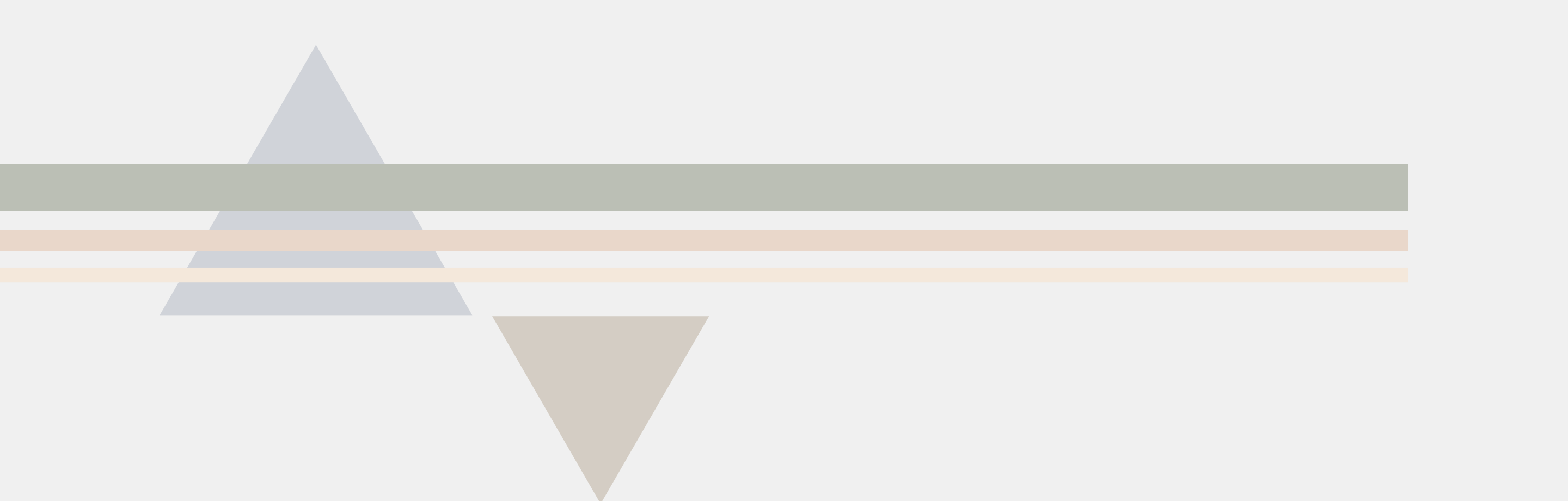
Ana: A retaguarda. Agradeço. Agradeço a Amanda e a Roberta, agradeço você, agradeço o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, parabênzinhos por essa forma de comemorar o dia 27 de agosto, que é debatendo questões importantes, sociais, de compromisso com a sociedade brasileira. É quase que um momento de repensar ou de avaliar ou de até elogiarmos o compromisso que a gente tem conseguido manter com a sociedade brasileira. Parabéns, Conselho Regional do Rio de Janeiro.

Isabel: Parabéns, Ana. Muito obrigada.



PARTE 3

SÉRIE DE REPORTAGENS EM HOMENAGEM AOS 15 ANOS DO CREPOP



Em 2021, em comemoração aos 15 anos do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop -, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ produziu, durante o ano, uma série de reportagens para contar sua história, as lutas e as conquistas.

Esta série tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as Referências Técnicas – RTs - do Crepop, bem como refletir sobre o contexto histórico que favoreceu sua elaboração. É sempre importante ressaltar que as RTs são produzidas a partir de uma metodologia que garante a construção participativa com a categoria atuante na política pública investigada.

O que você lerá a partir de agora são estas reportagens especiais publicadas pelo CRP-RJ e compiladas neste livro.

→ PARA SABER MAIS SOBRE A METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS, ASSISTA AO VÍDEO.

CONHEÇA MAIS SOBRE A REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NO SISTEMA PRISIONAL

Publicada em 17 de agosto 2021

A iniciativa do Sistema Conselhos na criação do Crepop “foi importantíssima para a história da Psicologia brasileira. Essa luta da categoria de psicólogas (os) pela inserção nas novas políticas públicas, após as indicações dadas pela Constituição Federal de 1988, visando garantir os direitos dos cidadãos brasileiros em um processo de redemocratização do país, depois de duas décadas de uma ditadura empresarial-militar (1964-1985), tem que ser sempre lembrada e afirmada.” disse Ana Claudia Camuri (CRP 05/37443), doutora em Psicologia Social (UERJ), mestre em Psicologia (UFF) e integrante do Núcleo Sistema Prisional e Segurança Pública do CRP-RJ.

Contexto histórico

A elaboração desta Referência Técnica ocorreu ao longo do ano de 2012, tendo seus debates iniciados no V Congresso Nacional de Psicologia - CNP, em 2004, quando a categoria salientava a necessidade de orientações e qualificações para essa área de atuação, com o tema tomando maior proporção durante os CNPs de 2007 e 2010.

Havia um clamor da categoria atuante nesta política, para que houvesse parâmetros de trabalho e uma reflexão sobre a promoção e garantia dos direitos humanos em um ambiente tão violador e controverso.

Na pesquisa do Crepop, em 2007, os psicólogos enfatizaram que, se um dos principais objetivos de suas atuações é a promoção da ressocialização desses presos, então, além de atuarem, de dentro dos presídios, para que este fato se torne realidade, é preciso o estabelecimento de uma atuação em rede, que possibilite acesso aos outros

*serviços e que seja construída uma relação de parceria.
(Trecho retirado da Referência lançada em 2012)*

De fato, essa RT constitui um marco na história da Psicologia brasileira, reafirmando a importância do trabalho em rede e da atuação psi no âmbito do Sistema Prisional, inclusive para relativizar e desconstruir conceitos cristalizados em relação à punição, prisão, liberdade e direitos humanos.

Atualização

Uma das principais características do Crepop, que o tornam tão fundamental para o exercício profissional da Psicologia nas políticas públicas é a constante preocupação com a atualização das Referências.

A atualização da RT para atuação no Sistema Prisional ocorreu em 2016, a partir de uma demanda do IX CNP, no qual a categoria debateu sobre a sucessão de mudanças na legislação pertinente a esta política pública, ocorridas desde a primeira versão do documento. Vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 também trouxe desafios relevantes para a reformulação das orientações sobre o Sistema Prisional.

Ana Claudia Camuri, que participou ativamente do processo de revisão da RT, apontou que o Brasil ocupa a vergonhosa posição de terceiro lugar entre os países com maior número de pessoas presas no mundo. Segundo dados levantados pelo Sistema de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), até junho de 2019, o país registrava 773.151 pessoas privadas de liberdade.

Segundo Camuri, houve uma grande preocupação também com a reflexão sobre outros meios, em liberdade, que dessem conta da resolução de conflitos. Indo contra uma lógica punitivista, Camuri pontuou uma “luta para afirmar uma perspectiva garantista que tem como meta o fim desses sistemas (prisionais) e para a construção de outros modos de solucionar os conflitos sociais e de tratar os que estão envolvidos com eles, que se dêem em liberdade.”

A atualização da RT, iniciada em 2017, foi concluída em 2020, quando a nova versão foi levada a consulta pública para que psicólogas e psicólogos contribuíssem para a nova edição.

“Quando o Sistema Conselhos de Psicologia, com a intenção de promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas (os) que atuam nas políticas públicas, buscando sistematizar e difundir o conhecimento produzido, não só no âmbito teórico acadêmico e normativo, mas também a partir da experiência dos profissionais que já atuam nessas políticas, ele também está afirmando essa luta. Essa forma de produção de conhecimento participativa é fundamental nesse processo de redemocratização do país, pois a categoria efetivamente colabora na confecção dos modos de atuar”, reafirmou Camuri.

No sistema prisional, garantir direitos significa garantir à população acessibilidade aos recursos necessários para a sustentabilidade de um projeto de vida fora dos muros. Isso significa que o psicólogo deve trabalhar para promover situações e condições que visem à promoção social daquele que, devido ao crime que cometeu, teve sua liberdade sequestrada. O trabalho do psicólogo, desde a entrada da pessoa no sistema prisional, deve se orientar no sentido da promoção de recursos visando uma saída sustentável e satisfatória para o fortalecimento do laço social.

Trecho obtido nas duas edições da referência (2012 e 2021).

→ A PUBLICAÇÃO ATUALIZADA ESTÁ DISPONÍVEL AQUI

O texto traz referenciais conectados com a atual atuação psi no sistema penitenciário, no âmbito da saúde sanitária – com o advento da pandemia da Covid-19 e a superlotação carcerária.

PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONHEÇA MAIS SOBRE A ATUAÇÃO NA PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Publicada em 24 de agosto de 2021

Nesta publicação, falaremos a partir da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas (os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual.

Para contribuir com a nossa reportagem, tivemos a doutora em Psicologia Iolete Ribeiro da Silva (CRP 369/20), professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (1990), mestre (1998) e doutora (2004) em Psicologia pela Universidade de Brasília. Bolsista Produtividade CNPq. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFAM e Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI/UFAM, e ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.

Para Iolete, o Crepop está consolidado como um centro produtor de conhecimento que contribui para as qualificações das práticas profissionais nas políticas públicas. Segundo a psicóloga, “muitas universidades e cursos de psicologia utilizam os documentos do Crepop como subsídio para atividade pedagógica e formativa. Além de influenciar, de produzir uma interferência positiva, construtiva na formação continuada, também contribui para a formação inicial dos profissionais de Psicologia.”

Um pouquinho da história desta RT

A primeira edição da Referência foi publicada pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP - em 2009, e intitulada “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo”.

E depois de passados 10 anos, em 2019, foi lançada a revisão atualizada daquela referência de 2009, passando ao título de “Referência Técnica para Atuação de Psicólogas (os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual”.

Iolete participou desta atualização como conselheira da Gestão do CFP (XVIII Plenário). “Eu estava no plenário do CFP, e coordenei um grupo de trabalho que tinha colaboradoras externas, elas não eram conselheiras, mas eram profissionais de referência com uma atuação reconhecida na área e contribuíram para a construção do documento. Na versão inicial houve consulta pública e na segunda versão. Na atualização, fizemos todo um levantamento das mudanças na legislação, nas normativas das políticas públicas e mesmo na discussão no campo da psicologia para construir essa atualização”, explicou a psicóloga.

A Psicologia nesta política pública

O objetivo de todas as Referências produzidas pelo Crepop é refletir a consolidação do diálogo entre o Sistema Conselho de Psicologia e a categoria atuante nas políticas públicas. Um referencial orientador na atuação da (o) profissional nas questões técnicas e éticas para uma atuação mais qualificada em relação à proteção da criança e do adolescentes que sofrem maus tratos.

Na visão de Iolete, “essa RT que fala da atuação das psicólogas juntas das crianças e adolescentes em situações de violência, ela é importante porque as psicólogas estão presentes em vários pontos da rede de proteção é desenvolvendo diversos trabalhos, então há uma inserção importante, que tem um registro histórico, dessa presença e dessa contribuição para a qualificação da rede, mas também é um campo diversos de atuação, de formas, de lugares, políticas diferentes em que a psicóloga pode estar. Isso traz a complexidade de entender qual é a inserção em cada lugar, o que cabe a psicologia, que atividades são inerentes à psicologia, em cada uma dessas políticas en-

volvidas na rede de proteção e em cada um dos serviços de cada política. E as referências são um norte que orientam essa atuação profissional e fazem isso associada a princípios éticos, a rigor técnico e metodológico, acaba estando tanto a favor de uma atuação profissional mais qualificada, tanto a favor para a política pública”.

As referências têm como sustentação o marco legal de proteção integral de crianças e adolescentes que está em vigor no nosso país e também o código de ética e toda a legislação profissional e produção teórica que é consistente nesse campo. Então, nesse sentido, é um documento que contribui para fortalecer a política porque primeiro ele demonstra qual a importância dessa política e o que ela pode fazer na proteção integral, o quanto as suas ações são relevantes para a proteção de crianças e adolescentes, e também em função do olhar da psicologia sobre crianças e adolescentes ajuda a compreender esse momento do desenvolvimento, esse processo de desenvolvimento e o que está no estatuto que coloca crianças e adolescentes em condições peculiares”, afirmou Iolete.

E explicou ainda que “a Psicologia é relevante na rede de proteção a partir do conhecimento psicológico sobre os processos de desenvolvimento humano para compreender melhor o que é a infância, o que é a adolescência, como se vive esse momento na vida, que linguagens crianças e adolescentes utilizam, que preparo adultos e profissionais, técnicos que atuam com esse público devem ter para respeitá-los no seu momento de desenvolvimento e também dar voz a eles, reconhecer a cidadania que eles possuem”.

A RT também reafirma de forma contundente o Princípio Fundamental II do Código de Ética da (o) Psicóloga (o) no qual se preconiza que a Psicologia “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Ou seja, a Psicologia brasileira, em todas as suas formas de atuação, e de forma marcante na sua atuação em políticas públicas,

se constrói a cada dia pautada na defesa intransigente dos direitos de todas e todos indivíduos, principalmente naqueles em maior vulnerabilidade social.

Atuar na política de proteção à crianças e adolescente em situação de violência sexual é vivenciar os mais diversos atravessamentos de etnia, condição socio econômica, moradia, território, religiosidade, gênero, entre tantos outros.

Não é à toa que a Psicologia está presente em todas as políticas públicas. Sua grande contribuição neste contexto é trazer o olhar sobre o sujeito e refletir sobre a não individualização das questões e problemáticas trazidas por cada pessoa usuária da política.

Continue conosco...

→ A PUBLICAÇÃO ATUALIZADA DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL ESTÁ DISPONÍVEL AQUI.

SEGURANÇA PÚBLICA: ENTENDA UM POUCO MAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NESTE CONTEXTO

Publicada em 14 de setembro 2021

Esta reportagem traz uma reflexão sobre a atuação de psicólogas e psicólogos na política de Segurança Pública.

Para nos auxiliar no “mergulho” sobre a política pública, traremos também um pouco mais sobre a Referência Técnica para Atuação de psicólogas (os) na Política de Segurança Pública, que visa orientar a categoria nos diversos aspectos e desafios da atuação junto às polícias e demais órgão de segurança pública.

O convidado desta edição, Luís Fernando de Souza Benício (CRP 11/15039), fez parte da Comissão Ad Hoc desta RT, e é mestre e doutorando em Psicologia, atualmente, na linha de pesquisa “Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais”. É também coordenador do Grupo de Estudos Saúde Mental e (de)colonialidades (UECE/UFC). No âmbito da pesquisa-intervenção, é pesquisador do grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC) e pesquisador colaborador do Instituto OCA. Nesse exercício, coordenou o campo da pesquisa “Violência armada na cidade de Fortaleza e suas consequências humanitárias” (Instituto OCA e Comitê Internacional da Cruz Vermelha) e a dimensão interventiva da pesquisa “Fortalecimento da rede de prevenção de homicídios na adolescência” (Instituto OCA e Open Society Foundations - OSF). Atuou, no âmbito da gestão, como apoiador da Política Cearense de Educação Permanente em Saúde (SESA/CE) e apoiador institucional da Rede de Atenção Psicossocial de Fortaleza (SMS). Foi professor do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESP/CE) e do cursos de Psicologia dos Centros Universitários UNINASSAU e UNIATENEU.

Benício ressaltou que “o Crepop consolidou um novo momento para a Psicologia brasileira, demarcando um saber/fazer dentro de uma perspectiva crítica, situada e alinhada ao campo dos direitos humanos. Estamos falando de um dispositivo de pesquisa, produção de conhecimento e intervenção psicossocial no âmbito das políticas públicas. Ao pautar temáticas da realidade sócio-política brasileira percebemos não só um trabalho de orientação técnica, mas também de engajamento ético-político com populações historicamente excluídas e marginalizadas. Foi nesse exercício que construímos o documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na política de Segurança Pública, tendo como desafio analisar pautas relevantes na constituição subjetiva da sociedade brasileira. Tal construção, materializada nesse documento, apresenta outras possibilidades de atuação subvertendo concepções moralizantes, militarizadas e psicopatologizantes”.

Ele pontuou também que a atuação psi no âmbito da política de segurança “é, sobretudo, guiada por uma construção situada, crítica e comprometida com a dignidade humana. Pois, como podemos sintetizar, trata-se de um trabalho atravessado por complexidades, contradições e limitações estruturais. Por isso, a relevância de um trabalho sensível ao território (e, aqui, a necessidade de ampliar a noção de território que temos) e as movimentações institucionais. Recomenda-se experimentar um fazer psicossocial, que não separa a clínica da política/o sujeito do coletivo, articulando-se com outros campos de conhecimentos”.

História da Referência

Foi na edição do 7º Congresso Nacional de Psicologia - CNP em 2010 que a categoria começou a discutir as demandas da segurança pública e políticas no Brasil. A participação da Psicologia no diálogo sobre segurança pública trouxe uma valorização do compromisso ético e político com as condições de vida de todos os indivíduos, principalmente aqueles em condições de vulnerabilidade.

Em outubro de 2020, visando traçar uma nova perspectiva sobre a atual política de segurança, bem como promover uma atuação psi pautada na promoção e defesa dos direitos humanos, foi lançada esta Referência. Neste documento o objetivo foi, além de discutir a situação da política de segurança pública brasileira, refletir de maneira crítica sobre a atual política criminal e os fenômenos de militarização e judicialização da vida, abordando temas como letalidade, genocídio da população negra, hipertrofia do aprisionamento e discursos de ódio.

Segundo Benício, “ao possibilitar um olhar crítico e contextualizado das políticas de segurança pública no Brasil, o documento coloca em análise a constituição subjetiva da nossa sociedade e os atravessamentos do punitivismo, do autoritarismo, colonialismo e do racismo nas formas de pensar/mediar conflitos. Por isso, sua principal contribuição reside na construção de um espaço de diálogo sobre uma atuação psicossocial atenta aos efeitos das relações de saber-poder, materializando-se no encarceramento da população em massa, o genocídio da população negra, a letalidade, a produção e perpetuação do inimigo ficcional, a criminalização da pobreza, o sucateamento das políticas públicas e os discursos de ódio. Apresenta-se, aqui, uma outra leitura de segurança pública para além da militarização, da prática bélica e da segregação. Ao situá-la dentro de um exercício ético-político dos direitos humanos, demarcam-se práticas como o fortalecimento do controle social e da participação social, relevância do território, trabalho intersetorial, políticas de prevenção das violências, promoção de cidadania e saúde mental, guiando/inspirando o trabalho da Psicologia”.

O psicólogo contribuiu com a construção de um dos eixos temáticas que constituem a construção das RTs. Nesse caso, foi o eixo “segurança pública e sua dimensão ética-política”, no qual Benício apresentou marcos e acontecimentos na concepção e nos desenhos da segurança pública brasileira.

“Coletivamente, ao pensarmos o fenômeno do crime, da violência e das práticas de enfrentamento, debatemos o diagrama colonial-escravocrata que sustenta o punitivismo e o direito penal brasileiro. A partir de algumas interlocuções teóricas da Psicologia Social Crítica com estudos decoloniais, interseccionais e da criminologia crítica, apresentamos o cenário sócio-político que interpela as instituições. Além do mapeamento e da análise construída, o referido eixo aponta para um deslocamento epistemológico-político no entendimento da política de segurança pública, podendo ser experimentada como um processo amplo e complexo a ser cuidado pelo Estado e pela sociedade para além de uma política exclusivamente de governos”, relatou Benício.

➔ PARA LER ESTA REFERÊNCIA CLIQUE AQUI.

POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE É O TEMA DA VEZ: CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE AS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO PSI NOS SERVIÇOS HOSPITALARES DO SUS E NA ATENÇÃO BÁSICA

Publicada em 29 de setembro de 2021

Nesta edição, falaremos de duas Referências Técnicas (RTs) para atuação da Psicologia nas políticas públicas da Saúde: a RT para Atuação de Psicólogas (os) nos Serviços Hospitalares do SUS e RT para Atuação de Psicólogas (os) na Atenção Básica à Saúde.

Para trazer um olhar mais aprofundado sobre cada uma dessas publicações, bem como entender sua importância no âmbito da Saúde pública, convidamos João Leite Ferreira Neto (CRP 04/4517), doutor em Psicologia Clínica PUC-SP, com estágio pós-doutoral em Psicologia Social pela UERJ, que fez parte da Comissão Ad Hoc da RT de serviços hospitalares; e Rosilene Souza Gomes (CRP 05/10564), psicóloga aposentada do INCA e doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ.

As duas Referências foram lançadas em 2019, em sua 1ª edição e demarcam o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia e da categoria na defesa do Sistema único de Saúde – SUS, além de respaldar as (os) profissionais para sua prática nesta política.

João Leite Ferreira Neto refletiu sobre a importância dessa RT e do próprio Crepop na Psicologia brasileira, “para entender essa questão, precisamos primeiro entender que as (os) psicólogas (os) começaram a trabalhar no SUS na década de 80 e foram entrando num ritmo crescente, em um momento que a saúde pública não era tema de estudo nos cursos de Psicologia no Brasil, seja na graduação ou na pós -graduação, com raríssimas exceções. Então os

psicólogos foram colocados nesses espaços, sem ter uma formação prévia, sem ter um preparo específico para esse trabalho. Eu digo isso, porque eu trabalho no SUS desde 86, antes da constituição de 88, trabalhei durante 33 anos e a gente não tinha clareza do campo, dos modos de intervenção. Quer dizer, tava tudo em construção, não só o lugar da Psicologia, mas a própria organização dos serviços da saúde pública”.

“As (os) psicólogas (os) começaram a entrar nas políticas públicas, no SUS, e em outras políticas também, com destaque pro SUAS. Então a criação do Crepop foi um passo importante para nós podermos assessorar, poder contribuir para psicólogas (os) desses novos campos de trabalho”, explicou Ferreira Neto.

No que Rosilene Souza Gomes complementou, a partir da metodologia democrática com a qual são elaborados estes documentos: “as RT do Crepop são importantes referências para as psicólogas e psicólogos que trabalham nas políticas públicas. A forma como são elaboradas valoriza o saber das (os) psis que atuam nessas políticas. (...) As (os) profissionais são convidadas (os) a revisar o material produzido, questionando, reafirmando ou contestando o material original”.

Ferreira Neto ressaltou que “os Crepops (nacional e regionais) sempre desenvolveram estudos, conversas e ações junto às (os) psicólogas (os) trabalhando nesses espaços. O que observamos é que muitos desses têm utilizado essas referências técnicas em diferentes níveis, inclusive para negociar com gestores certas prioridades no modo de organizar o trabalho. Então, temos o uso direto dessas referências e desse vasto material que o Crepop apresenta a todos e todas em geral, uma publicação impressa, além de acesso aberto também online. Então é fácil acessar o material, e ele tem sido bastante procurado pelas pessoas que querem entender mais do trabalho da Psicologia em áreas específicas, mas também pelos profissionais que es-

tão engajados nessas práticas, como a referência do que é fundamental nesse trabalho. Ela tem um impacto muito grande, desde estudante de Psicologia até o uso ocasional nos próprios cursos, além das (os) profissionais que trabalham nesses espaços, na atenção básica e outros ambientes dos campos políticos públicos.”

A metodologia participativa de elaboração de uma RT é um dos grandes diferenciais que a Psicologia possui na sua organização profissional. Nenhuma outra profissão possui sistemática parecida, e que confere a proximidade necessária com a atuação prática das (os) próprias profissionais, de modo a criar um referencial no amplo sentido da palavra.

Segundo Ferreira Neto, “a escuta desses trabalhadores é uma organização desses saberes e das questões, das dúvidas, das dificuldades para uma difusão bastante ampla. Então me parece que esse é um elemento que fortalece a política de atenção básica e fortalece a inserção de profissionais de Psicologia nesses espaços, porque qualifica melhor esse trabalho”.

Esta visão é compartilhada por Rosilene, que pontuou: “este material torna-se importante referência para as (os) profissionais que ingressam nessas políticas, pois podem ter contato com os saberes que vêm da prática cotidiana daqueles que contribuíram com a elaboração do material”.

E qual a grande relevância destes saberes, deste referencial de atuação nas políticas públicas? Simplesmente, porque a Psicologia brasileira está presente em todas as políticas públicas. O SUS se consolida como o maior empregador de psicólogas e psicólogos dentre as políticas. Por isso, é tão importante o trabalho realizado pelo Crepop e pelo Sistema Conselhos, pautado sempre no esforço da maior qualificação profissional e no fortalecimento das políticas públicas. Defender amplamente os direitos sociais à saúde, educação, entre tantos outros, é também defender a Psicologia.

“O SUS é hoje maior empregador de psicólogas (os) do país. A psicologia, de certo modo, foi perdendo a hegemonia da clínica privada, que foi o primeiro desenho da profissão, e talvez ainda seja o que mais ocupa o imaginário das pessoas. Mas, foi se tornando cada vez mais uma profissão envolvida com políticas públicas. E essa é uma experiência inédita, em termos internacionais: nos países europeus, quem tem um sistema de saúde universalizado, tem em sua base o médico e enfermeiro. Lá tem poucos profissionais de outras especialidades como o SUS brasileiro que incorporou a saúde mental e, posteriormente, profissões como fisioterapia, farmácia, educação física, etc. Segundo dados de 2015, eram quase 20 mil psicólogas (os) trabalhando no SUS, a maior parte da atenção básica, e isso correspondia, em 2015, cerca de 20% das (os) psicólogas (os) com registro no Sistema Conselhos. Ou seja, a cada 10 psicólogos registrados no sistema, 2 trabalhavam prestando serviço diretamente ao SUS”, explicou Ferreira Neto.

Inclusive, segundo Rosilene, a elaboração destas duas Referências se deu de forma muito próxima, justamente por investigarem as atuações psi na Saúde, mesmo que em diferentes contextos. “Na ocasião em que as RT para atuação em serviços hospitalares foram elaborados, eu era coordenadora da Comissão de Saúde do CRP-RJ e fizemos reuniões conjuntas com o grupo do Crepop na etapa de consulta pública. Fizemos a convocação de psis das redes hospitalares públicas federal, estadual e municipal. Na época estávamos muito próximos do grupo de responsáveis técnicos dos hospitais federais e elas (es) participaram muito ativamente da etapa de consulta pública, com suas críticas e sugestões, que puderam ser incorporadas no material”, explicou.

E falou também sobre o quão complexa é a atuação da Psicologia nesta política, com demandas e atravessamentos que perpassam as relações para além do paciente, lidando também com equipes multiprofissionais. “As psicólogas e psicólogos têm uma atualização muito relevante nas ins-

tituições hospitalares, realizando acolhimento e intervenções de cuidado para as pessoas que sofrem com as diferentes formas de adoecimento que demandam assistência terceirizada, ou seja, necessitam de atenção especializada. As (os) profissionais atuam realizando atendimentos à beira do leito, em ambulatórios, intervenções grupais e de gestão. Além dos (as) pacientes internados (os) ou que são acompanhados (as) em ambulatório, muitas vezes são realizadas intervenções também com familiares, e também junto à equipe multiprofissional de assistência”, contou a psicóloga.

Considerando a Atenção Básica como o conjunto de ações em saúde que pretende desenvolver uma atenção integral que afete as necessidades de saúde das coletividades, buscando minimizar as condições de vulnerabilidade da população, desenha-se um papel imprescindível da (o) psicóloga(o) nesses espaços de atuação. Conforme afirmam um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Psicólogo, “o psicólogo trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Assim, abordar importantes contribuições das práticas psicológicas no âmbito hospitalar e da atenção básica, considerando que a dimensão subjetiva e de saúde mental das pessoas assistidas pela política pública de Saúde é um aspecto imprescindível durante o tratamento, levantando também discussões acerca do processo de adoecimento, luto e assistência aos familiares, torna a presença do profissional de Psicologia nestas equipes algo de extrema relevância e pertinência. Não à toa, este se tornou um campo profissional tão vasto às (os) profissionais psi.

➔ LEIA A REFERÊNCIA TÉCNICA DA ATENÇÃO BÁSICAS AQUI.

➔ LEIA A REFERÊNCIA TÉCNICA DO SUS AQUI.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS TRADICIONAIS É O TEMA DESTA EDIÇÃO

Publicada em 19 de outubro de 2021

Nesta edição, falaremos das Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) com Povos Tradicionais e nos aprofundaremos nas questões desta publicação e das políticas públicas envolvidas com a contribuição do psicólogo Paulo Roberto Martins Maldos (CRP 06/3594), que foi o conselheiro federal responsável na Comissão de elaboração deste documento.

“Minha participação na elaboração desta Referência Técnica foi coordenando o grupo de psicólogas e psicólogos que a construiu, trazendo a experiência de ter coordenado o Grupo de Trabalho sobre Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho Nacional de Direitos Humanos, onde representava o Conselho Federal de Psicologia”, explicou o psicólogo.

Maldos também é diretor do Instituto Sedes Sapientiae e coordenador do Centro de Educação Popular deste Instituto (CEPIS), de São Paulo, SP; assessor político-metodológico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de Brasília; secretário Nacional de Articulação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República; secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, atualmente, secretário Executivo do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS), de Brasília.

A RT para atuação da Psicologia junto aos povos tradicionais foi uma resposta às demandas da categoria apresentadas no 8º Congresso Nacional de Psicologia – CNP – como campo a ser referenciado pelo Crepop. A princípio apontava-se para a elaboração de uma única referência técnica para “povos tradicionais, indígenas e quilombolas”. Entretanto, compreendendo as especificidades de cada

um desses povos, o Crepop considerou mais pertinente que fossem realizadas 3 publicações diferentes.

Importante pontuar que por “povos tradicionais”, neste documento, estão incluídos povos ciganos, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, faxinalenses, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades pantaneiras, pescadores e pescadoras artesanais, caiçaras, extrativistas, povos pomeranos, retireiros do Araguaia, comunidades de fundo e fecho de pasto e comunidades extrativistas do cerrado, dentre outros. Não estão incluídos os povos indígenas e quilombolas, entendendo a necessidade da elaboração de referências específicas para eles, frente as particularidades e demandas próprias de cada um desses povos.

Segundo Paulo Maldos, “esta Referência Técnica é importante no sentido de aproximar a Psicologia, como ciência e como profissão, da enorme diversidade étnica e cultural que constitui a sociedade brasileira, construindo assim um caminho para a transformação da Psicologia em uma área do pensamento que reflete com mais precisão a nossa humanidade e, simultaneamente, em um conhecimento e uma prática profissional que contribuam, com cada vez mais qualidade, com a transformação da nossa sociedade. O Crepop tem essa mesma importância, com uma dimensão ainda ampliada: com sua pluralidade de temas e de áreas de atuação o Crepop é um instrumento de transformação e atualização permanentes da Psicologia, aproximando-a sempre da realidade social, cultural e histórica; ao mesmo tempo contribui com a transformação humanizadora da sociedade brasileira nas diversas áreas de investigação e atuação que aborda”.

A atuação da Psicologia junto à heterogeneidade dos povos que fazem parte da composição da nossa nação, convoca a uma escuta atenta e respeitosa, e a um olhar crítico, exigindo da (o) psicóloga (o) um diálogo constante com a variedade de políticas públicas que existem para garantir os direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

As especificidades de cada povo exigem o desenvolvimento de um cuidado integral, na busca pela minimização das condições de vulnerabilidade dessas populações. E a atuação psi se torna imprescindível neste sentido, inclusive em total consonância com o que preconiza um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Psicólogo: “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nessa perspectiva, esta referência se apresenta como um importante instrumento técnico, ético e político por demarcar os compromissos da Psicologia na garantia de condições de vida dignas a todos os povos que constituem a sociedade brasileira, respeitando sua autonomia, independência e valores, sem ferir, negligenciar ou desconsiderar seus estilos de vida e costumes, no respeito a suas crenças e relações com o território”.

Conforme pontuou Maldos, “tanto esta Referência Técnica, como o Crepop, contribuem no fortalecimento dessas políticas públicas, na medida em que enriquecem o conhecimento socialmente acumulado a respeito dos Povos e Comunidades Tradicionais, nas suas diversas dimensões, subjetivas, objetivas e históricas. As políticas públicas são construídas a partir deste conhecimento socialmente acumulado e seu enriquecimento permite a construção de políticas públicas mais potentes e mais humanizadoras. Este processo tem como consequência direta uma maior defesa e, inclusive, maior promoção concreta dos direitos humanos”.

“A atuação da Psicologia nesta política pública é historicamente recente, pois os próprios Povos e Comunidades Tradicionais apenas recentemente vêm sendo reconhecidos como sujeitos de direitos e como protagonistas políticos pelo Estado brasileiro. Neste sentido, psicólogas e psicólogos vêm contribuindo com muita qualidade nas políticas públicas emergentes junto a esses povos e comunidades,

nas áreas de educação, saúde, trabalho comunitário e cultural, saúde mental, gestão territorial e muitas outras, dependendo da situação concreta e do bioma onde se situam os diversos povos e comunidades com os quais as psicólogas e psicólogos contribuem”, finalizou Maldos, ressaltando a importância da atuação psi comprometida com o compromisso social da profissão.

Esta atuação, além de estar conectada com o Código de Ética profissional, contribui também para a manutenção e construção de políticas públicas garantidoras dos direitos fundamentais e cada vez mais inclusivas. Desta forma, a Psicologia brasileira garante também a ampliação dos seus campos de atuação.

Defender as políticas públicas, defender os direitos humanos, defender a democracia... essa é a Psicologia brasileira que estamos construindo juntas (os)!

➔ PARA LER ESTA REFERÊNCIA BASTA CLICAR AQUI .

VARA DE FAMÍLIA: O PAPEL DA PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA É O TEMA DESTA REPORTAGEM

Publicada em 29 de outubro de 2021

Conceitos de verdade e família mobilizam diferentes afetos e compreensões que desafiam o fazer psi nessa política pública.

Nesta reportagem, falaremos das Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em Varas de Família e nos aprofundaremos nas questões desta publicação com a contribuição da psicóloga Leila Maria Torraca de Brito (CRP 05/5874), professora titular, aposentada, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Leila também é Mestre e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná e pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Autora e organizadora de diversos livros e artigos sobre temas relacionados à Psicologia Jurídica.

Ela compôs a comissão das duas edições (2010 e 2019) desta RT.

“Minha participação teve início no final de 2006, inicialmente discutindo o questionário a ser aplicado, com adaptações do modelo padrão à área específica. (...) O questionário teve como objetivo levantar a formação dos profissionais que atuam na referida área, se possuíam vinculação funcional ou não, quais suas condições de trabalho, quais eram os procedimentos e intervenções que realizavam, as atividades desenvolvidas frequentemente, as técnicas utilizadas, entre outras temáticas.

(...) Foi formada a comissão de especialistas, composta por profissionais de distintos estados, da qual fiz parte. Na Comissão foram realizadas inúmeras reuniões, tanto presen-

ciais como telefônicas, até que se chegou a versão preliminar do documento, que foi disponibilizada para consulta pública de julho a setembro de 2009”, contou Leila.

Esta primeira edição (2010) foi construída a partir de uma investigação da prática profissional em todo território nacional, possibilitando um panorama acerca da atuação da categoria nesses espaços, apontando os limites, dificuldades e potencialidades da Psicologia no Sistema de Justiça.

Segunda Leila, “em 2018, seguindo a indicação do CRE-POP de uma pesquisa permanente em políticas públicas, foi solicitada a atualização das Referências Técnicas para atuação em Varas de Família, já que ocorreram diversas mudanças nas legislações, decorrentes de alterações presenciadas na instituição familiar. Assim, novo grupo de especialistas foi formado, do qual também participei, para atualização das Referências Técnicas para atuação em Varas de Família, material que foi publicado em 2019. Percebe-se, assim, a necessidade de revisão periódica das RTs, pois elas retratam questões consideradas relevantes em dado momento sócio-histórico”.

De fato, esta edição passou por atualizações importantes tanto no que tange os marcos legais da política pública, como também na abordagem de temas atuais com os quais as (os) profissionais de Psicologia se deparam na sua prática nas varas de família. Mediação de conflitos, alienação parental, depoimento especial, violência contra a mulher, assim como a atuação do perito e elaboração de documentos escritos por psicólogas (os) são apenas algumas das mais diversas questões profissionais que desafiam a (o) psicóloga (o) neste contexto.

Este documento pretende auxiliar profissionais e estudantes na aproximação com o campo de atuação nas varas de família, pensando esta atuação numa perspectiva crítica, reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia, entendendo a justiça como direito humano fundamental.

A atuação psi vai ao encontro de muitas questões que extrapolam o direito de família e dialogam com concepções e conceitos vindos de conflitos humanos relacionados à vida em família, tais como encontradas nas varas da infância e da juventude, nas varas especiais de crimes contra a criança e adolescente e de crimes contra a mulher, entre outras instâncias.

Para lidar com a complexidade dos dilemas humanos e com os fenômenos sociais expressos nas questões jurídicas, a (o) psicóloga (o) é chamado para assessorar as decisões judiciais empregando o seu saber para que os problemas judicializados possam ter respostas singularizadas e justas.

Para Leila a importância da elaboração desta RT é justamente trazer parâmetros técnicos e éticos. “No caso das Varas de Família, notava-se que inúmeras eram as dúvidas encaminhadas aos Conselhos Regionais sobre possibilidades, limites, técnicas e procedimentos a serem utilizados no trabalho de psicólogas (os), que não colocassem em risco a garantia de direitos. Além disso, no início dos anos 2000 foi possível observar que para muitos profissionais da área o papel das (os) psicólogas (os) que atuavam em Varas de Família não estava definido. Havia muita incerteza sobre a prática profissional, bem como dificuldades na busca por referências bibliográficas, pois ainda eram relativamente poucos os profissionais com alguma atuação junto a essas Varas”, explicou.

“Nas Referências Técnicas para atuação em Varas de Família buscou-se reunir e apresentar contribuições da Psicologia na implementação da respectiva política pública, com diretrizes e referências para a prática profissional. Procurou-se abordar todas as temáticas solicitadas pelas (os) psicólogas (os) que responderam aos questionários e participaram dos encontros nos Conselhos Regionais, contemplando dúvidas e explicações encaminhadas pelos profissionais. Destacou-se, também, a importância de um trabalho articulado com políticas públicas locais para que sejam garantidos direitos

da população atendida. A inexistência de uma rede de atendimento dificulta o trabalho do profissional quando, por vezes, lhe são direcionadas demandas que vão além de suas atribuições”, pontuou a psicóloga.

Longe de modelos fechados, a prática profissional se reinventa e se adapta a novas realidades e a novos contextos. A RT para a atuação em varas de família foi elaborada sob a perspectiva de superar os entraves e limites das leis e das expectativas de que cabe à Psicologia ditar destinos, prever o futuro ou justificar arbítrios. Nesse sentido, a Psicologia jurídica praticada nas varas de família não se resume na elaboração de perícias, mas sim é pautada na forma como a avaliação psicológica pode ser a base sobre a qual outras ações se realizam.

Leila, inclusive, ressaltou que “o material (esta RT) não se destina apenas aqueles lotados em Varas de Família, mas também aos que não possuem vínculo empregatício no Poder Judiciário, mas são nomeados peritos, bem como os contratados para serem assistentes técnicos. Há também psicólogas (os) lotadas (os) em outras instituições, como Ministério Público e Defensoria que trabalham com temas afins, dentre outros profissionais. Nas temáticas tratadas destacam-se a disputa de guarda de filhos de pais separados, a guarda compartilhada, a alienação parental, a mediação de conflitos, a contestação de paternidade, dentre outros. Nossa prática profissional, no entanto, deve resguardar sempre os mesmos princípios técnicos e éticos que orientam o fazer do profissional de Psicologia”.

Por fim, Leila trouxe que é fundamental pontuar que “o Crepop, nos 15 anos de sua existência, se destaca na história da Psicologia Brasileira a partir do importante papel que passou a ocupar na orientação da prática profissional no campo das políticas públicas, priorizando e ressaltando a relação entre a Psicologia e essas Políticas, alinhadas com as garantias de direitos. O Crepop possui uma agenda nacional, que privilegia o diálogo do Sistema Conselhos com

a categoria, sendo esse o seu destaque. A metodologia utilizada pelo Crepop, se apoia na participação da categoria por meio de diferentes instrumentos de coleta de dados para a construção das Referências Técnicas. Estas referências funcionam como um recurso para orientação profissional, de acordo com princípios de cidadania e direitos humanos. São instrumentos de orientação sempre com uma perspectiva crítica em consonância com compromisso ético-político”.

A Psicologia atuante nas diversas políticas públicas demarca a importância deste olhar crítico e a escuta atenta nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. Longe do antigo paradigma individualizante, a Psicologia brasileira atua compromissada com a contextualização dos atravessamentos que nos constituem enquanto sujeitos e produzem efeitos também nas diferentes esferas em que atuamos. Não diferente, o Judiciário, palco de disputas e conflitos muitas vezes oriundos das diversas formas de enxergar e conceber o mundo que nos cerca, é também campo fundamental de atuação psi, tanto quanto é desafiador para nossa prática profissional.

→ PARA LER ESTA REFERÊNCIA BASTA CLICAR AQUI

CAPS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS SÃO TEMA DE MAIS UMA REPORTAGEM DA SÉRIE

Publicada em 17 de setembro de 2021

Nesta reportagem, falaremos das Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial e das Referências para atuação nas políticas públicas de álcool e outras drogas.

Para nos aprofundarmos nas questões destes dois documentos contaremos com as contribuições de Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/58631), doutora em Psicologia Social, professora da PUCSP, militante da luta Antimanicomial, e Paulo Aguiar (CRP 02/11163), professor, conselheiro do Conselho Federal de Psicologia no triênio 2017-2019, doutorando em Psicologia Clínica na Universidade Católica de Pernambuco.

A eleição do CAPS como área de investigação da atuação profissional de psicólogas (os) surgiu a partir de uma demanda da categoria, observada no V Congresso Nacional de Psicologia - CNP, realizado em 2004. Esse tema emergiu junto a tantos outros que apontavam para o Sistema Conselhos a necessidade de uma maior qualificação e orientação para a prática psi nos serviços públicos e culminou na “Referência Técnica para Atuação de Psicólogas no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial”, publicada em 2013.

Segundo Elisa Zaneratto que compôs a comissão de especialistas deste documento, “o Crepop representa um marco muito importante na nossa história, enquanto Psicologia e um marco porque ele é um ponto de qualificação, de avanço em relação à possibilidade nós sermos uma profissão atenta e capaz de responder às necessidades da sociedade brasileira na direção de acesso aos direitos. Nós nos constituímos historicamente como uma profissão com um trato fortemente liberal, isso tem a ver

com o contexto histórico em que nos constituímos como profissão. Não só a Psicologia, mas outras profissões que avançam na década de 60, início de 70 vão ser fortemente marcadas por esse caráter liberal expressando uma condição também da sociedade naquele momento. A própria ausência de um compromisso efetivo de estado com a promoção de políticas públicas e promoção de direitos à população já mostrava isso”.

E continuou explicando que “diante disso, com políticas sociais frágeis, nós fomos nos constituindo como profissionais liberais, do campo privado como profissionais com uma presença muito frágil em ações e serviços do campo das políticas públicas, porque também essas políticas eram frágeis. Na medida em que avança o processo de democratização brasileira e mais contundentemente, a profissão vai acompanhando esse movimento, a partir daquilo que chamamos de projeto do compromisso social da Psicologia . Aí, nós assumimos uma posição de protagonizar um papel de luta por direitos e de luta pela justiça social e isso vai significar protagonizarmos um papel na discussão sobre as políticas públicas na sociedade brasileira. Que políticas queremos? Quais princípios queremos para essas políticas? O que precisamos garantir como diretrizes para as políticas públicas?”.

E neste contexto, que o trabalho desenvolvido por psicólogas e psicólogos vai traçando novos rumos profissionais. “Nós começamos a compor discussões sobre direitos humanos, sobre direitos sociais, o que nos levou a debater e a protagonizar o lugar ao lado de movimentos sociais, ao lado da sociedade civil e outras profissões do debate sobre a construção das políticas públicas e nesse processo, o Crepop foi um avanço. Até então, nossa discussão nesse campo apontava para uma questão apenas de ampliação dos campos de trabalho. (...) Nós não tínhamos história de trabalho em equipe, uma história de apropriação das histórias das questões relativas ao estado e gestão das polí-

ticas públicas, onde muitas psicólogas foram trabalhar no campo da gestão, por exemplo. Nós não tínhamos tradição de trabalho a partir de territórios complexos, nós não tínhamos uma Psicologia reproduzida a partir desse lugar”.

Paulo Aguiar, que fez parte da comissão da “Referência Técnica para Atuação de Psicólogas (os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas”, com publicação revisada em 2019 (nesta nova edição, foram atualizados ainda os marcos legais da política pública e inseridos novos debates, sendo mantida a introdução original, construída por Marcus Vinicius de Oliveira, pois além de se manter atual, presta uma homenagem a este importante ator na luta antimanicomial e referência nas discussões sobre Saúde Mental no Brasil), também pontuou que “a história da Psicologia brasileira acho passou por um processo de transformação. A Psicologia brasileira se inicia aqui muito atrelada à educação e à medicina numa lógica, inicialmente que tem uma busca por um ajustamento, por um enquadramento de sujeitos, numa lógica de cura. E com o seu desenvolvimento, a Psicologia vai optar, a partir da visualização da nossa própria realidade, por uma mudança de foco, de olhar. Ou seja, nós fazemos, a partir do final da década 1970, começo dos anos 80, uma opção, por transformar a Psicologia, saindo dessa lógica curativa, normativa, de ajustamento para uma perspectiva de olhar o sujeito na sua integralidade, tendo uma visão geral sobre ele e, principalmente, um olhar voltado para a realidade brasileira”.

Esta Referência, na qual Aguiar teve grande contribuição, é uma importante demarcação do compromisso da Psicologia com o respeito à autonomia e dignidade da pessoa em uso e abuso de drogas, assim como também da defesa pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho de revisão desta referência revelou as transformações que as políticas públicas de álcool e outras drogas sofreram a partir das mudanças políticas do país, em que o cuidado às(aos) usuárias(os) tem sua centralidade exclusivamen-

te na abstinência, internação involuntária e tratamento em instituições asilares.

Estes retrocessos ficam evidenciados pela crescente destinação de recursos públicos para as comunidades terapêuticas em detrimento ao cuidado em rede, com base territorial e respeito a liberdade e singularidade dos sujeitos, desfigurando o que se tinha construído como Política Pública neste campo até então.

Em contraponto a tudo isso, a Psicologia brasileira e o Crepop têm sempre proposto um conjunto de reflexões e estratégias de cuidado, retomando os princípios do SUS, trabalho em rede, atuação multiprofissional e intersetorial.

Para Zaneratto, “a Psicologia precisa se inserir nas políticas públicas, políticas pelas quais (nós, psicólogas) estamos lutando nas mais variadas áreas e precisamos qualificar a nossa atuação para estar nessas políticas. Nós não tínhamos referências que subsidiassem a nossa intervenção nessa política de forma consistente e coerente e era preciso, portanto, construir essas referências a partir de um acúmulo que não existia na Psicologia. E acumular a partir do que? A partir do fazer profissional. A partir de quem está nessas políticas públicas. Então, o Crepop traz essa genialidade”.

Aguiar também colocou que “essa ideia de construção de referências técnicas é justamente a materialização através do Crepop de orientações a partir da própria prática desenvolvida pelas profissionais da Psicologia, ou seja, a partir do que está feito do que está sendo realizado. O Crepop, se apoia nessas profissionais com o objetivo de verificar que práticas são essas que estão sendo feitas e numa perspectiva democrática construir uma referência importante para as profissionais, para a Psicologia brasileira em relação na prática nas políticas públicas. Então, a referência técnica dos CAPS materializam a política pública de saúde no Brasil, então o Centro de Atenção Psicossocial é um equipamento que materializa a Reforma Psiquiátrica

brasileira. Nesse sentido, essa referência é de fundamental importância para orientar as profissionais da Psicologia do Brasil sobre como nós devemos atuar seguindo os preceitos da Reforma Psiquiátrica brasileira”.

“Ou seja, a Psicologia brasileira tem uma posição em relação ao cuidado, ao olhar das pessoas que sofrem por algum transtorno. Ou mesmo pelo uso de álcool e outras drogas, enfim. E esta prática sendo observada pelo Crepop, construindo uma referência para orientar a categoria com a intenção de reforçar a importância do nosso saber e do nosso fazer para perpetuar e garantir que a nossa prática esteja de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica, com esse olhar sobre a loucura, esse olhar sobre o sofrimento psíquico das pessoas que tem um transtorno mental, que seja um olhar e que tenha uma prática voltada para a garantia de direitos humanos, não violência, não negligência, não preconceito, não discriminação”, ressaltou o psicólogo.

Zaneratto reafirmou a importância do trabalho em rede e do CAPS para a luta antimanicomial. “Os CAPS eles foram tomados ao longo da história da reforma psiquiátrica como serviços estratégicos numa rede substitutiva ao hospital psiquiátrico, numa rede substitutiva aos manicômios. A verdade que não é só o CAPS que é substitutivo ao hospital psiquiátrico, há toda uma rede que é substitutiva, mas os CAPS foram tomados como estratégicos pela política pública, porque eles ali no desenho da rede são os serviços capazes de cuidar dos casos graves, da intensidade que cada caso requer a partir de projetos singulares de cuidado que não abrem mão da relação desse sujeito da presença, do pertencimento desse sujeito ao território e que, portanto, podem e devem prescindir da internação na produção desses cuidados graves. Então ele tem papel estratégico na rede. De estar no lugar desse serviço, do cuidado intensivo aos casos graves de saúde mental, sendo um serviço territorial”, explicou a psicóloga.

O CAPS é esse lugar no qual é possível acompanhar a loucura e produzir modos possíveis de vida e de existência em sociedade com o sujeito, pensando projetos terapêuticos que estejam referidos a sua vida em comunidade, a sua presença no território, a invenção. É pensar e garantir todas as formas de existência. E a Psicologia nesse campo tem uma atuação necessariamente coletiva, atravessada, transformada, implicada pelos muitos saberes profissionais e pelos saberes dos usuários, pelas vozes dos sujeitos.

Aguiar ressaltou ainda que “a Psicologia brasileira também faz uma opção a partir da sua construção, que a política ou atuação na política pública de álcool e outras drogas deve ser uma atuação pautada pela redução de danos, pela não internação involuntária, pelo respeito aos sujeitos, por entender a posição da droga na vida do sujeito, que a questão do álcool e outras drogas não se resume especificamente, a questão única e exclusivamente da substância. Ou seja, a questão do uso das drogas envolve, muitas questões, desde de moradia, condição socioeconômica, emprego, entre outros tantos. Profissionais da Psicologia precisam atuar junto às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, nessa perspectiva de respeito aos direitos humanos de entendendo que a droga na vida do sujeito é mais um elemento. Que não vai defini-lo completamente, que a dependência química é um processo multifatorial. Precisamos nos guiar pela visão integral do sujeito e contribuir para que possamos transformar o imaginário social, que perpassa pela sociedade brasileira de que o uso de droga coloca o sujeito numa posição de preconceito, de estigma e de um estereótipo em relação ao usuário de drogas”.

O que podemos notar é que a Psicologia e sua atuação nas políticas públicas, e em especial nos CAPS e em outros equipamentos voltados para o cuidado ao sofrimento psíquico associado ao uso de álcool e outras drogas, é fundamental para efetividade da Reforma Psiquiátrica brasileira, da luta antimanicomial e contra o preconceito a

pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. A atuação pautada nos direitos humanos e no reconhecimento e defesa das mais diversas formas de existir é a grande contribuição da Psicologia.

Não podemos compactuar ou permitir que a loucura e a diferença continuem a ser rejeitadas, trancadas, enquadradas como já foram, violentamente, por anos a fio.

→ LEIA A REFERÊNCIA SOBRE ATUAÇÃO NOS CAPS AQUI

→ LEIA A REFERÊNCIA SOBRE ALCOOL E OUTRAS DROGAS AQUI

EDUCAÇÃO BÁSICA: REFERÊNCIA TÉCNICA E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NESTA POLÍTICA PÚBLICA É O TEMA DESTA EDIÇÃO

Publicada em 25 de setembro de 2021

Nesta reportagem, falaremos a partir da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica e temos como convidadas as psicólogas Raquel S. L. Guzzo (CRP 06/577) e Marilene Proença (CRP 06/6133) que participaram da construção dessa RT.

Raquel Guzzo é Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (2018-2020). Atual Editora Chefe da Revista Estudos de Psicologia (Campinas). Atua na área de Programas de Atendimento/Acompanhamento Comunitário, discutindo a formação e intervenção profissional, segundo fundamentos da Psicologia Crítica, Intervenções Preventivas e Psicossociais, Psicologia da Libertação, Processos de tomada de Consciência.

Já Marilene Proença Rebello de Souza é professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE e presidente da Academia Paulista de Psicologia – Cadeira nº 02, Lourenço Filho.

Esta Referência, lançada em 2019 é uma edição revisada (a 1ª edição é de 2013), que procura abordar a educação básica como direito humano fundamental, em uma perspectiva crítica, pensando uma educação emancipadora, pública, gratuita e de qualidade, pautada na diversidade humana e protagonista nos enfrentamentos a preconceitos, racismos, pobreza e distribuição de renda.

A educação como direito fundamental foi, durante décadas, alvo de disputa na sociedade brasileira, prevalecendo a concepção de uma educação distinta a depender da classe social. Somente com a Constituição Federal de 1988,

o Estado brasileiro define a educação como direito básico e universal. Desde então, se reconhece avanços no acesso ao ensino, porém quanto a sua qualidade os avanços aconteceram de forma tímida, e ainda bastante marcados pelos determinantes econômicos, políticos e sociais.

Recentemente, a conjuntura política do nosso país instalou um quadro de desinvestimento em políticas públicas que, aliado aos ataques à legitimidade da produção do conhecimento científico e ao questionamento da própria ideia da educação como direito universal, nos coloca diante de uma situação de sucateamento e desmonte. A Lei 13.935/2019, que incorpora na rede pública de Educação Básica profissionais da Psicologia e do Serviço Social, ainda carece de regulamentação, e a inclusão do custo destes profissionais no FUNDEB ainda está sob ameaça.

Por isso, a Psicologia reafirma seu compromisso com os princípios de uma educação democrática, somando esforços junto àquelas (es) que fazem a defesa veemente e cotidiana da educação como um direito humano.

A Psicologia pode contribuir de forma significativa no contexto escolar, propondo a superação de análises individualizantes e medicalizantes, pautando reflexões acerca da complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem. Ao lidar com os sujeitos e suas subjetividades, a(o) psicóloga(o), em trabalho conjunto com professores e a comunidade escolar como um todo, pode favorecer o reconhecimento das dificuldades de aprendizado, as questões relacionadas à evasão escolar, a violência nas escolas, entre outras questões.

Segundo Raquel Guzzo, professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) nos programas Graduação e Pós-graduação em Psicologia, é “determinante para a sociedade e para a nossa profissão a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas. Em um país extremamente desigual como o nosso, o perfil profissional precisava mudar. Desde 1980, com o esfor-

ção de várias gestões do CFP e conselhos regionais que esse movimento começa a amadurecer e as políticas de saúde, de assistência e outras começam a abrir espaços para profissionais da Psicologia. A Educação chega mais tarde, em primeiro lugar com a discussão nacional sobre a Psicologia nesse campo e depois com o movimento de aprovação da Lei 1935/2019 que agora precisa ser regulamentada. Embora necessária essa inclusão profissional nas políticas públicas, o processo é trabalhoso e pressupõe um esforço coletivo muito bem articulado. Sem dúvidas, o caminho de dar visibilidade às referências técnicas para diferentes áreas e campos de inserção profissional foi uma iniciativa importante”.

Para Marilene Proença, professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, “a educação é uma das mais importantes políticas públicas para a garantia de direitos humanos. Como diria o grande educador e patrono da educação brasileira, Paulo Freire: ‘a leitura da palavra, é a leitura do mundo’. Portanto, a escola é um dos mais importantes instrumentos de conscientização e de crítica para a garantia de direitos, de produção e de disseminação de valores sociais e democráticos e de socialização por abarcar a diversidade humana. Portanto, cabe à (ao) psicóloga(o) quatro importantes ações nesse campo e que estão presentes nas RT: a) o compromisso ético-político com a escola democrática, para todos, todas e todes, laica e referenciada socialmente; b) a identificação e a busca de referenciais interpretativos que venham a responder às necessidades da escola e do processo de escolarização dos estudantes, da relação com suas famílias e com a comunidade; c) o conhecimento das possibilidades de sua atuação na escola e nas políticas intersetoriais e d) participação coletiva para enfrentar os desafios por meio de uma prática qualificada e crítica. Para fortalecer a política pública educacional, a (o) psicóloga(o) será fundamental a participação nas lutas pela educação enquanto direito humano e social e no

avanço da inserção do conhecimento da psicologia para compreensão do processo educacional”.

As duas psicólogas que gentilmente nos concederam entrevista exclusiva para esta reportagem, tiveram papéis determinantes na elaboração desta RT, em suas duas edições.

Guzzo explicou que “o processo de elaboração desta RT se desenvolveu em distintas etapas. Em primeiro lugar uma pesquisa foi encomendada e alguns dados foram fornecidos ao grupo de pessoas responsáveis pela elaboração da RT. Discutimos muito as informações e, sob a coordenação da Dra. Marilene Proença, debatemos o formato da RT, a responsabilidade de cada membro e após várias reuniões, com a assessoria técnica do CFP/ CRE-POP, fomos finalizando um texto que resultou nas RT em seu formato original (2013), o qual foi ampliado e ajustado alguns anos depois (2019)”.

Proença contou que teve “a oportunidade de participar de todo o processo de organização desta RT, desde a revisão das questões do questionário online enviado aos profissionais da área; me fazendo presente em vários estados brasileiros em contextos de grupo focal e de rodas de conversas com psicólogos escolares e educacionais, até a coordenação da equipe nacional, na condição de Conselheira do XV Plenário do CFP, reunida para a análise da pesquisa nacional, elaboração da minuta para consulta pública e realização do documento final. A RT em sua primeira edição foi lançada em 2013, no CRP-SP e contou com evento transmitido nacionalmente. Também participei da equipe revisora, em 2018 da RT, que culminou com a sua segunda edição, em agosto de 2019, lançada no XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da Conselheira Federal do XVIII Plenário, Norma Cosmo. Foi muito instigante participar de todas as etapas do processo e ver como o documento final das Referências realmente contou com a participação de um

grande número de profissionais de várias regiões do Brasil, garantindo as regionalidades e as diversidades das redes de ensino e ao mesmo tempo construindo princípios gerais e fundamentais para uma atuação ético-política da psicologia no campo da educação básica”.

Guzzo explicou ainda que quando foi convidada a escrever um texto sobre “Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais” no Ano da Psicologia na Educação instituído pelo CFP em 2008, ficou “muito feliz pois, finalmente a Psicologia voltada à Educação em geral e presente nas escolas começaria a ser pautada pelas entidades da Psicologia brasileira. Sempre me dediquei à construir esse campo para profissionais de psicologia, seja supervisionando estágios, seja trabalhando para a inserção da psicologia nas políticas educacionais de nosso país, pela experiência vivida no exterior e na Associação Internacional da Psicologia Escolar. Desde 1990 quando fundamos aqui no Brasil a Associação Brasileira de Psicologia Escolar, em 1991, quando trouxemos ao Brasil o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia Escolar (I CONPE), quando em 1994 trouxemos ao Brasil pela primeira vez a um país do hemisfério sul o Congresso Internacional de Psicologia Escolar, quando fundamos a Revista de Psicologia Escolar e Educacional, quando criamos o Grupo de Trabalho da ANPEPP sobre a mesma temática, eu esperava que o sistema conselho reconhecesse a importância dessa área de atuação e assumisse em âmbito nacional a disseminação dessa proposta para toda a categoria”.

“E isso começou a acontecer em 2008, quase dez anos depois, com o Ano da Psicologia na Educação e, posteriormente, com a elaboração das referências técnicas para a atuação de profissionais de Psicologia na Educação Básica. A importância dessa produção para mim, foi a visibilidade que foi possível para a categoria profissional de um campo extremamente importante e de um valor inconteste para o desenvolvimento de crianças e adolescentes

com a contribuição da Psicologia. Em nossa formação básica, estudamos Desenvolvimento Humano e esse processo acontece em espaços onde a Psicologia precisa estar – a escola é um espaço, por excelência, de desenvolvimento das crianças e adolescentes. A Psicologia precisa estar inserida nesse lugar”, complementou a psicóloga.

Para Marilene Proença, “o CREPOP do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006, tem por objetivo promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas(os) que atuam nas diversas políticas públicas: educação, saúde, assistência, justiça, esporte, álcool e outras drogas, questões relativas à terra, mobilidade humana e trânsito; relações raciais, dentre outras. Desde a aprovação, o CREPOP inaugura uma metodologia de pesquisa em que foi possível conhecer os marcos legais de uma determinada política pública; o georreferenciamento dos profissionais e as práticas desenvolvidas em várias áreas das políticas públicas brasileiras. A metodologia empregada possui várias etapas: questionário online aos profissionais; grupo focal presencial; análise de especialistas da área; consulta pública; revisão final do documento. Com esta metodologia, foi possível construir as Referências Técnicas em várias áreas da Psicologia, sendo uma delas as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica”.

E complementou que “a pesquisa para construção das Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica foi realizada pelo CREPOP, em 2009, fruto das discussões do Ano Temático da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos do Sistema Conselhos de Psicologia. Este evento reuniu em torno de 5.000 psicólogas(os) em todo o país e produziu o primeiro documento de diretrizes para a atuação na educação e a Carta de Brasília com os princípios para a atuação de psicólogos na Educação Básica. A pesquisa de 2009 recolheu dados quantitativos e qualitativos de

psicólogas(os) que atuam na educação básica, em todos os Conselhos Regionais do país, e teve a participação de 299 psicólogas(os) da área. A elaboração das Referências contou com a presença de especialistas de várias regiões do país, sob a coordenação do Conselho Federal de Psicologia”.

Este documento tem uma grande importância pois, pela primeira vez, as(os) psicólogas(os) da área contam com diretrizes para realização de seu trabalho, de forma crítica e propositiva, possibilitando um importante conjunto de propostas para sua atuação, subsidiando profissionais e gestores municipais, estaduais e federais.

Inclusive, Guzzo pontuou que “a Psicologia na Educação para ser viabilizada, materializada, precisa da inserção profissional da área da Educação, por concurso e destinada a atuar nas escolas, junto aos professores, às famílias e às crianças e jovens. O trabalho resulta em um acompanhamento próximo e constante das crianças e jovens, nos espaços educativos, em reuniões com professores no cotidiano da escola e contato direto com a família. Não vejo como a Psicologia estar no campo da educação sem estar diretamente nos espaços onde a educação acontece. Assim, é preciso que estejamos presente nas atividades cotidianas em que a educação acontece, até para nos incorporarmos à rotina de professores, gestores, estudantes e familiares. Existe resistência a essa inserção, pois ainda somos, por razões históricas, associados a profissionais da saúde estabelecidos em espaços da saúde/doença – UBS e hospitais. Há ainda muito a ser conquistado nesse campo e seguimos na luta”.

Proença destacou que “a luta pela participação da Psicologia na Educação Básica, enquanto política pública, data da fundação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (1987); desde então, por intermédio do Conselho Federal de Psicologia e de seus regionais, a Psicologia tem atuado nacional e regionalmente na luta pela educação

no país, juntamente com os setores mais organizados da sociedade. Um dos marcos dessa luta foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que pudesse garantir a universalização de acesso, o sucesso escolar, a gestão participativa e a formação de professores em nível superior, aprovada em 1996. A trajetória dessa luta da Psicologia com a Educação é marcada por muitos Congressos Nacionais e pela constituição da Conferência Nacional de Educação, em 2010. A CONAE deu origem ao Plano Nacional de Educação, constituindo um conjunto fundamental de estratégias e metas decenais para todos os níveis educacionais do país. A Psicologia participou ativamente na aprovação das teses que constituíram o PNE por meio do documento “Contribuições da Psicologia para a CONAE- 2010.”

➔ ACESSE O DOCUMENTO AQUI

“Atuar em uma política pública constantemente atacada pelo ideário neoliberal e pelas concepções discricionárias e antidemocráticas é um enorme desafio. Mas a Psicologia tem construído sua trajetória e poderá fazer a diferença com seu projeto de sociedade e de profissão em busca da transformação social e das pessoas que constituem essa sociedade. Tomando as palavras de Paulo Freire, finalizo dizendo: ‘Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo’, finalizou, contundente, Marilene Proença.

➔ PARA LER ESTA REFERÊNCIA BASTA CLICAR AQUI.